

Caderno de textos Adufop

Nossa história de lutas se faz hoje

Vol. 2 • maio de 2026

MG e
neiras • Inter
anças palestinas e
ansã e universidade
ame e a multicampia
TAS PRESENTES Os espa
IDES-SN na trajetória histórica,
as do tempo presente • O turb
uenas insid e os s e problema
problema co e a C e solidária: as
Grande do Sul e atua a APROFUR
vers e popular: per s e ctivas estudanti
ve e l u c e em 2024 • Terceiriza
versidades Gerais: Terceiriza e invisibili
olha per e a • estratégia e segurança
teress e n a c i o n a l d o s E U A e a m é r i c a L a t i n a
ARINA A C E I R A Z A Ç ã O M O R E L U
mória e um prof e s s o n a l m i l i t a r p e l o s
uns d e e l e s e a a m a r e l u t a s j u r i d i c a
or, a a g e n d a d e l u t a • A g e n d a d e l u t a p e l o g i a d
or • i m p r e s c i d í v e l m e m ó r i a d e r e s i s
SISTEMAS COLÉGIAS E A P R E S E N T E s e f e s a d
MG e o patrimônio das universidades estaduais
neiras e interdição da ciência: violência na vida d
anças palestinas e o conflito coletivo de Israel • A
ansã e universidade e m e t o s d e r e s t r i ç ã
ame e a multicampia na U N I V E R S I D A D E
TAS PRESENTES Os espaços para todos •
IDES-SN na trajetória histórica, sua importância e



Sobre o ofício de construir estrelas e os riscos das verrugas

Eis minhas mãos:
não tenho por que escondê-las,
ainda que, por teimosia,
tragam verrugas nos dedos
por apontar estrelas.
Este é o nosso ofício:
cavalgar verdades cadentes,
eternos/caducos presentes
que comem a si mesmos
mastigando seus próprios dentes.
Assim são estrelas:
tempo que tece a própria teia
que o atrela, cavalo que cavalga
a própria sela.
Distanciamento
Objeto
Estranhamento
Espera
como pintor ensandecido
que reprova a própria tela.
Este é o nosso ofício,
este é o nosso vício.
Cego enlouquecido,
visão por trevas tomada
insiste em apontar estrelas,
mesmo em noites nubladas.
Ainda que seja por nada,
insisto em apontá-las,
mesmo sem vê-las,
com a certeza de que, mesmo
nas trevas,
escondem-se estrelas.
Enganam-se os que creem
que as estrelas nascem prontas.
São antes explosão,
brilho e ardência,
imprecisas e virulentas
herdeiras do caos
furacão na alma
calma na aparência.
Enganadoras aparências...
Extintas, brilham ainda:
mortas no universo,
resistem na ilusão da retina.
Velhas supernovas,

pontuam o antes nada
na mentira da visão repentina.
Sim,
são infieis e passageiras.
Mas poupem-me de conselhos,
não excludo os amores
por medo de perdê-los.
Os que amam as estrelas puras
tão precisamente desenhadas
fazem para si mesmos
estrelas finamente acabadas.
Tão perfeitas e irreais
que não brilham por si mesmas
nem se sustentam fora das
bandeiras
e do branco firmamento dos
papéis.
Assim se constroem estrelas puras
sem os riscos de verrugas.
Cavalgarei estrelas
ainda que passageiras,
pois não almejo tê-las
em frio metal
ou descartável plástico.
Simplesmente delas anseio
roubar a luz e o calor,
sentir o vento fértil de seu rastro,
tocar, indecente,
meu sextante no seu astro
na certeza do movimento,
ainda que lento, que corta a noite
desde a aurora dos tempos.
Eis aqui minhas mãos:
não tenho receio de mostrá-las,
antes com verrugas que
em bolsos guardadas.
Eis minhas verrugas,
orgulho-me em tê-las,
é parte do meu ofício
de construtor de estrelas.
Gastarei as verrugas
na lixa da prática,
queimarei as verrugas
com o ácido da crítica
e aprenderei com as marcas
que as estrelas se fazem ao fazê-las.
Por isso são estrelas.

Caderno de textos Adufop

Nossa história de lutas se faz hoje

Vol. 2 • maio de 2026

Organização:

Kathiuça Bertollo

Larissa Lana

Ouro Preto
Adufop - Associação dos Docentes da UFOP
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nossa história de lutas se faz hoje / organização
Kathiuça Bertollo , Larissa Lana. -- 1. ed. --
Ouro Preto, MG : Adufop - Associação dos
Docentes da UFOP, 2026. --
(Caderno de textos Adufop ; 2)

ISBN 978-65-999147-1-3

1. Associação dos Docentes na Universidade
Federal de Ouro Preto (ADUFOP) - História
I. Bertollo, Kathiuça. II. Lana, Larissa.
III. Série.

26-344897.0

CDD-378

Índices para catálogo sistemático:

1. Associação dos Docentes da Universidade Federal
de Ouro Preto : História 378

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Expedição:
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Rua Antônio José Ramos, 65 - Bauxita
CEP 35400-000 - Ouro Preto - MG
Tel.: (31) 3551-5247
secretaria@adufop.org.br
www.adufop.org.br



Caderno de textos Adufop

Nossa história de lutas se faz hoje

● Vol. 2 • maio de 2026

○ Organização:

Kathiuça Bertollo
Larissa Lana

Sumário

Mensagem da diretoria

7

Prefácio

11

Leonardo Silva Andrada

ARTIGOS RESISTÊNCIAS COLETIVAS

Nossa luta em defesa da UEMG e do patrimônio das universidades estaduais mineiras

20

Cristiana Fonseca de Castro Oliveira e Túlio César Dias Lopes

A expansão da universidade pública em tempos de restrição orçamentária: a multicampia na UFOP

38

Kathiuça Bertollo

A estratégia de segurança dos "interesses" nacionais dos EUA e a América Latina

58

Sofia Manzano

Interdição da infância: vigilância na vida de crianças palestinas e o projeto colonial de Israel

68

Muna Muhammad Odeh

A luta sindical docente na perspectiva feminista classista

80

Helga M. Martins de Paula e Tarcila Mantovan Atolini

ENSAIOS HISTÓRIA E LUTAS PRESENTES

O ANDES-SN na trajetória histórica, sua importância e as lutas do tempo presente

96

Luiz Henrique Schuch



○	O turbilhão do mundo: pequenas considerações sobre o problema do proletariado e o problema colonial	106
	<i>Claudio Anselmo de Souza Mendonça</i>	
○	Greve solidária: as enchentes no Rio Grande do Sul e a atuação da APROFURG	116
	<i>Gustavo Borba de Miranda e Marcia Borges Umpierre</i>	
○	Por uma universidade popular: perspectivas estudantis sobre a greve da educação em 2024	124
	<i>Letícia Bargas Pereira e Pablo Alexandre Garuffi Ribeira</i>	
○	Terceirização nas universidades federais: precarização, invisibilidade e escolha política	134
	<i>Tays Torres Ribeiro das Chagas e Bernardo Almeida Rocha</i>	
○	Os espaços para todos	140
	<i>Paulo Ernesto Antonelli</i>	

HOMENAGEM MARINALVA OLIVEIRA: BINÔMIO AMOR E LUTA

○	Memórias de uma professora militante pelas mãos de alguns daqueles que a amaram e lutaram junto dela	148
	<i>Andrew Costa</i>	
○	O amor, a amizade e a luta	150
	<i>Jacqueline Girão</i>	
○	A educadora e sua pedagogia do amor	152
	<i>Antônia Costa Andrade</i>	
○	A imprescindível	154
	<i>André Guimarães</i>	
○	A memória que resiste	156
	<i>Alessandra Nicodemos</i>	



Mensagem da diretoria

Adufop

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFOP - SEÇÃO SINDICAL

É com entusiasmo que compartilhamos esta coletânea, fruto de uma chamada pública à base de sindicalizados/as da Adufop e de convites direcionados a companheiros/as da luta sindical docente com atuação em demais seções sindicais do ANDES-SN.

Enquanto diretoria eleita e que tomou posse em 22 de maio de 2025, assumimos o compromisso de fomentar o debate, as reflexões críticas e a formação político-sindical a fim de nos preparamos para os enfrentamentos cada vez mais exigentes que esta difícil e árdua conjuntura nos impõe cotidianamente.

Estamos ainda no primeiro quartel do século XXI, e este novo século tem trazido, a partir da putrefação do capitalismo enquanto modo de produção de mercadorias e de organização da vida social, sob os fundamentos da propriedade privada dos meios de produção e da exploração da força de trabalho, muitas questões que exigem respostas qualificadas por parte de nossa organização coletiva enquanto classe trabalhadora.

Vivenciamos acontecimentos históricos dolorosos como a pandemia da Covid-19, vemos direitos historicamente conquistados a partir de muita luta sendo retirados em detrimento da retomada das taxas de lucro pela burguesia, sentimos a crise ambiental se ampliar ao ponto de questionarmos a continuidade da existência societária e vemos a violência sendo prática constante e institucionalizada a partir do recrudescimento violento e genocida do Estado, especialmente sobre a juventude preta e periférica. Vemos e sentimos as opressões se ampliarem sobre as mulheres, a comunidade LGBTQIAPN+ e o povo preto, somos violentados e agredidos teórica e organizativamente pela ascensão do conservadorismo, vemos o negacionismo se alastrando e ocupando o lugar do conhecimento crítico e da ciência – o que coloca em xeque a educação e a universidade pública –, dentre outras questões que exigem que continuemos em luta, de forma cada vez mais organizada e com firmeza política em torno de nossos legítimos

interesses classistas populares. Nesse sentido, se reivindica a tradição leninista que compreende que “*A teoria sem a prática de nada vale, a prática sem a teoria é cega*”.

Por isso, é preciso prestar homenagem e reconhecimento a quem constrói as lutas ombro a ombro no passo coletivo da classe trabalhadora: companheira Marinalva Oliveira, presente, hoje e sempre!

Ao pautar questões amplas de nosso continente e país, como a questão palestina, a conjuntura da América-Latina e do Brasil, a ofensiva neoliberal e privatizante sobre os bens e patrimônios público-estatais – como tem acontecido em nosso estado, Minas Gerais –, o avanço da precarização laboral via terceirização e a questão ambiental e seus contornos agravados; ao pautar a histórica atuação do ANDES-SN, o enfrentamento às opressões sobre as mulheres e as lutas por elas travadas no âmbito sindical docente e nas pautas gerais da classe trabalhadora, ao pautar o movimento estudantil em defesa da educação e da universidade pública, ao pautar a UFOP e os dilemas que porta, como a questão da multicampia e as lutas sindicais travadas cotidianamente nesta instituição e território via Adufop, bem como ao reivindicar esta universidade como espaço público e que deve estar aberto à classe trabalhadora, damos um passo a mais na reafirmação da tese leninista de que “*Sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário*”.

Agradecemos a todos/as os/as autores/as que empenharam seu tempo, seu conhecimento teórico e histórico e sua experiência na luta sindical docente para escrever os textos que conformam este Caderno de Textos Adufop Volume 2.

Que a leitura seja prazerosa, afetuosa, instigante e potencializadora das lutas coletivas é o que desejamos enquanto Gestão Adufop, biênio 2025-2027. Afinal, é preciso “firmeza política e entusiasmo para lutar” e, mais ainda, para permanecer do lado certo da história. ●



Prefácio

Prefácio

Vivemos em ásperos tempos, diria Jorge Amado. Experimentamos os desconfortos de morar na periferia de um sistema que tem se dedicado a oferecer distintas modalidades de colapso, comprometendo parte da biosfera no desfecho. A forma atualíssima do capital para lidar com as ameaças são as variadas expressões, ao redor do globo, de um neofascismo cada vez mais despudorado. Sempre foram ostensivamente truculentos, orgulhosos de sua energia destrutiva, trombeteando “*viva la muerte!*” enquanto cavalgavam as quatro bestas do apocalipse. Os emblemas e referências do fascismo original estão desgastados há um século. Não é apenas o infortúnio da idade: dê-se ao fenômeno a nomenclatura que os debates apontam; trata-se de uma forma violenta de controle social para a defesa das margens de acumulação. É, acima de tudo, uma expressão aflita da luta de classes, em um momento em que a institucionalidade democrático-burguesa já não é mais eficiente no cumprimento dessa tarefa. Quer isso dizer que a cada conjuntura, o fenômeno político que chamamos de fascismo vai apresentar contornos característicos de sua época. E o neofascismo dos tempos presentes é histrionicamente orgulhoso de sua ignorância. Milita em prol da estupidez, da incapacidade interpretativa e argumentativa, da expressão dos mais torpes preconceitos de forma triunfal. Daí que não surpreenda a ojeriza que costumam demonstrar por professores, a universidade, a pesquisa, qualquer coisa que remeta à produção, sistematização e disseminação do conhecimento. Da perspectiva da ultradireita nativa (e de outras paragens também), o professor é um delinquente – transgride a norma de preservar a ignorância.

É neste tempo, com todas as suas dificuldades e incertezas, que se tornam ainda mais relevantes as fontes de inspiração e a disseminação de visões e práticas para a construção de um espaço melhor para viver – muito além de

simplesmente sobreviver. Não podemos, não queremos e não vamos naturalizar uma vida destituída de sentido, de alegrias e de conquistas coletivas. É por isso que o sindicato, mais do que nunca, torna-se uma fonte de práticas contra-hegemônicas. Se a operação padrão, sob o neoliberalismo tingido de neofascismo, é a glorificação do individualismo, da produção de lixo e deterioração do ambiente e da exploração indiferente pela tragédia de milhões de vidas, o sindicato tem por base a solidariedade e se coloca no meio social como o espaço de construção de formas coletivas de enfrentamento das questões cotidianas. Serve, assim, como fonte de referências de uma sociabilidade radicalmente antiegoísta; esta mesma que é a base dos comportamentos destrutivos do ambiente e da própria vida em sociedade.

A súmula do noticiário dos dias que correm pode desanimar a ponto de imobilizar, ou ainda pior: de matar a esperança. Manter-se informado, nessas condições, é um convite ao desgosto. Contudo, preservar-se apartado do século não é procedimento recomendável aos que se ocupam de formar, como é papel de professores, e torna-se interdito àqueles que, para além de sua profissão, escolhem diuturnamente se dedicar à construção de um mundo melhor. Por sorte, podemos contar com as boas palavras de quem também já enfrentou situações de grande provação, mas, em meio às agruras, conseguiu distinguir o que importava para sair desse antro estreito. Diante dos desafios postos em uma Itália em processo de fascistização, o teórico e dirigente Antonio Gramsci lembrou-se de um literato francês para asseverar: “ao pessimismo da razão, é preciso aliar o otimismo da vontade”. Formulação precisa no combate ao imobilismo que o extremo desânimo pode produzir, por um lado, e, por outro, o triunfalismo perigoso dos excessos de otimismo. A essa fórmula, pensamos ainda a lembrança de que a situação não é expressão necessária de uma condenação metafísica ao sofrimento. Ainda que a obra das gerações passadas pese sobre nossos ombros e tenhamos que nos mover entre condições que já estavam dadas, ainda assim, fazemos nossa história. Não existe uma determinação transcendental de que tudo seja precisamente como é: as condições reais de existência foram *feitas assim*, e

podem ser feitas *de outra forma*. Na condição de *zoon politikon*, aprendemos tudo, valores e práticas, no que se pode chamar, genericamente, de processo de socialização. E lá se vão praticamente dois séculos de trajetória do movimento operário, cuja história de lutas consagrou um dos espaços de socialização para a gestação do novo mundo

A Adufop oferece uma bela contribuição a essa construção coletiva com essa brochura, agregando avaliações críticas da quadra histórica em que nos movemos a reflexões do papel exercido por diferentes espaços coletivos de aprendizado, sem deixar de contextualizar a universidade pública na atual fase. Por todas essas considerações, o repertório de textos a seguir é de grande valia. Se concordamos que a dupla função de formação/informação é tarefa precípua do sindicato, este caderno garante à Adufop o reconhecimento por desempenho. Se não, vejamos.

No primeiro artigo, **Cristina Fonseca** e **Túlio Lopes** passam em revista as montanhas das Minas e o cerrado das Gerais para dar conta da abrangência de uma universidade que se desdobra por todo o estado. E diria um de seus filhos: *Minas é muitas!* Os companheiros da ADUEMG analisam como o governo de Romeu Zema lida com a educação no estado, particularmente o trato dispensado às universidades, desrespeitando sua autonomia, descumprindo o acordo homologado em 2018 e apresentando um projeto de lei que, na prática, encaminha sua privatização. Acompanhando o processo de interiorização, apontam como a multicampia sem recursos impõe obstáculos sólidos ao bom trabalho da instituição, a exemplo do que já levantou a discussão proposta pela companheira da Adufop em seu texto. A ADUEMG emerge como um dos desdobramentos do processo de estadualização, fruto da necessidade inescapável de lutar. Os professores da estadual mineira contextualizam as restrições a que se submete a universidade como parte constitutiva do avanço neoliberal e seus instrumentos fiscais de anulação de políticas sociais, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Regime de Recuperação Fiscal – este último reiteradamente proposto por Zema, cujo esforço foi temporariamente malogrado pela importante resistência da Frente Mi-

neira em Defesa do Serviço Público. Diante de um cenário progressivamente ameaçador ao patrimônio do povo mineiro e às condições de trabalho na educação, a seção sindical botou o bloco na rua: “UEMG: quem conhece defende!”, envolvendo toda a comunidade universitária e dialogando com demais entidades que defendem os interesses do povo. A experiência da greve é apresentada em seus aspectos de luta, de socialização e de aprendizado de resistência, e nossos companheiros seguem firmes na luta por uma universidade pública mineira, pelo patrimônio público de Minas e pelo direito a serviços públicos, gratuitos, de qualidade e socialmente referenciados.

Passando em revista um mundo flagelado para preservar as taxas de acumulação do capital, avançamos para a análise da conjuntura local, a partir de problemas que se abatem sobre a universidade reiteradamente, em diferentes ciclos desde o início do ajuste neoliberal, nos anos 1990. **Kathiuça Bertollo** direciona o foco para as contradições e limites da expansão universitária através da chamada *multicampia*, em período de restrições orçamentárias cada vez mais severas. Para propor a reflexão, se vale do anúncio recente da inauguração de mais um *campus* avançado da UFOP, às voltas com problemas derivados da falta de recursos para a estrutura já existente, ausência de políticas de permanência estudantil e de valorização dos trabalhadores da educação. A professora é atenta para a consolidação de um sistema universitário (e educacional, em geral) que se expande sem preocupações quanto à função social que deve cumprir. Na ausência de uma diretriz socialmente referenciada, a força do mercado se impõe; a UFOP se espalha por região de mineração, sendo as potentes corporações do setor a influência preponderante sobre as decisões administrativas quanto à criação e localização dos cursos. Se a *multicampia* contribui com o enraizamento da universidade no interior, servindo de contraponto à expansão do ensino privado e a precarização do EAD, o cenário de penúria impõe desafios.

A análise de **Sofia Manzano** constata que o sequestro de Nicolás Maduro foi o primeiro gesto de força da recém batizada *Doutrina Monroe*, mas recua aos primeiros momentos do governo Trump para constatar como é

plenamente consoante com esse gesto criminoso. Interna e externamente, esta grande referência da extrema direita mundial já atuava para escancarar os fundamentos políticos do sistema jurídico. Mesmo com o histórico carregado de intervencionismos vários, a perversidade trumpista pontua uma alteração nos pratos da balança coerção x consenso. Uma operação que só foi possível com o impacto social das *big techs*, pois não há fascismo sem apoio das massas – e a companheira Sofia não se desincumbe de chamar esse presidente, seu governo e o movimento que o apoia pelo seu nome adequado: fascistas; ou, mais adequadamente, em respeito ao rigor conceitual, neofascistas. Esse sistema desumanizador é medularmente dependente da propaganda que mobiliza as massas, mas nenhum regime político se sustenta exclusivamente nos discursos, e outro aspecto destacado é a truculência tarifária, para submeter a América Latina e interditar seu acesso aos chineses. Diante de tamanhos desafios, a autora constata: um país como o Brasil não pode se desobrigar de suas tarefas, fazendo ouvido de mercador aos pedidos de Gaza, tergiversando sobre a Venezuela e se escorando reiteradamente no bordão thatcherista de que não há alternativa.

A companheira **Muna Odeh** nos fornece um relato sensível sobre o genocídio do povo palestino, em uma de suas expressões mais brutas: o sofrimento imposto às crianças. Sendo ela própria filha desse povo que resiste à máquina de guerra colonial, a professora se vale de sua experiência recente para uma descrição contundente do que chama de *unchild* a interdição da infância. Em mais de sete décadas de ocupação sionista, a memória coletiva de palestinos é contaminada de violências e arbitrariedades. Ela aborda como essa brutalidade se abate sobre crianças e jovens, e a prática do *sumud* como resistência ao extermínio. Mais abrangente do que a já tão significativa tenacidade com que enfrentam o massacre, *sumud* é, por sua própria natureza, oposto a esse mundo da barbárie neoliberal que o império decadente se desdobra para manter.

Helga Martins e **Tarcila Atolini** regulam o foco para tratar do movimento docente à luz do feminismo classista. Desse ponto de vista, os eloquentes

grupos misóginos que têm conseguido destaque são mais uma manifestação epidérmica de um imperialismo decadente, com visibilidade impulsionada por avanços na tecnologia da informação. Os recentes aparelhos e seus sistemas, associados à dinâmica das redes sociais, moldam novas formas de sociabilidade que, por sua vez, impactam na atividade docente, quando os jovens desse nada admirável mundo novo chegam à sala de aula – e esse não é o único mal-estar na tragédia diária da trabalhadora brasileira. As companheiras compilam dados para interpretar o cenário que professoras precisam superar para cumprir a jornada, diante de tantas ameaças. Como não poderia ser de outra forma, a constatação de um cenário abarrotado de dificuldades, receios e desafios cumpre uma função política clara: é um convite à luta, lembrando que, mesmo com todas as turbulências do tempo presente, o sindicato continua sendo o espaço de aglutinação, aprendizado, formação política, compartilhamento de experiências, organização da luta e de viver a vida!

Nos ensaios, o conjunto de textos voltados para o trato das entidades sindicais, suas referências e práticas começa com uma síntese bem-informada, escrita por quem acompanhou de perto a trajetória de nascimento, consolidação e atuação do Sindicato Nacional. O professor **Luiz Henrique Schuch** nos apresenta uma história de luta que se inicia nos estertores da ditadura, avança pela construção de uma nova sociedade mais justa e democrática e se afirma na resistência contra a gênese e o avanço da barbárie mercadológica neoliberal, sempre com autonomia e independência. A pioneira associação, que posteriormente viria a se tornar o ANDES-SN, é criada no momento de retomada da vida associativa, no bojo das lutas que viriam a derrotar, por fim, a ditadura. Em debate com as forças constitutivas do chamado *Novo Sindicalismo*, a ANDES é fundada com uma estrutura horizontal, organizada pela base em seus locais de trabalho, sustentada pelo autofinanciamento como decisão política de preservação de sua independência. O que o companheiro nos mostra é que, mesmo com todas as transformações que os anos trouxeram, o ANDES-SN mantém sua luta por uma universidade brasileira

cuja formulação pode ser conferida no consagrado *Caderno 2*, fruto de amplo debate promovido pela base. O professor Schuch nos assegura: para o avanço da luta, é imprescindível preservar o caráter autônomo do sindicato, concomitante à atualização das formas de mobilização e organização da categoria.

Dando conta de apanhar a efervescente conjuntura, versão nacional e global, os leitores são municiados com sínteses das questões que reclamam maior atenção para uma compreensão fina do tempo presente. **Claudio Mendonça** compila os traços gerais da globalização neoliberal, de onde o observador recolhe traços da subjetividade individualista possessiva que esse sistema econômico alimenta.

Se temos por certo que o sindicato é para lutar, aproveitamos abordagens de uma de suas expressões mais avançadas, como ensina a história do movimento operário. Há bem pouco tempo, o movimento docente construiu duas greves de grande envergadura: a da educação federal e a dos docentes da Universidade Estadual de Minas Gerais. **Gustavo Miranda** e **Marcia Umpierre** recuperam a atuação da APROFURG para destacar um papel fundamental da luta sindical. Antes mesmo da deflagração da greve nacional, os companheiros da seção da FURG e do IFRS já tinham dado início ao movimento, quando começaram a construção desse difícil processo: foram assaltados pelo maior desastre climático da história do Rio Grande do Sul. As seções da Regional RS do Sindicato Nacional articularam a greve solidária, levantando recursos e coordenando a mobilização para auxílio nos trabalhos intensos que a situação exigiu. Nessa situação de esgotamento físico e emocional, os espaços coletivos foram fundamentais para a tonificação dos laços de solidariedade, reforçando o papel do sindicato e suas ações como fonte de aprendizado e socialização, e de como se descortina a luta de classes por trás de eventos que se abatem sobre as famílias trabalhadoras.

Da perspectiva das entidades docentes, partimos para a discente, diante de um processo que envolveu toda a comunidade ligada às universidades e institutos federais: a greve da educação federal de 2024. **Letícia Pereira**

e **Pablo Ribeiro** nos apresentam uma análise desse processo do ponto de vista dos estudantes. Como não poderia ser de outra forma, desponta a dificuldade de mobilizar as bases estudantis em um cenário de ameaças cada vez menos veladas à universidade pública, sem poder contar com um apoio efetivo da União Nacional dos Estudantes. Mesmo com as parcas conquistas logradas pelo movimento estudantil, a greve cumpriu papel de enorme valia para a formação política de uma geração que se ressentiu dos efeitos deletérios da pandemia, de triste memória. Novos militantes puderam travar contato com as considerações sobre as raízes dos problemas que levaram à greve, conectados a uma concepção de universidade que não está lastreada no interesse da classe trabalhadora – a percepção de que a greve, como uma das formas de luta, configura-se como resistência à matriz neoliberal de forja de consciências.

Uma outra gama de questões que afetam a capacidade da universidade em cumprir seu papel social de garantir o tripé ensino, pesquisa e extensão conecta-se com as formas de terceirização de serviços fundamentais à sua operação, tema abordado por **Tays Chagas** e **Bernardo Rocha**. A terceirização é analisada como um processo que degrada atividade inerente à condição humana – o trabalho visando à maximização do ganho de capital às custas da dignidade e da qualidade de vida de trabalhadores e do público. O discurso de eficiência é tratado, pelos autores, como disfarce ideológico para o que de fato é uma escolha política – como de resto, tudo o que se refere às decisões sobre o orçamento público.

Reforçando que a universidade não vive apenas de problemas e, em meio a tantas dificuldades, ainda é capaz de se colocar como espaço de construção de formas mais humanas de sociabilidade, **Paulo Antonelli** trata de uma bem-sucedida experiência de extensão. Seu texto ressalta a relevância do projeto como espaço coletivo que envolve a comunidade mais ampla, tendo como mote a prática de exercícios, sob orientação de professor da Faculdade de Educação Física.

Fecha o volume um encômio à companheira Marinalva, cuja partida precoce não ofusca a dedicação à construção do ANDES-SN, à organização da categoria e à luta pela classe trabalhadora. Para pessoas assim dedicadas, cada homenagem é uma expressão justa do reconhecimento, que não se dá em exagero. Não há comentário que faça jus à sensibilidade dos tributos, restando ao leitor a busca em primeira mão.

Ao fim e ao cabo, este é o mundo que temos, o único; se não faz sua trajetória ao redor do sol da forma como entendemos mais adequada, façamos com nossas mãos tudo que a nós nos diz respeito. E, se a resposta coletiva é necessária, as decisões precisam ser bem-informadas. Publicações como esta, com suas análises de conjuntura, relatos de luta, críticas das condições de vida e trabalho, homenagens e história, cumprem tarefa inescapável de oferecer subsídios para o debate. À leitura. ●

Leonardo Silva Andrada

Juiz de Fora, verão de 2026

Nossa luta em defesa da UEMG e do patrimônio das universidades estaduais mineiras

*Cristiana Fonseca de Castro Oliveira e
Túlio César Dias Lopes*

Resumo: O presente artigo trata de analisar os sete anos de gestão do governador Zema e sua relação com as universidades estaduais mineiras, em especial com a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Romeu Zema foi eleito governador em 2018 e tomou posse em 2019, sendo reeleito em 2022 e reempossado em 2023, tendo Matheus Simões como vice-governador. O governo Zema/Simões não respeitou nem garantiu a autonomia universitária, não cumpriu o acordo de greve homologado em 2018 e manteve uma nefasta política salarial. Não bastassem essas ações, o governo Zema/Simões apresentou na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) dois Projetos de Lei – nº 3.733/2025 e nº 3.738/2025 – com o objetivo de repassar para a União ou vender para a iniciativa privada todos os imóveis da UEMG e transferir a gestão da universidade para a União ou para a iniciativa privada. Após intensa mobilização e luta da categoria docente, liderada pela ADUEMG e pela comunidade universitária da UEMG, foi aprovada uma emenda retirando todos os imóveis pertencentes e/ou utilizados pela UEMG do referido Projeto de Lei e apresentada uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC-59/2025) que busca assegurar a autonomia universitária das universidades estaduais mineiras.

Palavras-chave: Luta Sindical. Governo. Autonomia Universitária. UEMG.



Introdução

O presente artigo trata de uma análise dos sete anos de gestão do governador Romeu Zema e sua relação com as universidades estaduais mineiras, em especial com a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Romeu Zema foi eleito governador em 2018 e tomou posse em 2019, sendo reeleito em 2022 no primeiro turno e reempossado em 2023. O governo anterior, de Fernando Pimentel (PT), foi marcado por uma crise econômica, financeira e política, pela conciliação com interesses dos representantes do poder econômico e pelo descaso em relação aos servidores públicos estaduais. A ADUEMG, juntamente com a ADUNIMONTES, realizou uma greve de mais de cem dias em 2016 e uma nova greve em 2018. Pimentel não cumpriu o acordo de greve celebrado em 2016 e não concedeu nenhum reajuste para o conjunto do funcionalismo público estadual.

O governo Zema caracterizou-se pelo ultraliberalismo e pelo autoritarismo. Zema não respeitou nem garantiu a autonomia universitária das universidades estaduais mineiras previstas no artigo 207 da Constituição Federal de 1988 e no artigo 199 da Constituição Estadual de 1989. Zema não cumpriu o acordo de greve homologado em 2018, inviabilizando mudanças nos planos de carreira dos/as docentes do ensino superior do estado de Minas Gerais. Ele promoveu uma reforma administrativa que reduziu a Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia a uma subsecretaria de ensino superior e, posteriormente, a uma subsecretaria de assuntos educacionais e manteve uma nefasta política salarial, que concedeu a ele próprio e aos seus secretários um reajuste de 298% e garantiu reajuste salarial somente em 2022, ano marcado pelas eleições gerais e pela sua sucessão.

Não bastassem essas ações, o governo Zema apresentou o Projeto de Lei 3.733/2025 à Assembleia Legislativa, que buscou transferir para o governo federal e/ou vender para a iniciativa privada todos os imóveis da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Após intensa mobilização da categoria docente, li-

derada pela ADUEMG e pela comunidade universitária da UEMG, foi aprovada uma emenda retirando todos os imóveis pertencentes e/ou utilizados pela UEMG. Entretanto, o governo do estado ainda não arquivou o Projeto de Lei 3.738/2025, que, se aprovado, significará a possibilidade objetiva de extinção da UEMG. Os/as docentes da UEMG e da UNIMONTES se organizaram para uma contraofensiva em 2026. Por iniciativa da ADUEMG, foi apresentada uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 59/2025) com o objetivo de assegurar a autonomia universitária das universidades estaduais mineiras, e os/as docentes se preparam para a Campanha Salarial Educacional 2026, objetivando novas conquistas para a categoria docente, para a comunidade universitária da UEMG e para o povo trabalhador mineiro.

UEMG: da criação ao processo de estadualização

A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e a Universidade Estadual do Montes Claros (UNIMONTES) foram criadas no final dos anos 1980, no contexto do processo de redemocratização do país. Os constituintes mineiros criaram as duas universidades na perspectiva de fomentar o desenvolvimento e a integração regional, garantindo produção de conhecimento, ciência e tecnologia em diversas regiões do estado não contempladas por instituições públicas de ensino superior.

Inicialmente, a UEMG abrangeu somente algumas unidades de Belo Horizonte e uma unidade em Barbacena, na Zona da Mata Mineira. Somente em 2013, com o processo de estadualização das fundações de ensino de Passos, Carangola e do ISEAT (em Ibirité), a UEMG passa a ter uma atuação maior no interior. Esse processo apresenta diversos tensionamentos e conflitos, com destaque para o número insuficiente de docentes, analistas e técnicos/as efetivos/as, ausência de departamentos e de gabinetes para docentes, poucos laboratórios, número limitado de bolsas e nenhuma política estruturante de assistência estudantil.

A ADUEMG surge no processo de estadualização da UEMG. Inicialmente é formado um Sindicato dos Docentes da Fundação Helena Antipoff

(SINDHA), representando os docentes do Instituto de Ensino Superior Anísio Teixeira (ISEAT). Posteriormente, com a vigência do processo de estadualização o SINDHA, transforma-se em Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (ADUEMG) - Seção Sindical do ANDES-SN. A ADUEMG promove uma primeira greve em 2014, ainda no governo de Antônio Anastasia (PSDB), conquistando pautas específicas e novos editais de concurso público.

Com o desenvolvimento do processo de estadualização, surgem novas demandas, pautas e situações que exigiram posicionamentos importantes da comunidade universitária. Pimentel (PT) assume em 2015, gerando expectativas positivas para a comunidade universitária da UEMG. Entretanto, no mesmo ano, o estado de Minas Gerais entra no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)¹. O governo é obrigado a pagar parcelas consideráveis da dívida pública e passa a atrasar, a parcelar e a não pagar em dia os salários dos servidores públicos estaduais, o que gera descontentamento e decepção. Cabe destacar que a LRF, criada durante o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, é, na prática, uma política de estado neoliberal que impede aumentos salariais, alterações nas carreiras e melhorias das condições de trabalho. Para superar dialeticamente o atual quadro do serviço público no Brasil, faz-se necessário rever essa lei e criar uma Lei de Responsabilidade Social (LRS).

Em 2016, a ADUNIMONTES juntamente com a ADUEMG, organizou uma greve geral por tempo indeterminado, pautando a luta por salário, carreira, concurso público e mais investimentos. Após algumas semanas sem negociação com o governo Pimentel, negociações são abertas. Diversas propostas são apresentadas na mesa de negociação, e o governo Pimentel acenou positivamente para a maioria das propostas encaminhadas. Mas apresentou um “gatilho”, condicionando o cumprimento das reivindicações à saída de Minas Gerais do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF),

1. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2020, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

situação que não se configurou nos anos posteriores. Durante o governo Pimentel não foi garantido nenhum reajuste salarial e, somente no final do seu mandato, foram autorizados concursos públicos para docentes da UEMG, uma conquista objetiva das greves da ADUEMG de 2016 e 2018.

A ADUEMG manteve uma postura de independência e autonomia em relação a governos e reitorias, sempre lutando em defesa da categoria docente. A luta empreendida pela ADUEMG impediu o descredenciamento da UEMG e garantiu novos concursos e novas nomeações. A ADUEMG, fundada em 2014, agregou inicialmente docentes das unidades de Ibirité, Frutal e Guignard. Posteriormente, a ADUEMG se consolidou como a única entidade sindical representativa da categoria docente.

RRF, RRF, PROPAG e auditoria da dívida

O debate da dívida do estado de Minas Gerais acumulada historicamente por sucessivos governos ganhou um capítulo novo e decisivo neste segundo mandato do governo Zema (NOVO). Zema buscou, durante todo o primeiro mandato, aderir sem restrições ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF)². A luta da Frente Mineira em defesa do serviço público e dos/as servidores/as e contra o RRF e às privatizações retardou a adesão. Somente em janeiro deste ano o governo do estado, juntamente com o governo federal, fez um acordo que possibilitou a adesão de Minas Gerais ao RRF. Resultado imediato foi a ausência de reajuste salarial para o conjunto dos servidores públicos do estado de Minas Gerais, excetuando os servidores do poder judiciário, da ALMG e da Rede Estadual de Educação Básica.

O Senado Federal, sob a liderança do senador mineiro Rodrigo Pacheco (PSD), articulou um projeto alternativo denominado Programa de Pleno Pagamento da Dívida (PROPAG)³. Este programa foi aprovado no Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente Lula (PT), com alguns vetos. Os vetos

2. Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

3. Lei complementar nº 212, de 13 de janeiro de 2025, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (PROPAG), destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União.

principais dizem respeito à assunção de dívida de setores privados. Zema, Tadeu Leite, parte da bancada federal e o próprio senador Rodrigo Pacheco defenderam a derrubada dos vetos do presidente Lula. A ADUEMG, juntamente com o ANDES-SN, defendeu a realização de uma auditoria pública da dívida do estado de Minas Gerais. Também articulamos e conseguimos a aprovação de uma emenda garantindo recursos para as universidades estaduais caso os estados aderissem ao PROPAG.

O projeto ultraliberal de Zema e Simões não trata apenas de uma diferença em relação às políticas econômicas; é um projeto antagônico em relação ao serviço público e aos servidores. Zema, aproveitando brechas no processo de adesão ao PROPAG, reapresentou projetos privatistas sob a *fake news* da “federalização”. Ou seja, aproveitando-se do processo de adesão ao PROPAG, que possibilita a federalização de empresas públicas, Zema escalou o vice-governador Matheus Simões para defender na íntegra todo o seu projeto privatista, chegando a propor a federalização e/ou a privatização da CODENGE, CODEMIG, COPASA, CEMIG, EMC e UEMG, além de cerca de 350 imóveis pertencentes ao estado de Minas Gerais – empresas públicas, fundações e autarquias.

Os sucessivos governos não pautaram a questão da auditoria da dívida pública, a melhor saída para o povo trabalhador mineiro. No debate atual da questão da dívida, o risco é de, em nome de um projeto alternativo (PROPAG), avançarmos no processo de privatização das empresas públicas, fundações e autarquias em Minas Gerais. Zema, por sua vez, lançou-se pré-candidato à presidente da República com a intenção de aplicar e desenvolver no Brasil o projeto ultraliberal e autoritário aplicado nos últimos anos em Minas Gerais. Não se trata de nada novo; apenas novos odores de putrefação, privatização e mercantilização. O vice-governador Matheus Simões (PSD), por sua vez, é um dos pré-candidatos da direita ao Palácio Tiradentes.

O governo Zema/Simões desferiu ao longo dos seus sete anos de governo uma série de ataques contra a autonomia universitária. Desde seu primeiro mandato, o governo não respeita essa autonomia: primeiro, não garantiu

os investimentos necessários para o funcionamento e a ampliação das estruturas físicas da UEMG, chegando a cortar cerca de 100 milhões de reais do orçamento anual da UEMG entre 2022 e 2024; segundo, não cumpriu o acordo da greve, firmado em 2016 e homologado em 2018; terceiro, não respeitou as decisões do Conselho Universitário da UEMG, como, por exemplo, o direito à Dedicção Exclusiva (DE); e quarto, atacou a gestão da UEMG, seu patrimônio e toda sua comunidade com dois projetos de lei privatistas e autoritários.

A campanha “UEMG: quem conhece, defende!”

A luta por uma universidade pública, popular, gratuita e de qualidade em Minas e no Brasil ganhou um novo capítulo com o ataque, sem precedentes históricos, do atual governo de Minas Gerais contra a autonomia universitária da UEMG e contra o patrimônio do povo trabalhador mineiro. Em maio de 2025, faltando pouco mais de um ano para o término do seu mandato de governador de Minas Gerais, Zema, através de seu porta-voz Matheus Simões, apresentou dois projetos de lei na Assembleia Legislativa, que, se aprovados, significarão a venda do patrimônio de Minas Gerais (350 imóveis), incluindo todos os imóveis da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), e o fim da autonomia universitária da UEMG, com a possibilidade objetiva de sua extinção.

A ADUEMG, juntamente com outros sindicatos do funcionalismo público estadual, notadamente o SINDSEMA, a ASTHEMG, o SINDPROS e o SIPSSEMG, estava mobilizada na luta pelo reajuste salarial. Matheus Simões apresentou treze projetos de lei na Assembleia Legislativa no dia 8 de maio de 2025. No dia seguinte (9 de maio de 2025), houve uma manifestação no centro de Belo Horizonte onde o reajuste foi cobrado e a tentativa de venda da UEMG foi denunciada. Centenas de pessoas manifestaram repúdio à política salarial do governo Zema e disposição de lutar em defesa do patrimônio público, empresas públicas e autarquias estaduais.

A diretoria da ADUEMG divulgou uma nota no dia 14 de maio de 2025 convocando toda a categoria docente e a comunidade universitária da UEMG a construir uma frente única em defesa da UEMG e a lutar contra os dois Projetos de Lei 3.733/2025 e 3.738/2025, que ameaçavam o patrimônio e a gestão universitária da UEMG. Foram realizadas plenárias virtuais e presenciais em todas as unidades da UEMG e um dia de luta foi convocado. No dia 27 de maio de 2025, foi realizada uma assembleia geral da categoria e uma manifestação em defesa da UEMG, que abraçou toda a Assembleia Legislativa. A manifestação contou com o apoio de toda a comunidade universitária da UEMG. O Conselho Universitário da UEMG se posicionou pelo arquivamento do PL 3.738/2025 e pela retirada dos imóveis da UEMG e da UNIMONTES do PL 3.733/2025.

Foram realizadas manifestações, atos, audiências públicas e reuniões em várias câmaras municipais de diversas cidades mineiras. A unidade foi expressa na conformação de uma frente única em defesa da UEMG, que aglutinou docentes, técnicos/as-administrativos/as, analistas, diretores/as, reitorias, sindicatos, movimentos populares, deputados/as, vereadores/as e prefeitos/as aliados/as. No dia 1º de julho de 2025, foi realizada uma audiência pública na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa, que contou com a presença de mais de mil pessoas da comunidade universitária da UEMG e representantes de diversas entidades científicas, acadêmicas, sindicais e estudantis. Na mesma data foram realizadas assembleias simultâneas dos três segmentos, e o movimento sindical docente aprovou o indicativo de greve caso os projetos do governo Zema/Simões passassem a tramitar na Assembleia Legislativa.

A luta em defesa da UEMG ganhou dimensão nacional com a construção de um dia nacional de luta em defesa da UEMG e do patrimônio das universidades estaduais mineiras (UEMG e UNIMONTES), aprovado no Conselho Nacional de Associações de Docentes do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em julho de 2025 em Manaus, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O dia nacional aconteceu em 10 de setembro de 2025, juntamente

com um seminário nacional sobre autonomia universitária, convocado pelo ANDES-SN e as duas seções sindicais das universidades estaduais mineiras (ADUEMG e ADUNIMONTES). Na ocasião, a presidência da ADUEMG apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para assegurar a autonomia universitária das universidades estaduais mineiras UEMG e UNIMONTES. A proposta recebeu de imediato a assinatura de 37 deputados/as e foi protocolada. Também foi realizada uma manifestação organizada pela ADUEMG.

No dia 7 de outubro de 2025, foi realizada uma audiência pública da Comissão de Administração Pública. Simultaneamente à realização da audiência pública, onde lotamos juntamente com outras categorias o auditório José de Alencar, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foram realizados protestos em dez unidades acadêmicas da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), localizadas no interior do estado, o que demonstrou a força e a capacidade de mobilização, unidade e luta em defesa da UEMG e do patrimônio do povo trabalhador mineiro.

A campanha culminou na retirada de todos os imóveis pertencentes e/ou utilizados pela comunidade universitária da UEMG da famigerada lista de imóveis do Projeto de Lei 3.733/2025, de autoria do governador Romeu Zema (NOVO) e de seu vice-governador Matheus Simões (PSD), no dia 8 de outubro de 2025. A retirada dos imóveis da UEMG da lista do PL 3733/2025 foi uma vitória da comunidade universitária da UEMG, impulsionada pelo trabalho da ADUEMG.

Avançar rumo a novas conquistas!

Simultaneamente à luta em defesa da UEMG e do patrimônio das universidades estaduais mineiras (UEMG e UNIMONTES), a diretoria da ADUEMG vem trabalhando intensamente para avançar rumo a novas conquistas para a categoria docente e para a comunidade universitária da UEMG. A greve docente de 2024 significou um marco histórico na luta por “Nenhum direito a menos!”. Mesmo em uma conjuntura difícil e complexa,

deflagramos uma greve que contou com a adesão de 80,9% da nossa categoria e que paralisou as atividades docentes em 19 das 22 unidades acadêmicas da UEMG.

UEMG é hoje uma universidade socialmente referenciada. Ela vem se destacando por ser uma universidade que garante políticas de acesso para comunidades indígenas, quilombolas, ciganas e, recentemente, para a comunidade LGBTQIPNA+. Contempla estudantes de mais de 400 cidades mineiras e está localizada em importantes cidades e macrorregiões de Minas Gerais. Conquistamos nossos primeiros dois restaurantes universitários, mas carecemos de políticas estruturantes de assistência estudantil, transporte universitário, creches e moradias universitárias.

Defender a UEMG frente aos ataques do governo Zema é uma tarefa da comunidade universitária. A resistência é importantíssima, mas insuficiente na atual conjuntura. A luta de resistência em defesa de nossos direitos e conquistas históricas não avançará se deixarmos de lado ou abandonarmos nossas perspectivas. Precisamos construir uma nova hegemonia baseada na realização de um projeto de universidade pública, popular, gratuita e de qualidade. A UEMG é uma das maiores (e provavelmente uma das melhores) universidades públicas, sem perder sua característica social de ser uma universidade composta majoritariamente por pessoas da classe trabalhadora.

A campanha “UEMG: quem conhece, defende!”, por sua vez, abre a possibilidade histórica de, além de defender o patrimônio das universidades estaduais mineiras, a gestão universitária da UEMG, nossos empregos e direitos, poder avançar rumo a novas conquistas. E que conquistas precisamos alcançar na atual conjuntura? A principal questão é a garantia da autonomia universitária da UEMG, regulamentando e assegurando a integralidade e a aplicabilidade dos textos constitucionais.

O artigo 207 da Constituição Federal aponta que “As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1988). Na mesma perspectiva,

o artigo 199 da Constituição do Estado de Minas Gerais prevê que “As universidades gozam de autonomia didático-científica e administrativa, incluída a gestão financeira e patrimonial, observado o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Minas Gerais, 1989). Esses artigos precisam ser respeitados e aplicados em sua totalidade.

Entretanto, resgatando as contribuições de István Mészáros em “A educação para além do capital (2008)”, é necessário reaver a tese de José Martí de que “As soluções não podem ser apenas formais: elas devem ser essenciais”. A ausência da autonomia universitária descaracteriza, fragiliza, precariza e sucateia nossas universidades, abrindo caminho para a privatização e a reversão do processo de estadualização da UEMG. Também impede o desenvolvimento institucional da UEMG, os investimentos necessários em infraestrutura e na construção de novos laboratórios, prédios e *campus*. Inviabiliza a garantia de valorização profissional e salarial da categoria docente, dos/as técnicos/as-administrativos/as e analistas.

A PEC 59/2025 abre a possibilidade de avançarmos nessa conquista primordial que é a garantia da autonomia universitária das universidades estaduais mineiras (UEMG e UNIMONTES). A ADUEMG vai realizar plenárias em todas as unidades acadêmicas da UEMG, com o objetivo de apresentar, debater e aprimorar a proposta em discussão. Realizaremos também uma assembleia geral presencial para definirmos coletivamente os próximos passos de nossa luta. Simultaneamente, a ADUEMG está em contato permanente com a ADUNIMONTES e com o ANDES-SN para articular a estadualização e a nacionalização de nossa luta.

Defendemos a existência das universidades estaduais mineiras (UEMG e UNIMONTES). As duas garantem a oferta de ensino superior público de qualidade em diversas cidades e regiões de Minas Gerais, contribuindo com suas atividades de pesquisa e extensão universitária para a transformação social e o desenvolvimento regional. A garantia da gestão financeira e patrimonial das nossas autarquias estaduais, sem a ingerência do governo, é fundamental e inegociável. Em vez de vender, doar ou transferir o patrimô-

nio das universidades estaduais mineiras, necessitamos consolidar e ampliar nosso patrimônio com a construção de novas unidades, a estadualização de novas fundações e a realização de novos concursos públicos.

Com essa iniciativa, estamos resgatando a pauta de luta sobre o financiamento das universidades estaduais mineiras (UEMG e UNIMONTES). Defendemos a proposta original dos constituintes de 1989: 1% do orçamento do governo do estado de Minas Gerais para a UEMG e 1% para a UNIMONTES e queremos assegurar que o orçamento definido pela LOA, LDO e pelo Plano Plurianual seja implementado. Não aceitaremos cortes no orçamento das nossas universidades, lutamos pela recomposição orçamentária e defendemos mais investimentos nas nossas universidades.

Nossa carreira docente não vem sendo valorizada devidamente. Na questão salarial, acumulamos mais de 80% de perdas e não temos garantia de direito à dedicação exclusiva, que é assegurado e uma das características inerentes à função de docente nas universidades públicas brasileiras. Apenas com a efetivação desse direito podemos viabilizar a garantia do tripé ensino, pesquisa e extensão, conforme disposto nas leis federais e estaduais sobre autonomia universitária.

Também lutamos pela garantia da democracia e que a própria comunidade universitária possa escolher livremente seus representantes, sem a interferência política de parlamentares ou do governo. A vigência do mecanismo da lista tríplice desrespeita a democracia e a autonomia universitária. O processo de escolha dos/as dirigentes também deve ser decidido pela própria comunidade universitária, buscando garantir e contemplar a participação dos três segmentos (estudantes, técnicos/as analistas e docentes).

Na última assembleia geral presencial da ADUEMG, realizada em Divinópolis no dia 6 de dezembro de 2025, foram aprovados os seguintes eixos da Campanha Salarial Educacional 2026:

1. Autonomia universitária - Pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 59, de 2025! Pelo fim da Lista Tríplice no processo de escolha dos/as dirigentes das universidades públicas brasileiras.

2. Reajuste salarial já! Pela recomposição salarial. Defendemos a melhoria do valor da ajuda de custo. 3. Pela incorporação das gratificações ao vencimento básico. Pela aprovação do Projeto de Lei 3.283, de 2021. 4. Pela aprovação do Projeto de Lei 3.218, de 2024, que busca garantir a dedicação exclusiva para os/as docentes das universidades estaduais mineiras (UEMG e UNIMONTES). 5. Pela aprovação do Projeto de Lei 3.219, de 2024, que cria a gratificação por exercício de função. 6. Concursos públicos - Pela garantia dos concursos públicos! Pela homologação e pela nomeação dos/as aprovados/as e classificados/as nos concursos públicos para docentes, técnicos/as-administrativos/as e analistas da UEMG. 7. Contra a precarização do trabalho docente. Pagamento de acordo com a titulação. Nenhum direito a menos para os/as professores/as substitutos/as e contratados/as. 8. Em defesa dos direitos dos/as servidores/as técnicos/as e analistas da UEMG. Pela equiparação salarial. 9. Luta por mais investimentos e políticas estruturantes de assistência estudantil. 10. Luta contra a PEC 38/2025! Em defesa dos serviços públicos, dos/as servidores/as, da estabilidade e dos concursos públicos (ADUEMG Informa - Número 13/2025).

Uma das características principais do movimento sindical docente na UEMG vem sendo o desenvolvimento da capacidade de mobilização e luta. Na última greve tivemos a adesão de 80,9% dos/as docentes da UEMG, com a paralisação total de 19 das 22 unidades e, durante a campanha “UEMG: quem conhece, defende!”, em 2025, foi constatada a participação de docentes de todas as 22 unidades. Atribuímos esse resultado: à estratégia de construção desenvolvida pela ADUEMG de uma frente única em defesa da UEMG, que envolveu toda a comunidade universitária composta por docentes, estudantes, pós-graduandos/as, egressos/as, técnicos/as-administrativos/as, analistas, aposentados/as, diretores/as e reitoria; a uma rede de articulação intersindical que contou com o apoio de diversos sindicatos, como o ANDES-SN, ADUFOP, ADUNIMONTES, APES-UFJF, ADUFU, ADUFLA, SINDCEFET-MG, SINDSEMA, SINFAZFISCO, SINTRAM-Centro-Oeste e SINDUTE-MG; ao apoio dos movimentos populares Frente Nacional de Luta (FNL), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Atingidos

por Barragens (MAB) e Movimento dos Atingidos por Mineração (MAM); e à articulação com o movimento estudantil envolvendo a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Estadual dos Estudantes (UEE-MG), o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UEMG, os DCEs da UNIMONTES, UFOP, UFVJM e diversos diretórios e centros acadêmicos da UEMG.

A articulação política com vereadores/as, prefeitos/as e deputados/as de diversos partidos políticos também foi fundamental. A ADUEMG propôs e marcou presença em diversas reuniões e audiências públicas em mais de 40 cidades mineiras, onde temos unidades acadêmicas ou residem estudantes e docentes da UEMG. Também participamos de uma audiência pública no Congresso Nacional. A articulação com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) garantiu que as pautas construídas pela ADUEMG fossem encaminhadas ao legislativo estadual. Cabe assinalar a destacada atuação parlamentar da deputada Estadual Beatriz Cerqueira (PT) e de sua equipe, que mantiveram uma ótima sintonia com nossa seção sindical, respeitando a autonomia e o protagonismo da ADUEMG e encampando todas as lutas em defesa das universidades públicas estaduais (UEMG e UNIMONTES) e do funcionalismo público estadual.

Outro elemento determinante e indispensável em nossa luta em defesa da UEMG foi a articulação institucional com as direções das unidades acadêmicas e com a reitoria da UEMG, presidida atualmente pela reitora Lavínia Rodrigues. A proposta do governo de Minas Gerais, apresentada pelo vice-governador Matheus Simões (PSD), ameaça o fim da gestão da UEMG e defender a autonomia universitária é um princípio inegociável. Independente das avaliações da atual gestão da UEMG, o momento político e histórico fez com que a comunidade universitária da UEMG se manifestasse de forma unitária contra a proposta autoritária do governo. Esta união também foi construída na maioria das unidades acadêmicas da UEMG.

A luta sindical e extraparlamentar para pressionar o poder político institucional é fundamental. A combinação do trabalho de base com a mobi-

lização, a articulação intersindical e a luta política possibilita dar encaminhamento e consequência prática às pautas de reivindicações elencadas. A atuação política dos sindicatos no parlamento, sem a necessária mobilização e pressão popular, fica esvaziada de conteúdo social; entretanto, apenas a atuação e luta na base, sem representatividade e articulação política nas instituições, faz com que a luta social perca a dimensão política.

A construção de uma alternativa requer resistir e avançar. Na atualidade, não há espaço para recuos. Mas a resistência é insuficiente, faz-se necessário construir, a partir de um novo bloco histórico, uma nova hegemonia capaz de superar dialeticamente a hegemonia neoliberal caracterizada pela ofensiva do capital contra os serviços públicos (incluindo as universidades públicas) e os/as servidores/as. A construção de uma UEMG pública, popular, gratuita e de qualidade passa pela luta da categoria docente, da comunidade universitária e do povo trabalhador mineiro. Contudo, para garantirmos esse projeto, faz-se necessário derrotarmos as políticas do atual governo e construir uma alternativa popular a partir da unidade dialética das lutas socioeconômicas com luta política, pautada em um programa socialista em oposição frontal ao neoliberalismo.

Considerações finais

As universidades estaduais mineiras (UEMG e UNIMONTES) possuem um caráter popular que deve ser enaltecido e reforçado e cumprem um papel estratégico no desenvolvimento econômico e na integração regional e cultural. É preciso garantir o financiamento necessário para consolidar e ampliar o processo de estadualização, criando novas unidades, agregando novas fundações de ensino e fomentando o desenvolvimento científico e tecnológico, com abrangência a todas as regiões mineiras. Para tal, é preciso promover uma política de valorização profissional dos/as docentes, técnicos/as-administrativos/as e analistas, com um plano de carreira que garanta melhores condições de trabalho. Criar uma política salarial capaz de recompor as perdas salariais acumuladas nos últimos anos, garantindo isonomia para os/as

técnicos/as e analistas em relação a outras carreiras de servidores/as e garantir uma política estruturante de assistência estudantil, com restaurantes e creches universitários, bolsas e moradias. É urgente uma reforma universitária em Minas Gerais.

Não bastam soluções formais para problemas e questões essenciais (e estruturais); para combater e derrotar a hegemonia neoliberal em Minas e no Brasil, é necessário construir um programa que contemple todas as principais demandas do povo trabalhador mineiro, considerando todas as contradições e os desafios econômicos, políticos, sociais e culturais. Este programa deve ser antineoliberal e apontar para a construção do socialismo considerando nossas particularidades, singularidades e potencialidades. Minas Gerais é fundamental na disputa política nas eleições gerais de 2026. As forças de esquerda precisam construir alternativas e apresentar candidaturas que se contraponham às candidaturas das forças de direita. Os sucessivos governos atacaram empresas públicas, autarquias e fundações; sucatearam serviços públicos e retiraram direitos dos/as servidores/as públicos/as. A busca pela conciliação com as forças de direita que deram e dão sustentação ao projeto de Zema tende a garantir a continuidade dessa política, não apresentando nenhum contraponto real ao projeto neoliberal.

A construção de uma nova hegemonia pautada na construção do poder popular e de um programa socialista para Minas Gerais e para o Brasil é uma necessidade urgente. Os partidos de esquerda, os movimentos sindicais, populares e a juventude precisam retomar o protagonismo social e construir uma política proletária. Precisamos lutar por um governo dos/as trabalhadores/as. A maioria social precisa se organizar e lutar para tornar-se a maioria política. E a resistência e a luta por uma universidade pública, popular, gratuita e de qualidade devem estar em sintonia com a luta pelas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais das quais nosso país necessita. A luta do movimento sindical docente é um dos caminhos que devemos trilhar para cumprir essa tarefa histórica. ●

Referências

ADUEMG Informa - *Boletim Informativo nº 13* - Dez. de 2025. Disponível em: <https://www.aduemg.org/single-post/aduemg-informa-esta-no-ar-a-nova-edi%C3%A7%C3%A3o-do-nosso-informativo>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Imprensa Nacional, 1988.

BRASIL. *Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)*. Lei complementar 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 21 nov. 2025.

BRASIL. *Programa de Pleno Pagamento da Dívida (PROPAG)*. Lei complementar 212, de 13 de janeiro de 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp212.htm. Acesso em: 21 nov. 2025.

BRASIL. *Regime de Recuperação Fiscal (RRF)*. Lei complementar 159, de 19 de maio de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp159.htm. Acesso em: 21 nov. 2025.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MINAS GERAIS. *Constituição* (1989). Constituição do Estado de Minas Gerais, 1989.



minicurrículos

Cristiana Fonseca de Castro Oliveira

Pedagoga, mestre em Educação e professora do Departamento de Processos de Ensino e Aprendizagem da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

E-mail: cristiana.castro@uemg.br

Túlio César Dias Lopes

Historiador, mestre e doutor em Educação, professor do Departamento de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Divinópolis, coordenador do Grupo Práxis - UEMG (CNPQ) e presidente da Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (ADUEMG) - Seção Sindical do ANDES-SN.

E-mail: tulio.lobes@uemg.br

A expansão da universidade pública em tempos de restrição orçamentária: a multicampia na UFOP

Kathiuça Bertollo

Resumo: Este texto reflete acerca da expansão universitária, mais precisamente da multicampia na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em tempos de restrição orçamentária. Ele procura evidenciar os dilemas e os desafios da permanência e ampliação desta universidade pública em região interiorana de Minas Gerais nos municípios de Ouro Preto, Mariana, João Monlevade e Ipatinga.

Palavras-chave: UFOP. Multicampia. Restrição Orçamentária.



A multicampia na UFOP: sua criação, ampliação e enraizamento no interior de Minas Gerais

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) é uma instituição que completa 57 anos de existência em 2026, mas, notoriamente, se destaca pela tradição secular, uma vez que sua criação, datada em 21 de agosto de 1969, dá-se por meio da junção das centenárias Escola de Farmácia (1839) e Escola de Minas (1876). Ainda no período ditatorial, a UFOP foi se ampliando e se consolidando. Na década de 1970 destaca-se a atuação do Centro Desportivo da Universidade (Cedufop), a criação do curso de nutrição acontece, em 1978, e é em 1979, com a implantação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), no município limítrofe de Mariana (MG), que tem início na UFOP a questão da multicampia (UFOP, 2025).

Na década seguinte, mais precisamente em 1981, foi criado o Instituto de Artes e Cultura (IAC), que, posteriormente, no ano de 1994, passa a ser denominado de Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (Ifac), abarcando novos cursos e, em 1982, é criado o Instituto de Ciências Exatas e Biológicas (Iceb). Ambos os institutos se localizam no município-sede, Ouro Preto-MG (idem, 2025).

A década de 1990 significou para a UFOP a criação de cinco novos cursos, sendo que inicialmente o curso de Direito foi ofertado no ICHS e, posteriormente, foi realocado ao *campus* Morro do Cruzeiro, em Ouro Preto, assim como os demais cursos implantados nessa mesma época (idem, 2025).

Nos anos 2000, o Núcleo de Educação Aberta e a Distância, atualmente denominado Centro de Educação Aberta e a Distância (Cead), passa a ofertar cursos de pós-graduação e graduação na modalidade a distância. Atualmente possui um alcance de 90 cidades em Minas Gerais, quatro no estado de São Paulo e oito na Bahia (idem, 2025). Percebe-se, portanto, que, ao aderir a oferta do ensino a distância, a UFOP amplia significativamente seu alcance territorial, chegando a estados vizinhos.

Ainda nos anos iniciais dessa década, mais precisamente em 2002, a UFOP, dando prosseguimento ao seu processo de ampliação territorial, im-

planta o *campus* avançado no município de João Monlevade-MG, onde é criado o Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (Icea). Mais ao final dessa década, no ano de 2008, por meio da adesão ao Programa Reuni, é criado, também no município de Mariana-MG, o Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (Icsa), conformando um cenário de atuação por meio de dois institutos no *campus* avançado da UFOP no município vizinho ao da sede da UFOP, Ouro Preto-MG (idem, 2025).

O percurso de implantação e enraizamento da UFOP, no interior ne Minas Gerais, que se deu inicialmente na região dos Inconfidentes, recentemente recebeu mais uma página. O credenciamento junto ao MEC de mais um *campus* no município de Ipatinga-MG, região do Vale do Aço, ocorrida no dia 26 de novembro de 2025, materializa o projeto de expansão da UFOP, que existia há mais de duas décadas.

Nesse novo *campus*, as atividades acadêmicas, conforme ampla divulgação, terão início no primeiro semestre de 2026 e serão ofertados os cursos de Pedagogia e Direito (LIMA, 2024). Além desses cursos já anunciados, está prevista a criação dos cursos de Medicina e Psicologia (que “estão em fase avançada de criação no âmbito interno da UFOP”), e os cursos de Enfermagem e Fonoaudiologia “ainda estão em fase inicial de elaboração dos projetos pedagógicos” (Diário Popular, 2025).

Importa evidenciar que a PROGEP-UFOP lançou edital de concurso público¹, em 21 de novembro de 2025, para o preenchimento de vagas docentes, sendo cinco para o curso de Direito e sete para o curso de Pedagogia. Anteriormente ao lançamento desse edital público, a UFOP realizou uma chamada interna, via e-mail da PROGEP enviado no dia 20 de agosto e com prazo de resposta até o dia 31 de agosto, para docentes que já fazem parte do seu quadro funcional e que pudessem estar interessados em remoção para os cursos do novo *campus*. Percebe-se, portanto, uma necessária movimentação para garantir o início das aulas a partir da contratação docente, condição essa imprescindível.

1. Disponível em: Edital PROGEP nº 51, de 27 de novembro de 2025.

No entanto, até o momento em que este texto é escrito, em início de 2026, não há maiores informações acerca de outras questões que perpassam a conformação estrutural de um novo *campus* e recebimento de sua comunidade acadêmica (docentes, TAEs e estudantes), como: implantação de restaurante universitário, de biblioteca – especialmente sobre a aquisições de livros, de laboratórios de informática, de moradias estudantis, de contratação de TAEs e de aquisições de veículos e de equipamentos para o uso cotidiano no *campus*, entre outras. Destacamos que essas questões não são apêndices da muticampia, mas sim, estruturantes para o adequado funcionamento de um *campus* universitário recém implantado.

A título de exemplificação de como a não garantia de alguma dessas questões pode significar precarização no processo de implantação e existência dos novos *campus*, especialmente sobre a comunidade estudantil – o que incide diretamente na questão de acesso/ingresso e permanência, quando não criados com a estrutura adequada desde o seu início –, evidenciamos que no ICEA - *campus* de João Monlevade-MG não há estrutura física de moradias estudantis da UFOP, sendo apenas ofertado um auxílio moradia aos estudantes do instituto que se adequam aos critérios da política estudantil da UFOP, em que cada estudante fica responsável pela forma de seu próprio alojamento. “O auxílio moradia é um repasse monetário mensal, de caráter temporário, que será ofertado até a construção da moradia estudantil no *campus* João Monlevade/MG” (PRACE, 2026).

Destacamos que a implantação desse auxílio para suprir a não existência de moradias estudantis da UFOP no ICEA foi realizada via Portaria PRACE nº 6, datada em 26 de fevereiro de 2026 (idem, 2026). Ou seja, já se passou uma década e não houve movimento institucional e direcionamento orçamentário para suprir essa demanda, que é uma das questões centrais para garantir a permanência dos estudantes no ensino superior público. Essa situação carece de atenção, não podendo ser naturalizada por se tratar de um *campus* fora de sede ou pela restrição orçamentária. Além disso, traz aprendizados para que a situação de precarização não seja repetida neste momen-

to de implantação do *campus* Ipatinga.

As informações difundidas até o momento acerca do novo *campus* de Ipatinga são de que o funcionamento inicialmente acontecerá em um espaço provisório cedido pela prefeitura do município (LIMA, 2024). Posteriormente, há a expectativa de que a UFOP ocupe espaço próprio, a ser construído com recursos advindos do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da educação.

Com relação à infraestrutura definitiva, será necessário reformar e adaptar os espaços já existentes no terreno doado pela prefeitura de Ipatinga para a construção do *campus*, utilizando projetos simplificados com fechamentos em drywall, pintura, instalação de tomadas e banheiros. A captação de recursos deve ocorrer o mais breve possível, considerando o processo gradativo de implantação dos cursos (Diário Popular, 2025).

Em relação à região em que a UFOP se insere e se amplia, é mister evidenciar que é um território marcado pela atividade econômico-produtiva da mineração extrativista (especialmente em Ouro Preto e Mariana) e da siderurgia (especialmente em João Monlevade e Ipatinga), atividades estas que conformam todos os âmbitos da vida social na região e, conseqüentemente, adentram no seio da universidade pública buscando incidir nos rumos da instituição, seja de forma material com a injeção de recursos financeiros que garantem a realização de pesquisas, compra de equipamentos e insumos, pagamento de bolsas a docentes e discentes, seja de forma ideológica em que suas premissas são assumidas e reproduzidas no cotidiano acadêmico-formativo nos âmbitos da graduação e da pós-graduação.

É comum que a comunidade acadêmica da UFOP se pegue refletindo acerca da função social da universidade pública em território minerado e, nesse contexto, em como a mineração extrativista desencadeia uma dinâmica de funcionamento regional que abarca e atravessa a UFOP, uma vez que essa dinâmica ocorre via oferta de cursos e formação acadêmico-profissional para atender às demandas do setor, através de pesquisas e produção de patentes que acontecem via Instituto Tecnológico da Vale S.A. (ITV)

implantado em área nobre do *campus*-sede da UFOP em Ouro Preto-MG. Em contraponto a esta lógica de atrelamento institucional e financeiro que se impõe historicamente, as consequências das atividades da mineração extrativista desencadeiam intervenções via projetos de pesquisa e extensão ou atividades de ensino que se alinham às demandas comunitárias e que, especialmente no pós-rompimento/crime da barragem de Fundão, ocorrido em 5 de novembro de 2015, se ampliaram significativamente, uma vez que foi e é necessário fazer frente aos dilemas trazidos por esse acontecimento, considerado o maior crime socioambiental do país, que desencadeou um contexto de morte e destruição ambiental que perdura até hoje, depois de uma década.

Ouro Preto, Mariana e João Monlevade são municípios que compõem o chamado quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. Ipatinga não faz parte dessa região em termos de localização geográfica; no entanto, a economia local é histórica e fundamentalmente ligada à exploração do minério de ferro da região. Essas conformações territoriais e econômicas são fundamentais para o entendimento dos rumos da expansão da UFOP na região, ou seja, a questão da multicampia não é algo endógeno à UFOP, mas que tem relação direta com o contexto territorial, econômico e político em que a instituição se insere.

Potencialidades e dilemas da multicampia

É incontestável que o enraizamento das universidades públicas nas regiões interioranas do país significa uma importante conquista da classe trabalhadora brasileira. Esse movimento tende a abarcar prioritariamente a parcela populacional que reside distante dos locais que historicamente se consolidaram como centros de desenvolvimento urbano e de conhecimento.

Outro elemento positivo e importante da expansão da universidade pública via multicampia em territórios interioranos do país é fazer frente à expansão do ensino a distância (EAD) privado. É notório que os conglomerados econômicos que ofertam o EAD de forma privada vislumbram esses locais e a população que ali reside como potenciais consumidores. Comprova-se isso

– quando é comum na realidade de vários municípios interioranos a presença de instituições que vendem essa modalidade como única e possível forma de acesso ao ensino superior – transformando um direito social (que deveria ser garantido pelo Estado brasileiro) em mercadoria adquirida via relação de compra e venda, cujo objetivo é o lucro da instituição ofertante, e o resultado é uma relação estéril com o território, local de oferta desse acesso.

Em contraposição à lógica mercantil, o acesso, especialmente da juventude brasileira, dos filhos e filhas da classe trabalhadora a uma formação acadêmica e profissional gratuita e construída a partir da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão é potencialmente garantido pela universidade pública. O tripé que fundamenta a formação universitária significa também, por consequência, articulações com o território em que a instituição pública se insere. Nesse sentido, os âmbitos locais se potencializam nessa relação universidade-comunidade, dentre os quais destacamos a arte e cultura, os serviços sociais públicos e o próprio âmbito econômico que recebe impulsos via oferta de serviços à comunidade estudantil e de trabalhadores que é conformada pela existência da universidade pública. Nesse sentido, são inconteste os avanços que a implantação dos *campi* universitários públicos traz para o desenvolvimento educacional, social, cultural, histórico, político e econômico do território.

No entanto, a muticampia, em contexto de restrição orçamentária, acontece e é atravessada por inúmeros dilemas. Um desses dilemas – que pode ser considerado central – diz respeito à estrutura física para o funcionamento do *campus*. Ao iniciar o funcionamento em espaço cedido, inúmeros impasses podem se colocar ao longo do tempo, mesmo que os termos estejam firmados em acordos oficiais.

A título de exemplificação, trazemos à tona um embate ocorrido na UFOP no ano de 2018, que trouxe muita instabilidade e insegurança à comunidade acadêmica: a solicitação de parte dos prédios do ICHS - *campus* Mariana pela Igreja Católica/Arquidiocese de Mariana, que reivindicava ser a proprietária dos imóveis.

Naquele momento, tensas e exigentes negociações aconteceram para garantir a permanência do instituto no município. Foram inúmeras reuniões e debates envolvendo a comunidade acadêmica, a gestão universitária e o poder público do município (Câmara de Vereadores e prefeitura), além de tratativas junto ao MEC a fim de encontrar uma solução à disputa colocada. Como resultado, temos, a partir do Ofício Reitoria/UFOP nº 22, datado de 7 de fevereiro de 2018², a sinalização de um compromisso assumido pelo governo federal/MEC de repasse orçamentário para a construção de novas edificações que atenderiam à demanda de permanência do ICHS no local; também era reivindicado um novo acordo de cessão de uso por mais 10 anos. Nessa proposta, a UFOP também se comprometia com o pagamento dos aluguéis atrasados desde o ano de 2003.

Após negociações, foi possível chegar a um novo acordo institucional. Como resultado, o ICHS permaneceu funcionando no local que ocupava, e a UFOP paga aluguel para a utilização dos prédios que não são de sua propriedade, mas da igreja. Passados oito anos desse embate, não há evidências de construção de novas edificações no local, o que pode ser relacionado com a restrição orçamentária que a educação superior pública vivencia e que atinge também de forma expressiva a UFOP. Nesse mesmo bojo, o pagamento de aluguel para o funcionamento de sua estrutura também significa uma contradição para a universidade pública, uma vez que recursos públicos são direcionados para o âmbito privado; neste caso, a Igreja Católica. Recursos esses que poderiam ser direcionados para a assistência estudantil, fomento de projetos que vislumbram a promoção da saúde mental e boa convivência universitária, ações extensionistas que poderiam beneficiar diretamente a comunidade marianense, dentre outras tantas e importantes possibilidades. Vemos, portanto, que a resolução do impasse à época deu-se permeada por limites e contradições que, passada cerca de uma década, somente se ampliam.

Por mais que o anúncio feito pelo atual governo federal/MEC de credenciamento de dez novos *campi* de universidades federais seja uma ampliação

2. Disponível em: <https://www.ufop.br/sites/default/files/documento-0702-1-1.pdf>.

relevante da universidade pública brasileira (em que a UFOP é contemplada com o novo *campus* de Ipatinga), permanecem dilemas que colocam em xeque a atual estrutura e funcionamento das universidades brasileiras e, conseqüentemente, da UFOP.

Esses dilemas somente serão superados no contexto da luta de classes que se impõe no seio da universidade e na sociedade como um todo. Portanto, é cada vez mais necessário a comunidade acadêmica compreender os fundamentos que orientam política, ideológica e economicamente a expansão universitária e a multicampia.

O contexto da restrição orçamentária e alguns de seus impactos na UFOP

Darcy Ribeiro já nos alertava que “a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto”. O desmonte e o sucateamento do ensino público, em especial do ensino superior, é uma forma de atuação do Estado brasileiro que expressa, se direciona e atende aos interesses dos grandes grupos econômicos que atuam na educação e lucram com a oferta deste que é um direito social, transformando-o em mercadoria.

[...] a pedagogia do capital somente se realiza em confronto com o público não mercantil. Entre as principais linhas de forças desses enfrentamentos é necessário destacar, por relevância, os intentos de: minar as instituições e as redes de ensino públicas; converter os docentes e demais profissionais da educação de intelectuais organizadores da cultura em trabalhadores expropriados dos conhecimentos histórico-sociais, científicos, tecnológicos e culturais que cumprem tarefas docentes definidas pelas agências do capital; deslocar a definição do conteúdo da educação das escolas e universidades para aparatos do Estado sob controle de tecnocratas vindos do mundo do capital (via de regra auspiciados por fundações empresariais); e rebaixar os estudantes da condição de sujeitos aptos a exercer o governo compartilhado das instituições educacionais em meros consumidores apassivados de competências estabelecidas pelos gestores do capital. Todas essas práticas expressam a luta de classes na educação. Por isso, quando o

Estado lastreia a mercantilização com o fundo público, está manejan-
do também a luta de classes (LEHER, 2024, p. 13-14).

Para fazer frente e resistência a esse contexto, inúmeras greves em defesa da educação superior pública foram realizadas ao longo da história³. Destacamos que a mais recente greve da educação, realizada no ano de 2024, com início no dia 15 de abril e que perdurou até o dia 19 de junho, foi um amplo movimento. Ela durou mais de 70 dias em âmbito nacional e assumiu como principais pautas de reivindicação:

Reestruturação das carreiras dos e das docentes e das técnicas e técnicos-administrativos; recomposição salarial e pela data base; restauração do orçamento das Instituições Federais de Ensino; ampliação dos programas de assistência estudantil; revogação do novo ensino médio; melhoria das condições de trabalho; fim de assédios moral e sexual nas IFEs; criação de condições efetivas que garantam a unificação entre ensino, pesquisa e extensão; revogação da Portaria MEC 983/2020; recomposição da força de trabalho por meio de concurso público; revogação da PEC 32/2020 (contrarreforma administrativa); autonomia e democracia universitária; e fim da contribuição previdenciária de aposentados/as e pensionistas (ADUFOP, 2024).

Foi em meio ao cenário paredista, estruturado por reivindicações sindicais de docentes e Técnicos-Administrativos em Educação (TAE's) – e que contou com o apoio do movimento estudantil nacional – que o governo federal, mais precisamente o Ministério da Educação (MEC), anunciou um incremento no orçamento da Educação Federal no montante de R\$ 5,5 bilhões via novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que previa a “criação de dez novos *campi*; melhorias na infraestrutura das 69 universidades federais e dos 31 hospitais universitários, sendo: R\$ 3,17 bilhões em consolidação; R\$ 600 milhões para expansão; e R\$ 1,75 bilhão para hospitais universitários” (ANDES, 2024).

3. Para maior conhecimento, indicamos a leitura do artigo “A luta de classes na educação superior pública: considerações sobre a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)”, de autoria de Kathiuga Bertollo, Lidinês de Carvalho Pinto e Ana Luiza Lage de Castro, publicado na Revista Universidade e Sociedade nº 68. Disponível em:

https://www.andes.org.br/img/midias/68769ad619cbb08061d307c4d9948f50_1625252499.pdf.

Para a UFOP, esse anúncio significava ser

[...] contemplada com cerca de R\$ 60 milhões do Plano de Aceleração do Crescimento para a Educação (PAC/Educação) para dar continuidade ao projeto do *campus* do município de Ipatinga. A instituição aguarda também o anúncio de mais R\$ 30 milhões para a implantação da Biblioteca Central, no *campus* de Ouro Preto [...] (DAHER, 2024).

Percebe-se, portanto, que a expansão da UFOP para a região do Vale do Aço ganha maior concretude em meio a um contexto de ampla reivindicação nacional por melhores condições salariais e de carreira docente e dos TAE's, bem como de recomposição orçamentária para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Passados cerca de dois anos desse movimento paredista, o cenário orçamentário das IFES permanece aquém do necessário para a manutenção das atividades cotidianas na UFOP, impactando na oferta de componentes curriculares, como visitas de campo⁴, ações extensionistas e compra de insumos e desencadeando processos de demissão do quadro funcional – o que atinge diretamente as/os trabalhadoras/es terceirizadas/os, dentre outros impactos.

Considerando que a UFOP possui um patrimônio material que inclui diferentes espaços físicos (como prédios de salas de aulas, bibliotecas, laboratórios, auditórios, salas administrativas, sede da reitoria, moradias estudantis e museus, dentre outros), é notório que para o adequado funcionamento é requerido um montante financeiro condizente. Nesse sentido, a reportagem “Museu de Ciência e Técnica da UFOP está fechado há quatro anos”, que foi ao ar no dia 14 de junho de 2025, ilustra a atual situação de déficit orçamentário que atinge a UFOP. Nela, o atual reitor sinaliza:

A universidade, com os seus recursos, não daria conta em muitos anos. Por isso, o pedido de que parceiros, empresas e o poder público estadual e federal possam vir em socorro desse museu que é tão importante, que representa a história da engenharia, a história da mine-

4. Evidenciamos que importantes movimentações estudantis aconteceram pela garantia da oferta dos componentes curriculares básicos, a exemplo da reivindicação dos estudantes do Departamento de Geologia (DEGEO), conforme pode ser constatado em publicação na página do @sicegufop: <https://www.instagram.com/reels/DRvH9DAgãTh/>.

ralogia e a história, também, do ensino em Minas Gerais e no Brasil (MG1, 2025).

Além dessa situação, que envolve manutenção estrutural e contratação de pessoal, dentre outras questões, para a retomada do funcionamento e utilização do espaço, os cortes orçamentários influenciam diretamente na política de assistência e permanência estudantil e na oferta das atividades acadêmicas cotidianas necessárias para que os discentes concluam seu processo formativo. Nesse sentido, em reunião do Conselho Universitário (CUNI) da UFOP, realizada no dia 13 de novembro de 2025, em que a pauta foi a questão orçamentária, o tema gerou manifestação do Diretório Central dos Estudantes (DCE)⁵ e amplo debate até a aprovação de uma proposta de distribuição dos recursos financeiros da instituição para serem executados ao longo de 2026.

A proposta, aprovada por unanimidade, segundo o pró-reitor de Finanças, desencadeará “aumento de 3% do déficit de 2025” (ASSUFOP, 2025), fará com que o ano de 2026 “feche com um déficit em torno de R\$ 5,24 milhões de reais” (idem, 2025) e direciona os recursos da seguinte forma:

R\$ 115.200,00 para disponibilizar 2 bolsas BDI por unidade acadêmica durante o ano; R\$ 50.000,00 para recomposição do auxílio-estágio; R\$ 50.000,00 para recomposição dos valores destinados à aquisição dos gases; R\$ 24.300,00 para recomposição dos valores destinados aos TCCs das Artes Cênicas; R\$130.000,00 para financiamento de uma política institucional de lazer, esporte e promoção à saúde; R\$ 120.000,00 para suplementação dos valores destinados ao custeio dos cursos de graduação; R\$ 60.000,00 para recomposição de valores destinados ao transporte entre unidades acadêmicas; e R\$ 100.000,00 recomposto para assistência estudantil (ASSUFOP, 2025).

Considerando o desfecho deliberativo do órgão máximo da instituição acerca do orçamento para o próximo ano, momento que coincidirá com o início da oferta de dois cursos no novo *campus* da UFOP em Ipatinga-MG, é relevante mencionar que no dia 14 de maio de 2025, cerca de três meses

5. O documento “Manifesto Estudantil pela Perpetuação da Permanência” apresentado na referida reunião pode ser acessado em: <https://assufop.com.br/wp-content/uploads/2025/11/Manifesto-Estudantil-Moradias.pdf>.

após a posse da atual gestão da universidade, foi realizada uma assembleia universitária, convocada pela reitoria, para pautar os impactos do Decreto Presidencial nº 12.448, de 30 de abril, que estabelecia uma nova sistemática de liberação orçamentária para o exercício de 2025.

Naquele momento também foi elucidado à comunidade acadêmica acerca do *campus* Ipatinga: “os recursos destinados a esse projeto são provenientes do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, anunciado no ano passado e, portanto, não entram no orçamento anual da Universidade” (SOUZA, 2025).

O funcionamento local da UFOP, bem como das demais instituições de ensino superior públicas, está diretamente relacionado com a conjuntura e disputas orçamentárias do país. Temos na atualidade um explícito direcionamento do fundo público para o capital e uma estrutural e nociva mudança na forma de direcionamento dos recursos públicos via emendas parlamentares.

No início de 2026, o ANDES-SN publicou uma reportagem intitulada “Universidades perdem em 2026 R\$ 488 milhões enquanto recursos de emendas aumentam”. Nela é afirmado que

O Executivo manteve a maior parte dos cortes determinados pelo Congresso Nacional – com o objetivo de aumentar o dinheiro para as emendas parlamentares. Incluídos nesses cortes estão os R\$ 488 milhões no orçamento das 69 universidades federais, um grave ataque à educação, que já enfrenta uma situação crítica. Além do rebaixamento orçamentário, as universidades também sofrem com as perdas inflacionárias e o aumento de gastos com terceirizados em 2025. [...] O orçamento de 2026 ainda prevê cerca de R\$ 1,8 trilhão para o pagamento da dívida pública. Enquanto as universidades perdem recursos, o orçamento das emendas parlamentares apresenta um crescimento de R\$ 44,2 bilhões em relação a 2022, quando somavam R\$ 16,8 bilhões. [...] O orçamento total da educação ficou em R\$ 6,43 bilhões, uma redução nominal de R\$ 390 milhões em relação a 2025, o que representa menos 7,05% nos recursos discricionários das instituições. Os cortes atingem todas as ações orçamentárias essenciais e podem inviabilizar o funcionamento das universidades federais (ANDES, 2026).

Importa destacar que, nesse bojo de cortes e restrições orçamentárias, este último anúncio restritivo também atingiu diretamente a assistência estudantil e o fomento à pesquisa via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (ANDES, 2026), âmbitos que vêm sofrendo um desmonte gradativo com o passar do tempo.

Outro elemento a ser destacado e que carece atenção pela comunidade acadêmica é que o repasse de valores via emendas parlamentares – que passou a significar uma proporção orçamentária expressiva para o funcionamento das universidades públicas – tende a ser utilizado como moeda de troca pelos parlamentares que o direcionam. Isso pode significar influência no direcionamento e uso do recurso na instituição fomentando iniciativas ideológicas e materiais que podem se colocar contra os próprios preceitos da universidade pública e ao que se refere ao cumprimento de sua função social.

A luta histórica para a criação de universidades públicas enraizadas pelo país se dá em alinhamento à luta histórica por orçamento e condições adequadas de funcionamento e, nesse sentido, os recursos públicos deveriam ser direcionados a partir da ótica do orçamento público e do gasto com transparência, questões essas que ficam ameaçadas e de certa forma são burladas quando o financiamento acontece via emendas parlamentares.

A disputa pelo orçamento público é uma das pautas mais urgentes que a classe trabalhadora brasileira possui na atualidade. Defender e reivindicar um financiamento adequado para a universidade pública é lutar pela continuidade da oferta da educação superior enquanto um direito social. Nesse sentido, a questão da multicampia é elemento central a ser considerado, uma vez que a ampliação das instituições de ensino não pode acontecer sem as adequadas condições de funcionamento, sejam laborais aos docentes, TAEs e trabalhadores terceirizados⁶, sejam de acesso e permanência à comunidade estudantil da graduação e da pós-graduação.

6. Convém explicitar que em meados do mês de julho de 2025, foi realizada, pela Gestão da UFOP, a demissão de cerca de 60 trabalhadores/as terceirizados/as que atuavam em diferentes funções, setores e Institutos da Universidade. O argumento para as demissões foi a restrição orçamentária, conforme pode ser consultado na reportagem “UFOP busca meios para recolocação de terceirizados”.

Considerações finais

Perpassada por contradições próprias do contexto educacional brasileiro e próprias de sua trajetória de constituição e funcionamento em tempos de restrição orçamentária, a UFOP coloca-se como uma importante universidade pública do interior de Minas Gerais, estado que também porta contradições estruturais.

O passado secular desta instituição de ensino e sua conformação enquanto universidade pública se entrelaçam ao tempo presente, em que a oferta do ensino superior público é constantemente atravessada pela restrição orçamentária, dilemas em torno do acesso e permanência de seu corpo estudantil e da conformação do quadro de profissional – especialmente dos cargos ocupados por pessoal terceirizado –, dentre outras questões que explicitam que o contexto da luta de classes que se impõe sob os marcos do capitalismo dependente também atravessa muito fortemente a UFOP e seu cotidiano.

Os determinantes do capitalismo dependente e subordinado, que se explicitam de forma exacerbada e violenta sobre a política de educação e no território em que a UFOP se insere, atravessam o cotidiano do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da gestão. Fazer frente a essas contradições estruturais, de forma coletiva, reivindicando a premissa da educação enquanto direito social, fruto das lutas sociais da classe trabalhadora, e avançar na reivindicação da universidade popular são tarefas coletivas, em aberto, e feitas por todos que conformam a comunidade acadêmica da UFOP.

Nesse sentido, a multicampia porta dilemas, contradições e possibilidades, uma vez que se dá a partir da realidade concreta material e financeira/orçamentária da educação superior pública e, também, por ser feita pelas pessoas, por sujeitos coletivos, pela forma como se organizam e pela forma como suas posições teóricas, políticas e ideológicas são propagadas e materializadas no cotidiano institucional e no território de abrangência. Ou seja, está em aberto o destino da UFOP enquanto instituição que se consoli-

dou como uma universidade multicampi em território minerado no estado de Minas Gerais.

Como tarefa cotidiana, cabe a nós construirmos de forma ampla e organizada a luta sindical docente em alinhamento às lutas e pautas dos TAEs e do movimento estudantil, para que a UFOP não seja conformada e determinada pela perspectiva privatizante e burocratizada da lógica neoliberal, mas sim pela perspectiva da universidade popular, fruto da organização classista, criada, orientada, alinhada e fomentada pelos legítimos interesses da classe a que pertencemos: a trabalhadora.

As páginas estão sendo escritas. Lutamos para que sejam pautadas e construídas pelo pensamento crítico e pela ciência, que vislumbram a superação dos dilemas em torno da implantação, expansão, acesso e permanência no ensino superior público brasileiro. Que os dilemas vivenciados no tempo presente sejam apenas rascunhos de uma nova e diferente história da educação e da universidade em nosso país. ●

Referências

ADUFOP. *Greve docente da UFOP inicia hoje (15) com paralisação de todas as atividades*. Disponível em: www.adufop.org.br/post/greve-docente-da-ufop-inicia-hoje-15-com-paralisa%C3%A7%C3%A3o-de-todas-as-atividades.

Acesso em: 7 abr. 2026.

ASSUFOP. *Após protesto do movimento estudantil e longo debate, Cuni aprova Plano Orçamentário para 2026*. Disponível em: <https://assufop.com.br/apos-protesto-do-movimento-estudantil-e-longo-debate-cuni-aprova-plano-orcamentario-para-2026/>. Acesso em: 7 abr. 2026.

ANDES-SN. *Pressionado pela greve, governo anuncia R\$ 5,5 bi para orçamento da Educação Federal*. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/pressionado-pela-greve-governo-anuncia-r-5-5-bi-para-orcamento-da-educacao-federal1>. Acesso em: 29 dez. 2025.

BARBOSA, Regiane. *UFOP busca meios para recolocação de terceirizados*. Disponível em: <https://ufop.br/noticias/institucional/ufop-busca-meios-para-recolocacao-de-terceirizados>. Acesso em: 7 abr. 2026.

DAHER C. *Governo Federal anuncia investimentos para o Campus de Ipatinga e Biblioteca Central*. Disponível em: <https://ufop.br/noticias/institucional/governo-federal-anuncia-investimentos-para-o-campus-de-ipatinga-e-biblioteca>. Acesso em: 7 abr. 2026.

DIÁRIO DO AÇO. *Reitor da UFOP anuncia conquistas e detalha cronograma de implantação dos cursos*. Disponível em: <https://diariodoaco.com.br/noticia/0129608-em-ipatinga-reitor-da-ufop-detalha-cronograma-de-implantacao-de-cursos>. Acesso em: 7 abr. 2026.

INFOMONEY. *Universidades perdem em 2026 R\$ 488 milhões enquanto recursos de emendas aumentam*. In: Estadão Conteúdo, Política - Educação, 23/12/2025. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/universidades-federais-sofrem-corte-de-r-488-milhoes-no-orcamento-2026/>. Acesso em: 7 abr. 2026.

LEHER, R. *Mercantilização financeirizada da educação e a pedagogia do capital: a desmercantilização como desafio histórico contra a barbárie educacional*. In: A educação brasileira na bolsa de valores: impactos da pandemia e do capital. Disponível em: https://expressaopopular.com.br/wp-content/uploads/2024/03/a-educacao-brasileira-na-bolsa-baixa.pdf?utm_campaign=livro_completo&utm_id=a-educacao-brasileira-na-bolsa-de-valores-impactos-da-pandemia-e-do-capital-disponivel- apenas-em-pdf. Acesso em: 7 abr. 2026.

LIMA, M. E. de. *UFOP inicia implantação do campus de Ipatinga após credenciamento do MEC*. Disponível em: <https://ufop.br/noticias/institucional/ufop-inicia-implantacao-do-campus-de-ipatinga-apos-credenciamento-do-mec>. Acesso em: 7 abr. 2026.

MG1. *Museu de Ciência e Técnica da UFOP está fechado há quatro anos*. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/mg1/video/museu-de-ciencia-e-tecnica-da-ufop-esta-fechado-ha-quatro-anos-13681601.ghtml>. Acesso em: 7 abr. 2026.

PRACE. *Auxílio Moradia - Campus João Monlevade*. Disponível em: <https://prace.ufop.br/assistencia-estudantil/moradia-estudantil/modalidade-socioeconomica/auxilio-moradia-campus-joao>. Acesso em: 7 abr. 2026.

_____. *Portaria que regulamenta o auxílio moradia*. Disponível em: https://prace.ufop.br/sites/default/files/portaria_prace_006_auxilio_moradia.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026.

SOUZA, J. V. *Comunidade acadêmica da UFOP discute impactos do decreto orçamentário em Assembleia Universitária*. Disponível em: <https://ufop.br/noticias/reitoria/comunidade-academica-da-ufop-discute-impactos-do-decreto-orcamentario-em>. Acesso em: 7 abr. 2026.

UFOP. *História da UFOP* | Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Disponível em: <https://ufop.br/historia-da-ufop>. Acesso em: 7 abr. 2026.



minicurrículo

Kathiuça Bertollo

Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) desde 2015 e coordena e desenvolve projetos de ensino, pesquisa e extensão. Foi a 1ª tesoureira da Adufop na gestão 2018-2021 e presidenta da Adufop na gestão 2021-2023. Foi conselheira representante do ICSA na gestão Adufop 2023-2025 e é a atual presidenta da Adufop (gestão 2025-2027). É membra da Frente Mineira de Luta dos Atingidos e Atingidas pela Mineração (FLAMA).

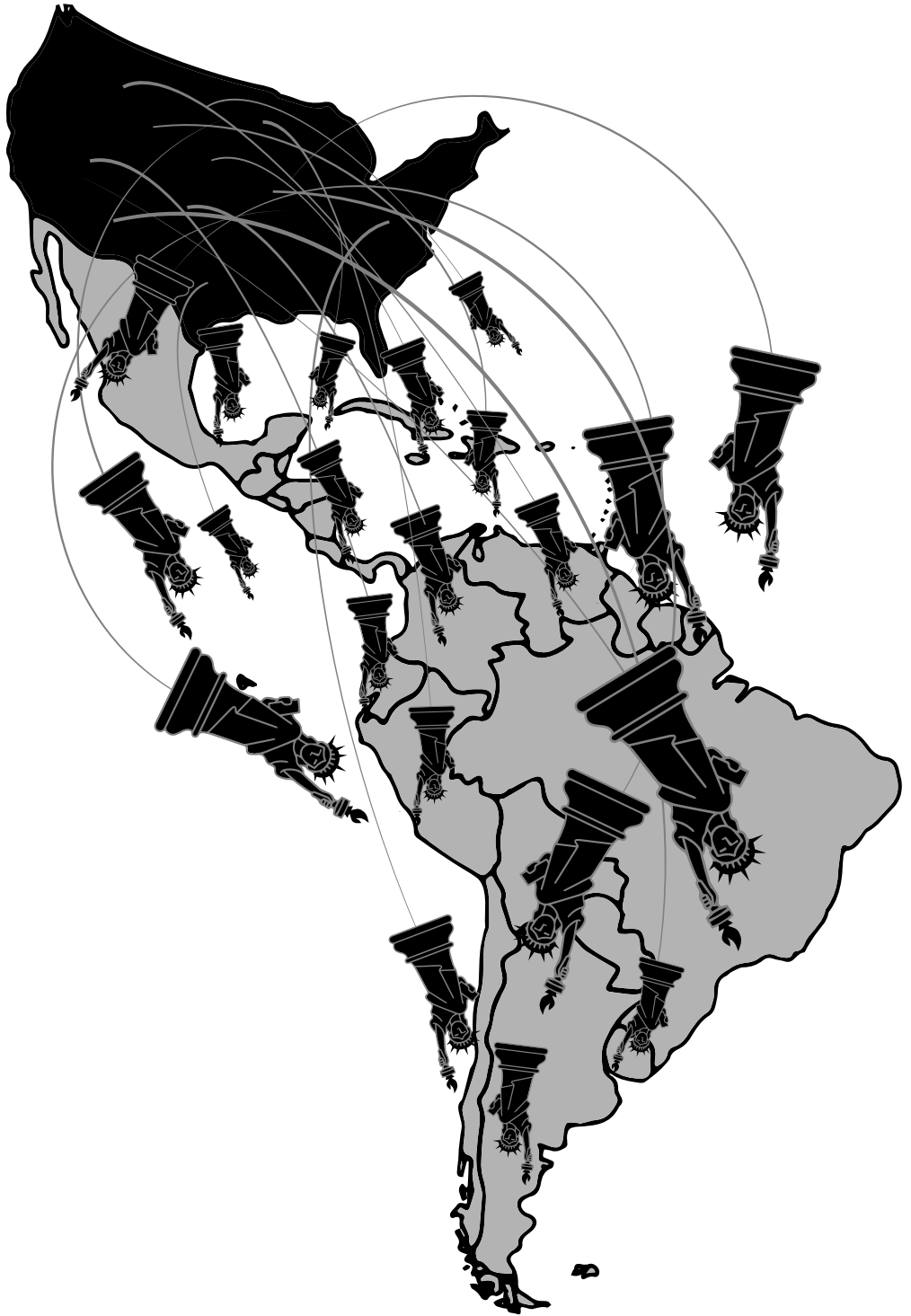
E-mail: kathiuca.bertollo@ufop.edu.br

A estratégia de segurança dos “interesses” nacionais dos EUA e a América Latina

Sofia Manzano

Resumo: O texto examina a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América (EUA) de 2025, divulgada no governo Donald Trump, destacando uma mudança na política externa estadunidense em direção ao uso mais explícito da coerção militar, econômica e política. A chamada “doutrina Trump” é apresentada como uma atualização da Doutrina Monroe, reafirmando a América Latina como área prioritária de influência dos EUA e defendendo o bloqueio da presença de potências extrarregionais, especialmente a China. A estratégia combina discurso nacionalista (MAGA), deslegitimação de adversários e medidas protecionistas, além de intervenções diretas, como no caso da Venezuela, interpretadas como parte da consolidação dessa política. O objetivo central é garantir acesso a recursos estratégicos, fortalecer empresas estadunidenses e promover governos alinhados aos seus interesses. O texto conclui que a América Latina vive um cenário desfavorável às forças progressistas e que governos como o de Lula III tendem a adotar postura conciliadora diante da ofensiva estadunidense, o que pode aprofundar a subordinação regional aos interesses dos EUA.

Palavras-chave: Doutrina Trump. América Latina. MAGA. Hegemonia Estadunidense. Imperialismo. Governo Lula III.



Introdução

Em novembro de 2025, o governo de Donald Trump divulgou um documento de pouco mais de trinta páginas denominado “National Security Strategy of the United States of America” (EUA, 2025). Um mês depois, em ação amplamente condenada pela “comunidade internacional”, invadiu militarmente a Venezuela e sequestrou o presidente Nicolás Maduro e Cília Flôres, sua esposa, o que pode ser considerado o primeiro ato de força da concretização dessa estratégia.

Na verdade, as ações do governo Trump, no sentido de construir a América Grande Novamente (MAGA), estão sendo implantadas desde o início de seu governo, com prisões, perseguições e deportações em massa de imigrantes (legais ou não); adoção de tarifas protecionistas indiscriminadas e intimidatórias; bombardeios ao Iêmem, Irã, Somália e Nigéria; e a interferência direta no processo eleitoral em Honduras para levar ao poder um político de extrema direita. Sem contar os tradicionais meios escusos, ilegais e amplamente conhecidos por todos nós há décadas da influência e coerção por parte dos EUA em nosso continente, através da cooptação da mídia e até governos e agentes.

Crise da hegemonia estadunidense e a ascensão da estratégia MAGA

Em que pese a histórica ingerência estadunidense na América Latina, esse documento e a chamada “doutrina Trump” representam uma inflexão significativa na postura e na política, tanto externa quanto interna aos EUA, especialmente para nossa região. O que se percebe é o abandono da busca por consensos vantajosos para a coerção exercida pela violenta força dos instrumentos militares.

Como apontou Gramsci (1992), uma nação hegemônica exerce o poder por meio do consenso e da coerção. Sempre objetivando seus interesses hegemônicos, o exercício do poder por meio do consenso “convence” os par-

ceiros e adversários de que concordar com as práticas da nação hegemônica é vantajoso para todos. Quando não é mais possível o consenso, a nação hegemônica opera por meio da força, principalmente militar, e, a partir daí, começam a ruir os pilares institucionais construídos pelos consensos e interesses objetivos encobertos pelos aspectos ideológicos do exercício do poder tornam-se cada vez mais evidentes.

Desde o primeiro mandato de Donald Trump e a ascensão da extrema direita no mundo e na América Latina, fortemente instrumentalizada através das redes sociais comandadas pelas *big techs* e ideologicamente orientadas por Steve Bannon (estrategista-chefe da Casa Branca no primeiro governo Trump), a decadência e a crise econômico-social dos EUA têm sido enfrentadas com a ascensão de uma estratégia notadamente neofascista.

Para angariar apoio das massas empobrecidas de trabalhadores subempregados – com suas vidas corroídas pela degradação de direitos e acessos básicos à existência desmantelados por anos de políticas neoliberais conduzidas tanto por governos democratas quanto republicanos, nas últimas décadas – e confrontar o avanço da China no cenário internacional nesta nova fase da acumulação capitalista que se mostra deslocada para a Ásia como ponto de referência, a estratégia estadunidense comunicada por meio dos discursos de Trump está sendo muito bem sintetizada em MAGA - *Make América Great Again* (Fazer a América Grande Novamente).

O próprio chauvinismo do slogan já desponta como uma das características desse neofascismo (KONDER, 2009). No entanto, o fascismo precisa angariar o apoio das massas e, para isso, a criação de um inimigo imaginário possibilita a criação do “feixe” necessário para a ação irracional e o exercício do poder absoluto.

Discurso neofascista e estratégias de deslegitimação dos adversários

O primeiro passo dessa estratégia é desmoralizar, deslegitimar, desgastar e rebaixar qualquer adversário que tente um “diálogo”. Por isso, seus dis-

curso são repletos de ofensas veladas ou explícitas com seus interlocutores, contendo machismo, homofobia e criminalização dos adversários sem qualquer comprovação; isso para reduzir o adversário a ponto de desumanizá-lo.

Essa estratégia comunicacional tem sido usada por Trump e seus seguidores tanto nas relações com a imprensa diariamente como também em reuniões com Chefes de Estados. Vale lembrar a constrangedora reunião com o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, quando Trump o acusou de “genocídio” contra fazendeiros brancos – uma mentira; ou a reunião com Joseph Boakai, presidente da Libéria, a quem foi perguntado onde aprendera a falar inglês tão bem (o idioma é a língua oficial da Libéria); ou ainda as recentes declarações a respeito dos somalis, chamados de lixo, e a fala imperdoável de que “a Somália fede”. Note-se que esse comportamento está, em especial, relacionado ao trato com a população negra, mas também com as mulheres, sobretudo as repórteres que atendem à Casa Branca.

No que diz respeito à América Latina, a estratégia legitimadora do discurso neofascista é acusar Chefes de Estados não totalmente alinhados com os EUA de líderes de carteis de droga. Foi assim com a desculpa inadequada para o sequestro de Nicolás Maduro e continua com as acusações contra Gustavo Petro. Quer dizer, para ter melhor posição no embate com interlocutores ou adversários, o fascista primeiro os desumaniza, buscando legitimidade para eliminá-los sem ter que dar explicação. Em suma, o objetivo da estratégia fascista é amedrontar, intimidar e, no limite, eliminar.

Protecionismo econômico e disputa geopolítica com a China

O segundo momento da estratégia MAGA incide diretamente no escopo da economia, com a imposição unilateral de tarifas alfandegárias indiscriminadas, fundadas em mentiras com relação às reais relações comerciais entre os EUA e demais países, de forma a propagar certo pânico no cenário internacional, que, há anos, caminhava sob a égide do mais amplo e livre comércio.

Desde a oitava rodada de negociação do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), Uruguai (1986-1994), que resultou na criação da OMC, o mundo consolidou uma trajetória liberal em termos do comércio entre os países, com evidentes prejuízos aos países do terceiro mundo que tiveram suas economias impactadas tanto pela desindustrialização como pela adaptação produtiva, fazendo com que diversos países, antes razoavelmente industrializados, voltassem a ser primário-exportador. O Brasil é exemplar nessa questão.

Por outro lado, a China aproveitou esse cenário para traçar um plano de longo prazo e, nas últimas décadas, transformou-se na “fábrica do mundo”. No início, com a fabricação de produtos com baixo requisito tecnológico (mais especificamente, bens de consumo não duráveis), chegando à atualidade com a mais alta tecnologia, tanto no processo produtivo quanto na inovação.

Os EUA ainda detêm setores estratégicos em que o conteúdo tecnológico é o mais avançado do planeta. No entanto, os altos custos produtivos nos EUA e a velocidade de inovação chinesa representam, de fato, uma ameaça ao que os estadunidenses consideram adequados para seus interesses.

O que representa a América Latina na estratégia da “segurança” dos EUA

A doutrina Trump quer resgatar “a América para os americanos”; ou seja, o Hemisfério Ocidental (como consideram o continente americano) volta a ser o “quintal” dos EUA:

Após anos de negligência, os Estados Unidos reafirmarão e farão cumprir a Doutrina Monroe para restaurar a preeminência americana no Hemisfério Ocidental e para proteger nossa pátria e nosso acesso a geografias-chave em toda a região. Negaremos aos concorrentes não hemisféricos a capacidade de posicionar forças ou outras capacidades ameaçadoras, ou de possuir ou controlar ativos estrategicamente vitais, em nosso Hemisfério. Este “Corolário Trump” à Doutrina Monroe é uma restauração sensata e potente do poder e das prioridades

americanas, consistente com os interesses de segurança dos Estados Unidos (EUA, 2025, 17).

Em primeiro lugar, enquadrar o continente aos interesses estadunidenses e bloquear o acesso de outras potências à região, notadamente da China. Nesse sentido, o texto é explícito:

Competidores de fora do Hemisfério têm feito grandes incursões em nosso Hemisfério, tanto para nos desfavorecer economicamente no presente quanto de maneira que podem nos prejudicar estrategicamente no futuro. Permitir essas incursões sem uma forte reação é outro grande erro estratégico americano das últimas décadas (EUA, 2005, 19).

Reduzir os investimentos chineses na região requer, segundo a estratégia dos EUA, priorizar o “alistamento” de países a essa estratégia, bem como a “expansão” por meio de ameaças econômicas, militares, tecnológicas e cibernéticas.

Em segundo lugar, retomar a região para impulsionar as empresas estadunidenses, tanto no acesso aos recursos naturais (como petróleo, minerais, água e outras fontes de matérias-primas essenciais) quanto aos mercados. Para isso, “priorizarão a diplomacia comercial para fortalecer nossa própria economia e indústrias, usando tarifas e acordos comerciais recíprocos como ferramentas poderosas” (EUA, 2025, 18).

O Hemisfério Ocidental abriga muitos recursos estratégicos que os Estados Unidos devem desenvolver [e, para isso,] o Conselho de Segurança Nacional iniciará imediatamente um processo interinstitucional robusto para incumbir as agências, com o apoio do braço analítico da nossa Comunidade de Inteligência, de identificar pontos e recursos estratégicos no Hemisfério Ocidental, com vistas à sua proteção e desenvolvimento conjunto com parceiros regionais (EUA, 2025, 18).

As operações do executivo dos EUA na invasão à Venezuela, o sequestro de Maduro/Cília e as subsequentes reuniões da Casa Branca com altos executivos das principais empresas petrolíferas daquele país representam a

implementação imediata da tomada do petróleo venezuelano para cumprir rapidamente a estratégia traçada.

Em terceiro lugar, dominar politicamente com governos de corte neofascistas e de extrema direita. A América Latina nunca conseguiu, de fato, se autonomizar frente aos EUA. As burguesias internas dos países da região sempre estiveram consorciadas aos interesses dos capitais estadunidenses e, na verdade, nas décadas da hegemonia neoliberal, essa subordinação se aprofundou, principalmente através da integração via capital financeiro.

Qualquer tentativa de autonomização, mesmo que setorial, foi sabotada por *lawfare* – como no episódio do golpe contra Dilma Roussef, que agia para capitalizar a Petrobras como uma empresa do nível das maiores petrolíferas do mundo.

Nesse sentido, a estratégia dos EUA para o que consideram seu “quintal” já tem sido implementada com a influência em processos eleitorais por meio das redes sociais, patrocínio de partidos políticos e lideranças ideologicamente orientadas, a fim de favorecerem o alinhamento automático aos interesses estadunidenses.

Por outro lado, o discurso de “combate às drogas e aos cartéis” justifica ações militares e perseguição aos movimentos e lideranças políticas que ousem sustentar alguma autonomia em relação àqueles interesses. O sequestro de Maduro, na Venezuela, os assassinatos de pescadores no Caribe e os ataques à Gustavo Petro, presidente não alinhado da Colômbia, são exemplos práticos dessa ação em curso.

O cenário político na América Latina já se encontra desfavorável às forças progressistas. A imensa maioria dos governos é de direita, extrema direita e neofascista. Apenas Brasil, Uruguai, Colômbia, Nicarágua e México são governados por presidentes ainda não totalmente submissos à lógica estadunidense, mesmo com burguesias internas consolidadas ao consórcio imperialista. Por outro lado, a fraqueza com que os blocos políticos desses governantes encaram essa nova quadra histórica indica que o “Hemisfério Ocidental” está cada vez mais ajustado à estratégia de Trump.

Considerações finais

O governo Lula III não parece ter qualquer estratégia de enfrentamento e pode operar uma rápida adaptação, aceitação e incorporação à doutrina Trump, mantendo a retórica de “soberania” e de postura de “grande conciliador” diante dos maiores e mais profundos conflitos internacionais.

Aliás, esse já é o comportamento e a política externa de Lula III, exemplificados pela posição vacilante em relação ao genocídio em Gaza e à recusa em romper relações com Israel (ou mesmo impulsionar mundialmente denúncias contra aquele país, aos moldes da África do Sul e da Espanha); pelo não reconhecimento imediato da eleição de Nicolás Maduro na Venezuela; para desagrado da China e da Rússia (e muitas graças aos EUA), pelo veto à entrada da Venezuela no BRICS; e pelo esforço patente em se aproximar de Donald Trump com amistosidade e simpatia, entre outros.

Além disso, a posição “realista” – ou vitimista – adotada, desde o início, por esse governo frente às forças conservadoras e de extrema direita no cenário político e econômico interno tem a eterna desculpa de ter que governar (e não enfrentar) com um Congresso hostil: ao mesmo tempo em que cede, de bom grado, amplos espaços no governo, vultosos recursos públicos para as emendas parlamentares de oposicionistas e inimigos do governo, mantém a política econômica neoliberal de austeridade fiscal e é leniente com as elevadíssimas taxas de juros; enfim, com o discurso de garantir a chamada governabilidade, o governo Lula poderá ter a mesma postura em relação aos desejos dos EUA de manter o seu “quintal” sob controle e docilmente adestrado. Afinal, Lula e o núcleo dirigente central do PT não têm um projeto para o país a não ser o de se manter como um corpo político eleitoralmente viável para gerir o capitalismo dependente e decadente brasileiro. ●

Referências

EUA. *National Security Strategy of the United States of América*. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf>. Acesso em: 13 mar 2023.

GRAMSCI, A. *Poder, política e partido*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.

KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.



Sofia Manzano

Economista, mestre em Economia pela Unicamp, doutora em História Econômica pela USP, professora de Economia da Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB) e autora do livro *Economia Política para Trabalhadores*. São Paulo: ICP, 2019.

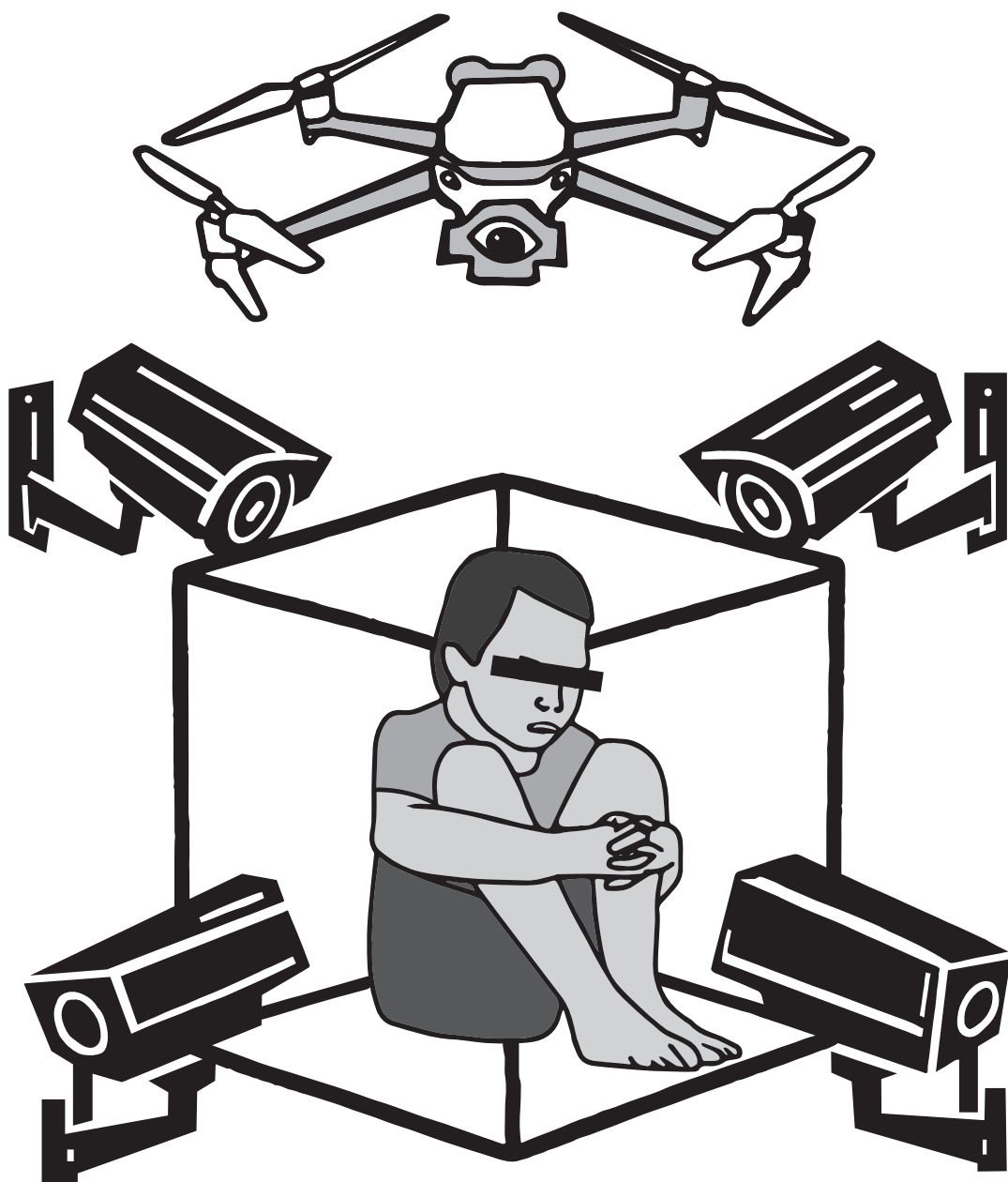
E-mail: sofia.manzano@uesb.edu.br

Interdição da infância: vigilância na vida de crianças palestinas e o projeto colonial de Israel

Muna Muhammad Odeh

Resumo: O projeto colonial sionista de povoamento de Israel engloba toda Palestina histórica, e o genocídio em curso em Gaza é a forma mais flagrante da continuada limpeza étnica do povo palestino e sua substituição por judeus israelenses. Este trabalho enfoca a cidade de Jerusalém Oriental Ocupada, apontando para a intensificação de práticas coloniais impostas à vida cotidiana da população palestina cujos objetivos são a limpeza étnica e a judaização da cidade. A partir de uma vivência que tive em janeiro de 2024, discuto um relato sobre as práticas coloniais de 'unchilding', interdição da infância e de vigilância impostos à vida diária, o mundano, de uma adolescente palestina. Opondo-se a este projeto se faz presente o 'Sumud', termo que sintetiza o (r)existir e a resistência do povo palestino em resposta a técnicas coloniais que intencionam o seu apagamento e a expulsão da sua terra.

Palavras-chave: Interdição da Infância Palestina. Mundano. Vigilância. Colonialismo Sionista de Povoamento. Sumud.



Interdição da infância e vigilância na vida cotidiana

Para entender a vida cotidiana da população palestina de Jerusalém Oriental Ocupada, é importante levar em conta a categoria do “mundano” tal como elaborada por Shalhoub-Kevorkian (2015), pesquisadora e professora feminista recentemente presa pelas forças sionistas, retirada de dentro da sua casa em Jerusalém Oriental. O “mundano” é fonte indispensável ao entendimento das complexas formas de sujeição inscritas no projeto colonial sionista, bem como as respostas dadas pela resistência do povo palestino. Trata-se das inúmeras formas de exercer o controle social e o poder sobre a vida cotidiana das palestinas e palestinos, como as prisões arbitrárias e sem processo legal, as ameaças de expulsão e tomada das casas e a criminalização de ações comuns, como a interação em redes sociais e o exercício da opinião, entre outras.

Pensei nisso durante visita que realizei em janeiro de 2024, para estar junto à minha mãe hospitalizada, quando conheci Hanan, mulher palestina em seus quarenta anos, moradora de Jerusalém Oriental. No nosso primeiro encontro, Hanan parecia muito preocupada: falava ao celular em breves e rápidas frases e tentava saber se a filha tinha chegado em casa. Era o início da noite, o que é, para a população palestina (especialmente para quem mora em Jerusalém), um período muito problemático do dia. Isso porque a cidade é militarizada pelo exército e por colonos civis israelenses fortemente armados, o que aumenta as probabilidades de violência do exército contra adolescentes palestinos. Daí que, para mães e pais palestinos, a segurança dos filhos adolescentes é preocupação constante, no essencial gerada pelo colonialismo israelense, regime cada vez mais implacável em suas relações com crianças e jovens. São frequentes os sequestros de meninas e meninos, bem como o encarceramento e a detenção administrativa sem respeito a direitos legais básicos. Em situações extremas, podem conduzir à morte, como foi o caso de Mohamad Abu Kahder, estudado por Sara Ihoud (2015). Mohamad era um jovem palestino de 14 anos, sequestrado em frente à sua casa, em 2014, quando se dirigia à mesquita próxima para realizar a reza da madrugada.

O garoto foi jogado para dentro de um carro por três colonos armados e levado para uma área próxima à Deir Yassin, cena de um dos mais terríveis massacres ocorridos durante a guerra de 1948. Lá, Mohamad foi torturado e queimado vivo. Ao analisar esse crime, a autora denuncia que a situação enfrentada pelas crianças palestinas em Jerusalém Oriental “as condena a zonas de abandono, vulnerabilidade desproporcional, despejo e morte” (Ihoud, 2015, p. 8).

Crimes terrificantes, em muito similares ao assassinato de Mohamad, estão inscritos na memória coletiva palestina. Isso, de forma intergeracional, dentro e fora da Palestina histórica. Os massacres de Deir Yassin e Tantura, ambos em 1948, e o de Sabra e Chatila¹, em 1982, de certa forma constituem uma linha de tempo a marcar o projeto colonial de Israel, no qual o assassinato de Mohamad é mais um episódio. Para Shalhoub-Kevorkian (2015), essas memórias coletivas, passadas de geração em geração, representam as “feridas psíquicas” igualmente coletivas que marcam a vida do povo. Ao mesmo tempo, tais feridas o mobilizam para o não esquecimento e para a persistência na luta nacional de libertação.

Com o passar do tempo, ao longo dos 76 anos de concretização do seu projeto colonial, Israel vem aprimorando as técnicas de controle da vida cotidiana dos palestinos, principalmente por meio da vigilância constante e da imposição de regras absurdas, inscritas num referencial jurídico exclusivamente aplicável aos palestinos. Isso é chamado por Shalhoub-Kevorkian (2015) de “Segurança Teológica”. Cada palestino e cada palestina representa, na lógica da segurança teológica, uma ameaça existencial, dado que todos vivem num Estado proclamadamente judeu; portanto, num Estado de base teológica. Para além disso, palestinos e palestinas são, também, considerados/as um perigo iminente para a segurança do estado sionista. Essa conjugação torna inevitável a desumanização do outro por meio de um sistema de

1. O massacre nos campos de refugiados de Sabra e Chatila ocorreu em Beirute, contra palestinos, em setembro de 1982, pelas mãos da Falange Libanesa, durante a invasão do Líbano por Israel, sendo este considerado responsável por não só evitar como estimular a matança. Esse massacre mereceu a qualificação de Ato de Genocídio por parte da Assembleia Geral das Nações Unidas - Resolução 37/123, de 16 de dezembro de 1982.

apartheid que continua colocado em pleno funcionamento desde seu começo, em 1948, como tem sido cada vez mais amplamente reconhecido em nível internacional. O pesquisador palestino Ahmad Sa’di (Silva, Vechiato, Odeh, 2021) emprega outra categoria para entender a mesma problemática: a de “vigilância sufocante”, um conjunto complexo de práticas coloniais impostas por meio de um “Estado de exceção” à população palestina no período que vai de 1948 a 1968. Durante esses 20 anos, um controle rigoroso de todas as dimensões da vida diária foi imposto por Israel. Para Sa’di, o sistema vigente na época impôs uma estrutura de controle jurídico aplicada exclusivamente à população nativa, estrutura na qual se articulava o exercício de violência brutal e arbitrária. Essa vigilância sufocante, ainda mais aprimorada por meio de tecnologias avançadas desenvolvidas por Israel ao longo das últimas décadas, tornou-se ainda mais opressiva. Não sem motivos, é notória a reputação internacional de Israel como centro de produção e testagem de armamentos, assim como de venda de tecnologias repressivas voltadas para o controle da sociedade civil em dimensão planetária (Loewenstein, 2023).

No caso relatado por Hanan, as redes sociais de sua filha adolescente foram monitoradas pela segurança israelense. A jovem foi convocada a comparecer a um centro de interrogatórios da polícia militar, acusada de ameaçar a segurança de Israel por haver “curtido”, na internet, uma mensagem que apoiava a resistência palestina. Esse tipo de vigilância é a que relega as crianças palestinas às “zonas de morte”, mencionadas por Shalhoub-Kevorkian (2015). Tais zonas são espaços de graves ameaças, de incriminação e de demonização da criança e do adolescente. Criam espaços de vulnerabilidade em que são manejadas pelas forças repressivas israelenses as retaliações que costumam ocorrer contra a família, sendo a expulsão da cidade o que mais atormenta a vida familiar.

Hanan e seus filhos moram em Jerusalém Oriental, a parte palestina da cidade que foi ocupada por Israel desde 1967 e que se tornou o *locus* de formas abjetas de limpeza étnica. São frequentes os ataques perpetrados por colonos judeus apoiados pelo exército israelense com vistas a despejar famílias

palestinas de suas casas. Igualmente frequentes são as revogações do próprio direito de se morar na cidade, atos estes baseados em políticas obviamente discriminatórias².

Qualquer situação incomum que desperte a suspeita da polícia israelense, mesmo que infundada, abre um leque para dezenas de formas de retaliação e de punição coletiva. No caso da filha de Hanan, a adolescente foi submetida a várias punições, indo desde a convocação para comparecer ao centro de polícia militar (algo aterrorizante, dados os maus tratos aos quais são submetidos/as palestinos/as nesses locais de repressão) até interrogatórios, confisco de celular e condenação arbitrária à prisão domiciliar. Tudo isso foi aplicado à filha adolescente de Hanan. O arbitrário inclui a inexistência do devido processo legal. Não houve julgamento em corte e, muito menos, representação legal de defesa, algo garantido a menores pelo direito internacional. A prisão domiciliar, uma prática colonial racista voltada tão somente para a população palestina, vem sendo implementada por Israel desde o início da ocupação militar de 1967 e, crescentemente, a partir da judaização de Jerusalém Oriental.

A prisão domiciliar de crianças e jovens é uma das formas sutis de controle e encarceramento do corpo, ao impor aos pais o papel de carcereiros. Dentro da lógica perversa do colonialismo israelense, pais e mães são forçados a vigiar seus próprios filhos e filhas. Ou seja, os lares são convertidos em prisões. Para Shalhoub-Kevorkian (2015), tais condições desumanas constituem o foco do processo de *unchilding*, a interdição da infância.

Com a prisão domiciliar, a vida escolar da filha de Hanan foi interrompida, seu isolamento foi em muito aumentado, ela foi obrigada a se distanciar de seus pares e sua vida social foi anulada. Disso também resultou a suspensão de seu direito à educação, o que contraria as normas internacionais. Na

2. Segundo a Human Rights Watch (2017): “Entre o início da ocupação israelense de Jerusalém Oriental em 1967 e o final de 2016, Israel revogou o status de pelo menos 14.595 palestinos de Jerusalém Oriental, segundo o Ministério do Interior. As autoridades justificaram a maioria das revogações com base no fato de não terem provado ser um “centro de vida” em Jerusalém, mas, nos últimos anos, também revogaram o estatuto para punir palestinos acusados de atacar israelenses e como punição coletiva contra familiares de supostos agressores. O sistema discriminatório leva muitos palestinos a abandonarem sua cidade natal, o que equivale a transferências forçadas, uma violação grave do direito internacional”.

fala de Hanan, o objetivo final de Israel, ao impor a prisão domiciliar a crianças e adolescentes, é importunar, molestar e pressionar as famílias a abandonarem a cidade para que então sejam substituídas por colonos judeus. “Só que nós”, disse-me ela, “não iremos embora; ficaremos onde estamos; é a nossa terra”.

O fato de a prisão domiciliar haver sido imposta à filha adolescente gerou outra preocupação: a possibilidade de violência sexual por parte de policiais israelenses que a interrogaram e que fiscalizam a implementação da punição. Nesse contexto, é importante sublinhar que Shalhoub, Ihmoud e Daher-Nashi (2014) estabeleceram com precisão a relação histórica entre Israel colonial e o corpo da mulher palestina:

Israel foi construído sobre as ruínas da pátria palestina, sobre sua terra, dor e deslocamento. Israel foi construído sobre a destruição de nossos laços sociais comunitários, a violação e a invasão de nossas casas e corpos. O estupro e o assassinato de mulheres palestinas foi um traço central dos massacres e despejos sistemáticos feitos pelas tropas israelenses durante a destruição de aldeias em 1948 (Shalhoub; Ihmoud; Daher-Nashi, 2014, p. 8).

Sumud e continuar a existir

Nesse processo de sujeição e de imposição de poder e domínio absolutos, por definição brutal e violatório da noção de humanidade universal, surge com igual importância um tipo específico de resistência, um esforço incessante de afirmação do direito do colonizado à existência humana, algo que caracterizou as grandes lutas anticoloniais dos anos 1960 e 70, de que resultou, na prática, a quase total extinção do domínio colonial em escala planetária. O projeto colonial de Israel, nascido e nutrido no bojo do colonialismo europeu do século XIX, vê-se confrontado por incessantes formas de resistência do povo palestino (Rouhana, 2024). Isso fica claro nas revoltas populares dos anos 1920, 21, 23, 28 e 29, culminando na Grande Revolta, que durou 3 anos – de 1936 a 1939 (Kanafani, 2022). Por meio da Grande

Revolta, o povo palestino opôs-se ao Mandato Britânico, expressão do poder colonial europeu que se tornou o principal apoio do movimento sionista, incidindo pesadamente para a formação e o reconhecimento do estado de Israel. Em tempos mais recentes, podemos citar as mais conhecidas e perseverantes revoltas palestinas, tais como a primeira Intifada, em 1987-89, a segunda Intifada, em 2000, e a Grande Marcha de Gaza, em 2018.

Em sua teorização sobre colonialismo, Wolfe considera que a dominação colonial não é um evento, é uma estrutura; isto é, constitui a soma de relações de poder e de dominação subjacentes ao colonialismo. Rouhana (2024) complementa essa perspectiva enfatizando o componente da contestação e da recusa do colonizado à sua desumanização. A isso ele chama de “processo”. Assim sendo, a estrutura não poderia operar de forma autônoma, uma vez que é impactada pelo processo, sendo este mesmo um fator-chave na definição do percurso e das mudanças ocorridas no interior do projeto colonial. Para Rouhana (2024), o essencial é a incessante resistência do povo palestino ao colonialismo, que já completou mais de cem anos e que, inclusive, sobreviveu ao projeto de Transfer, em 1948 (Masalha, 1992). Tal resistência tem frustrado sistematicamente o projeto colonial sionista de Israel, posto que o povo palestino seguiu permanecendo na sua terra e firme em sua luta por justiça. Rouhana (2024) destaca que a resistência impõe ao colonizador uma lógica que acaba por intensificar a brutalidade colonial e a negação pura e simples do direito do colonizado a existir. De maneira similar, na própria sociedade colonizadora ocorrem mudanças de peso; entre elas, no caso de Israel, a intensificação de tendências políticas de extrema direita, com seus partidos hoje estrategicamente representados no governo.

O projeto colonial sionista tem por norte o apagamento do outro, a desumanização do nativo e, por isso mesmo, choca de frente com aqueles que “continuam a existir” (Shalhoub-Kevorkian, 2015), a despeito das ideologias e das práticas de segurança, de vigilância e de disseminação do medo, instrumentos que são, em última instância, pretextos para a ocultação da violência e das dinâmicas expansivas de poder. Assim, estas ações tentam

garantir a perpetuação das referidas estruturas. No imaginário histórico, político e social palestino, a luta, em todas as suas formas, desde as pacíficas até as armadas, está resumida no conceito de Sumud. Embora admita várias traduções, esta palavra árabe significa, literalmente, firmeza, a força e a perseverança constante na luta, ao longo do tempo e em todos os lugares em que vive o povo palestino, seja no exílio ou na Palestina histórica. Segundo Meari (2014, p. 85), “Sumud não é apenas uma habilidade a ser treinada; [também] transcende para se tornar um estado de espírito psicoafetivo e um modo de ser político-ético que integra a cultura pública”.

Por outro lado, a forma como o colonizado reage e o caminho que adota são partes integrais de mecanismos de opressão que são operacionalizados por meio de massacres, práticas discriminatórias, leis racistas e violência generalizada. Junto a isto, existem movimentos e processos de resistência popular, tal como o sumud. No caso da Palestina, o sumud cobre um amplo arco de vivências que requerem leitura e análise a partir do mundano no qual se constroem solidariedades sutis e se mantém a narrativa palestina, o exato inverso do memoricídio. Dessa forma, redes sociais de apoio e ações coletivas capazes de superar os sofrimentos e as injustiças diárias ganham força (Shalhoub-Kevorkian, 2015).

De acordo com Shalhoub-Kevorkian (2020), o colonialismo sionista busca o isolamento dos indivíduos e também a dissolução dos coletivos, o que se manifesta inclusive nos casos de criminalização de crianças e adolescentes e de seu encarceramento e sujeição a riscos de abusos sexuais, físicos e mentais. O intuito é claro: danificar sua vida presente e inviabilizar seu futuro. Essa estratégia perversa, objetiva por igual a desestruturação do tecido familiar, a exaustão de sua capacidade de lidar com os custos concretos de vários danos: os financeiros, os psíquicos e os sociais. Com isso, as vítimas são relegadas a zonas de maior vulnerabilidade.

Hanan respondeu à situação de vulnerabilidade imposta à sua filha acolhendo-a, intermediando sua volta para a escola, protegendo-a tanto do machismo do patriarcado da própria sociedade palestina quanto da opressão

de gênero colonial (Adi, Odeh, Misleh, 2021). Ao assim proceder, Hanan conseguiu diminuir o peso da incriminação e da demonização impostas pela situação colonial. Nesse mesmo movimento protetor, fortaleceu o elo da vítima com todos os membros da família. O esforço feito foi enorme, ainda que o sofrimento e as feridas gerados por esse episódio continuem a impactar a vida de Hanan e de sua família. Mas ela me disse repetidas vezes: “Tudo vai dar certo. É o nosso destino. Mas a gente luta e permanece aqui”. Frases que confrontam as políticas coloniais enfrentadas pelo povo palestino e a interdição da infância impostas contra a juventude. ●

Referências

- ADI, A. S.; ODEH, M. M.; MISLEH, S. M. *Corpos femininos ocupados e a dupla resistência ao colonialismo e ao patriarcado*. *Diversitates International Journal*, v. 13, n. 4, p. D1–D21, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.53357/JRPO188>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- HUMAN RIGHTS WATCH. *Israel: 50 years of occupation abuses*. 2017. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2017/06/04/israel-50-years-occupation-abuses>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- IHMOUD, S. M. A. *and the politics of racial terror in occupied Jerusalem*. *Borderlands e-journal*, v. 14, n. 1, p. 1-28, 2015.
- KANAFANI, G. *A revolta de 1936-1939 na Palestina*. Tradução de Fábio Bosco. São Paulo: Editora Sundermann, 2022.
- LOEWENSTEIN, A. *The Palestine laboratory: how Israel exports the technology of occupation around the world*. Melbourne: Scribe Publications, 2023.
- MASALHA, N. *Expulsion of the Palestinians: the concept of “transfer” in Zionist political thought, 1882-1948*. Washington, DC: Institute for Palestine Studies, 1992.
- MEARI, L. *Sumud: a Palestinian philosophy of confrontation in colonial prisons*. *The South Atlantic Quarterly*, v. 113, n. 3, p. 547-578, 2014. Disponível em: 10.1215/00382876-2692182. Acesso em: 7 abr. 2026.
- ROUHANA, N. *Daring to imagine: a future without Zionism*. *State Crime Journal*, v. 12, n. 2, p. 279–303, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.13169/statecrime.12.2.0279>. Acesso em: 18 nov. 2025.
- SHALHOUB-KEVORKIAN, N. *Security theology, surveillance and the politics of fear*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- SHALHOUB-KEVORKIAN, N.; IHMOUD, S.; DAHIR-NASHIF, S. *Sexual violence, women’s bodies and Israeli settler colonialism*. *Jadaliyya*. Nov, 17, 2014. Disponível em: <https://www.jadaliyya.com/Details/31481/Sexual-Violence,-Women%E2%80%99s-Bodies,-and-Israeli-Settler-Colonialism>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- SILVA, G. S.; VECHIATO, R. C.; ODEH, M. M. *Vigilância sufocante: a vigilância e controle dos palestinos por Israel durante a era do governo militar*. *Diversitates International Journal*, v. 13, n. 4, p. N1–N28, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.53357/HWES6643>. Acesso em: 2 dez. 2025.



minicurriculo

Muna Muhammad Odeh

Muna Muhammad Odeh é palestina, vive no Brasil e atua como professora de Saúde Coletiva na Universidade de Brasília. Sua pesquisa explora o colonialismo e as dinâmicas de opressão/resistência (com foco nas relações de gênero, saúde mental e estratégias de saúde entre comunidades tradicionais) como parte de sua luta por dignidade e autonomia.

E-mail: modeh@unb.br

A luta sindical docente na perspectiva feminista classista

*Helga M. Martins de Paula e
Tarcila Mantovan Atolini*

Resumo: O presente texto traz uma leitura da conjuntura atual de organização sindical das mulheres, em especial no Brasil, partindo do feminismo classista. A universidade, enquanto *locus* de reprodução das contradições e do antagonismo capital *versus* trabalho, também é destaque do recorte espacial deste artigo, com enfoque nos desafios que possuímos, enquanto classe trabalhadora, para avançarmos nesta quadra histórica marcada pela força do neoliberalismo ancorado nas renovadas formas de acumulação (plataformização da vida e expropriações primárias e secundárias), no obscurantismo, no fundamentalismo e no negacionismo das construções históricas de nossa classe. O papel fundamental das mulheres trabalhadoras neste cenário de crise civilizatória em suas múltiplas determinações é desvelado em um texto ensaístico que se propõe à seguinte reflexão: em tempos de aprofundamento da exploração e das opressões, quais são os possíveis instrumentos que nos auxiliam a nos reorganizarmos em um movimento de construção efetiva do poder popular.

Palavras-chave: Feminismo Classista. Sindicatos. Universidade. Poder Popular.



Introdução

A análise da luta sindical docente no ensino superior, a partir de uma perspectiva feminista classista, exige compreender a universidade como parte constitutiva da sociabilidade capitalista, atravessada por relações de exploração, dominação e opressão estruturadas historicamente pelo capitalismo, com particularidades próprias do capitalismo dependente periférico no nosso caso, pelo patriarcado e pelo racismo. Embora frequentemente idealizada como espaço avançado de produção do conhecimento, a universidade reproduz hierarquias sociais e desigualdades que se expressam nas relações de trabalho, nas trajetórias acadêmicas, nos temas de estudo e pesquisa realizados e também nas formas de organização política de suas trabalhadoras e trabalhadores, suas pautas de luta e reivindicações.

Nas últimas décadas, o ensino superior tem sido profundamente impactado por políticas neoliberais, pela financeirização do Estado, pela mercantilização da educação, pela ideologia da meritocracia e por contrarreformas que incidem diretamente sobre os direitos trabalhistas e previdenciários. Os serviços públicos e as/os servidoras/es vêm sofrendo fortes ataques com o estrangulamento orçamentário e a ameaça da reforma administrativa. Apesar de impactar toda a sociedade e as/os servidoras/es, esses processos afetam de maneira desigual os sujeitos que compõem a categoria docente, penalizando de forma mais intensa as mulheres e, em especial, as mulheres negras. Nesse contexto, o sindicalismo docente assume papel estratégico na defesa da educação pública, dos direitos das/os trabalhadoras/es, ao mesmo tempo em que se vê desafiado a incorporar de forma consequente as pautas feministas e antirracistas.

A perspectiva feminista classista parte do pressuposto de que a luta de classes não pode ser compreendida de forma abstrata ou homogênea. As relações de gênero e raça não são externas à dinâmica da exploração capitalista, mas elementos constitutivos da forma como o trabalho é organizado, hierarquizado e remunerado (SAFFIOTI, 2015; FEDERICI, 2017). Embora tenha havido aumento da presença feminina nas universidades, sobretudo

a partir da expansão do ensino superior público e das políticas de acesso, persistem desigualdades profundas na distribuição de poder, prestígio e reconhecimento. Assim, pensar a luta sindical docente no ensino superior implica analisar como essas determinações estruturam o cotidiano do trabalho acadêmico, as formas de adoecimento, as violências institucionais e as possibilidades de organização coletiva.

As trabalhadoras na sociedade capitalista

A desigualdade de gênero e raça é estrutural do sistema de produção capitalista. Ela serve perfeitamente ao propósito da exploração do trabalho e concentração de riqueza, pois gera extratos da classe trabalhadora que sustentam a reprodução social a baixo custo e pressionam as exigências de condições de trabalho e salários para patamares baixos no processo de acumulação e produção de mais-valor.

Nesse sentido, as mulheres da classe trabalhadora, especialmente as negras, são peças-chave no funcionamento desse modo de produção, pois, ao mesmo tempo em que geram a força de trabalho e garantem suas condições de uso para o capital (alimentam, educam, cuidam da casa, dos homens, filhos, idosos e doentes), elas também podem vender sua própria força de trabalho diretamente e, ainda nos dias atuais, por salários mais baixos comparados aos dos homens nas mesmas funções.

Não é a toa que o sistema impõe barreiras ao aborto, restringe o acesso a métodos contraceptivos e à educação sexual nas escolas e precariza a saúde pública, forçando a maternagem não planejada e a dependência econômica para a reprodução da mão de obra barata e do exército de reserva. Por isso, o controle dos corpos não é apenas uma questão moral ou religiosa, mas uma estratégia econômica que reforça a exploração da classe trabalhadora, especialmente diante das contínuas e acentuadas quedas na taxa de fecundidade, que atingem níveis históricos (1,55 filho por mulher em 2024), colocando o país abaixo da taxa de reposição populacional (2,1 filhos por mulher), segundo o IBGE.

Essas condições são impostas às mulheres da classe trabalhadora na sociedade capitalista de várias formas. Lembremos que, no Brasil, mulheres não podiam votar até 1932; elas não podiam trabalhar sem autorização do marido até 1962; não podiam ter cartão de crédito até 1972; não podiam se divorciar até 1977; não podiam jogar futebol até 1979; e não eram consideradas iguais aos homens em direitos até a Constituição Federal de 1988. Até 2022, a tese de “legítima defesa da honra” dos homens ainda era vigente no Código Penal e, até 2023, as mulheres não podiam fazer laqueadura sem autorização do marido.

A luta feminista resulta em importantes conquistas, apesar do ritmo lento diante do contexto urgente. Os avanços representam melhora nas condições de vida de toda a classe trabalhadora e por isso são intensamente combatidos pela classe burguesa. E, à medida em que avançamos no sentido da conquista de direitos e difusão das pautas feministas, agravam-se o antifeminismo, a misoginia, o conservadorismo e a intensidade com a qual a liberdade das mulheres é combatida na sociedade patriarcal.

Percebemos como a religião é utilizada para exercer o controle sobre os corpos das mulheres por meio do reforço de papéis sociais construídos para a continuidade do trabalho reprodutivo e não remunerado, bem como da lógica moral de submissão das mulheres a partir de modulações de aceitação societária (com a necessidade de encaixe das mulheres em adjetivos como “delicada”, “feminina” e “decente”, entre outros). Às mulheres que resistem sobra mais do que difamação e desprezo. Os números crescentes de feminicídio são alertas do recrudescimento do patriarcado.

Precisamos compreender que a violência contra a mulher não é efeito colateral desse projeto de sociedade, mas sim ferramenta fundamental de controle e manutenção das relações de exploração-opressão. Não somente a violência física e sexual, mas também a violência psicológica, material e tão somente a possibilidade da violência e o clima de ameaça constante aos quais as mulheres são submetidas diariamente em seus lares e no ambiente de trabalho e de lazer, entre outros de seu cotidiano.

A ascensão de grupos extremistas misóginos como os *red pill* têm explicitado as novas roupagens da misoginia no mundo virtual mediante a supremacia dos algoritmos e das *big techs*. Esses fenômenos não refletem apenas retrocessos em nosso contexto histórico, mas constituem expressões de um arranjo social que se adensa em tempos de neoliberalismo, de aprofundamento da perspectiva de divisão sexual do trabalho. A professora Allane Pedrotti e a psicóloga Layse Pinheiro foram assassinadas dentro de um instituto de educação por um “colega de trabalho” que não aceitava ser chefiado por mulheres. É a cultura patriarcal mostrando sua face mais cruel. Allane e Layse, presentes em nossas lutas e memórias!

Um reflexo da divisão sexual do trabalho é a concentração de mulheres em postos de trabalho mais precarizados e mal remunerados, geralmente associados a tarefas de cuidado, como limpeza, alimentação, educação e saúde. As jornadas exaustivas de trabalho, dentro e fora de casa, a informalidade e a falta ou precariedade no acesso de políticas públicas eficazes, entre outros fatores, são elementos que sobrecarregam e também dificultam a organização para a luta. Por isso é comum que, mesmo dentro de categorias que tenham maioria de mulheres, as posições de representação, liderança e espaços de decisão sejam ocupados por homens.

Esse breve quadro que reflete a condição das mulheres da classe trabalhadora na nossa sociedade é pano de fundo importante para a compreensão dos desafios enfrentados por elas na vida profissional e na luta sindical e feminista.

As condições de trabalho das mulheres nas universidades

Ao analisarmos as relações de produção na sociabilidade capitalista, a ideologia burguesa decorrente dessas relações, o desenvolvimento das forças produtivas, o processo de acumulação e seu impacto nas relações de trabalho, a luta de classes e o movimento operário e socialista, compreendemos elementos iniciais que inserem a universidade no contexto de capitalismo

dependente e tardio brasileiro (FERNANDES, 1976), marcado pela escravidão, rapina de recursos naturais e expropriações de terras e gentes (MARX, 2013). Esse cenário repleto de cicatrizes da violência, como parteira da História (MARX, 2013), marca os processos de construção desse aparelho de hegemonia.

Ainda que tenhamos importantes movimentos que marcam processos de organização da classe trabalhadora no contexto educacional na América Latina, em especial da educação superior, como o movimento de Córdoba no início do século XX e o modelo de transição socialista instituído na Revolução Cubana (CARDOSO, 2024), o que vivemos em nossos cotidianos é um espaço de trabalho/formação teórica, profissional, técnica/ensino marcado por todas as múltiplas determinações de continuidade da alienação. Isso se manifesta, por exemplo, na expansão do ingresso de estudantes sem aporte real de permanência e no desinvestimento público acompanhado do incentivo a parcerias público-privadas, o que enfraquece a autonomia universitária e impacta especialmente a condução de pesquisas que questionam a naturalização de mecanismos exploratórios e de concentração de riquezas.

No Brasil, de acordo com o Censo da Educação Superior de 2023¹, do total de ingressantes, as mulheres correspondem a 59,4%, chegando a 73,9% nas licenciaturas e a 50,9% na educação profissional e tecnológica. Os índices acerca da permanência nas universidades também trazem maioria de mulheres (60,3%), destacando-se educação (77,9%), saúde (73,3%), ciências sociais e comunicação (72%). Apesar da expansão de participação das mulheres nas universidades, na docência da educação superior, as mulheres ainda são minoria (47,3%)². Elas dominam historicamente a área da educação, mas à medida em que o salário e o prestígio aumentam, sua proporção diminui. De acordo com o Censo MEC de 2022, as mulheres representam 97% dos trabalhadores na Educação Infantil, 77,5% na Educação Fundamental e

1. <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/institucional/mulheres-representam-59-das-matriculas-na-educacao-superior>.

2. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>.

57,5% no Ensino Médio. Alguns estudos apontam a mesma lógica na distribuição das mulheres ao longo da carreira universitária, caracterizada pelo fenômeno conhecido como “tesoura”: elas são maioria nas etapas iniciais (graduação e pós-graduação), mas sua participação diminui drasticamente à medida em que se avança para o topo da carreira acadêmica e posições de liderança.

Esses números explicitam as contradições de um cenário que também é um lugar de produção e reprodução da nossa sociabilidade. O patriarcado, o machismo e o racismo são marcas das múltiplas manifestações de violência societal que também são verificáveis nas universidades. Uma pesquisa realizada em 2015³ coloca que 67% das mulheres que atuam na universidade disseram já ter sofrido algum tipo de violência (sexual, psicológica, moral ou física) praticada por algum homem no ambiente universitário: 56% já sofreram assédio sexual, 28%, violência sexual, 42% já sentiram medo de sofrer violência nesse ambiente e 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência.

No ano de 2023, o ANDES-Sindicato Nacional iniciou uma consulta às suas seções sindicais acerca de quais universidades possuíam protocolos de combate ao assédio. Constatou-se que, no universo de 69 instituições, poucas já haviam iniciado debates com essa pauta. Ainda que a CAPES tenha lançado, em janeiro de 2025, o Plano de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, pela Portaria nº 12, de 28 de janeiro de 2025, levantamento do TCU de março de 2025 mostrou que apenas 28 das universidades possuíam alguma política de combate ao assédio instituída, sendo que 60% das universidades, portanto, não tinham qualquer política nesse sentido – de capacitações sobre a temática a protocolos de acolhimento e orientação⁴.

A violência direta dos assédios cotidianos, a violência expressa nas continuidades de jornadas duplas e triplas de trabalho das mulheres, a violência

3. <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contra-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015>.

4. <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contra-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015>.

das contrarreformas do Estado que impactam sobremaneira as mulheres trabalhadoras, a violência do desfinanciamento das universidades públicas que compromete condições de trabalho e fragiliza a autonomia universitária⁵ são expressões concretas da precarização do trabalho das docentes.

A precarização do trabalho docente não se manifesta apenas na dimensão objetiva das condições de trabalho, mas também na subjetividade das trabalhadoras e trabalhadores. A exigência de alta produtividade, especialmente no contexto de sucessivos cortes orçamentários e precarização do fazer docente, a virtualização/plataformização das atividades, o rompimento da linha (que já era tênue) entre o trabalho e a vida privada, tudo isso tem produzido quadros crescentes de adoecimento mental, como ansiedade, depressão e síndrome de *burnout*. Contribui para um adoecimento coletivo também o contexto mais geral político do país e do mundo em crise civilizatória.

A ascensão da extrema direita no mundo e a fascistização dos momentos históricos recentes levam-nos a um cenário de golpes de Estado, guerras por recursos naturais, combustíveis e terras raras e genocídios de povos inteiros, em um processo no qual a desumanização é a centralidade da sanha imperialista e da necessidade de acumulação, concentração de propriedade privada e produção/transferência de mais-valia. Exemplos recentes são o genocídio do povo palestino e a invasão e sequestro do presidente da Venezuela pelos Estados Unidos, no governo de extrema direita de Trump.

Para as mulheres docentes, essa intensificação do trabalho em um cenário de crise civilizatória se articula à divisão sexual do trabalho, que lhes atribui a maior parte das responsabilidades domésticas e de cuidado, configurando uma dupla ou tripla jornada (HIRATA, 2014). Mas, além disso, no próprio ambiente de trabalho, a divisão sexual também se expressa fortemente quando a mulher torna-se a responsável “natural” por tarefas de cuidado do ambiente e de pessoas, tarefas essas que devem ser compartilhadas e aca-

5. <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/orcamento-de-2026-universidades-perdem-r-488-milhoes-enquanto-recursos-de-emendas-aumentam1/page:294/sort:Conteudo.created/direction:desc>.

bam por sobrecarregar, na maioria das vezes, as mulheres de determinado departamento/setor. Além de possuírem as mesmas responsabilidades que os colegas, as professoras muitas vezes também se ocupam de apoiar outras professoras, estudantes ou funcionárias em situações de assédio e violência na universidade.

No caso das mulheres negras, a desigualdade assume contornos ainda mais severos. O racismo estrutural opera como um mecanismo de exclusão e hierarquização que limita o acesso a posições estáveis, dificulta a progressão na carreira e impõe um permanente processo de vigilância e deslegitimação intelectual (GONZALEZ, 1982). Mesmo quando inseridas em universidades públicas, as docentes negras enfrentam isolamento institucional e sobrecarga de trabalho, frequentemente mobilizadas para atividades de representação racial e de gênero que não são devidamente reconhecidas nos critérios de avaliação acadêmica.

O assédio moral e sexual constitui uma das expressões mais violentas das relações de poder no interior das universidades. O assédio moral se manifesta por meio de práticas reiteradas de humilhação, desqualificação profissional, perseguição política, isolamento e sobrecarga intencional de trabalho, frequentemente associadas a modelos gerenciais autoritários e à lógica produtivista (DEJOURS, 2012). Essas práticas têm como objetivo disciplinar corpos e subjetividades, punindo aqueles que resistem, questionam ou se organizam coletivamente.

As mulheres docentes são alvos preferenciais do assédio moral, sobretudo quando ocupam posições de enfrentamento político, atuam no movimento sindical ou desenvolvem pesquisas críticas nas áreas de gênero, raça e sexualidade. O assédio sexual, por sua vez, permanece amplamente silenciado no ambiente universitário, sustentado por relações hierárquicas assimétricas e por uma cultura institucional que tende a minimizar ou relativizar as denúncias (BENTO, 2017).

Para as mulheres negras, o assédio sexual se articula de forma indissociável ao racismo, reproduzindo estereótipos colonialistas que hipersexualizam

seus corpos e negam sua condição de sujeitas intelectuais. A dificuldade de denúncia é agravada pela instabilidade dos vínculos de trabalho, pelo medo de retaliações e pela ausência de políticas institucionais efetivas de acolhimento e responsabilização. Nesse cenário, a atuação sindical é fundamental para romper o silêncio, garantir suporte às vítimas e disputar mudanças estruturais nas universidades.

As mulheres docentes, especialmente aquelas engajadas em práticas pedagógicas críticas e projetos de extensão voltados às populações vulnerabilizadas, tornam-se alvos de perseguições políticas e campanhas de deslegitimação. Nesse cenário, a luta sindical feminista classista se afirma como instrumento central de resistência.

Organização sindical das mulheres nas universidades

A organização da classe operária possui papel fundamental no processo emancipatório para a superação da alienação, para o avanço na construção da consciência de classe e a consequente superação da sociabilidade exploradora e opressora capitalista.

Os sindicatos são chave de interpretação histórica de alguns dos acúmulos que possuímos enquanto classe organizada na luta pelas mediações que permitem melhores condições de vida. Ainda que vivamos, no Brasil, a dificuldade de um sindicalismo que vai do sindicalismo de Estado da primeira metade do século XX, passando pelo novo sindicalismo marcado pela pós-modernidade e o sindicalismo de resultados em uma quadra histórica mais recente (além da existência de mais de 10 centrais sindicais com envolvimento reduzido nas bases sociais de trabalhadores organizados e extrema fragmentação), vale lembrar a importância, no início do século XX, com a influência da Revolução Russa, de 1917, e a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, do sindicalismo que nasce da luta operária das e dos imigrantes, das e dos trabalhadores sapateiros, das e dos trabalhadores rurais, das e dos trabalhadores das recém-criadas indústrias à época.

É o sindicato independente de governos e patrões que permite avanços na perspectiva de construção do poder popular que abarca a multiplicidade de perfis da classe trabalhadora brasileira, latino-americana e internacional, que nos subsidia enquanto diretriz interpretativa. Em um mundo desenhado por profundas marcas de crise civilizatória, como já apontado, nos organizarmos é uma tarefa obrigatória. Uma pesquisa divulgada em novembro de 2025 pelo IBGE mostra que o número de sindicalizados no Brasil cresceu em 2024 e chegou a 9,1 milhões, rompendo uma sequência de queda no número de sindicalização registrada nos 12 anos anteriores⁶. A pesquisa traz também que a participação de mulheres na sindicalização brasileira atingiu 42,4% do total, diminuindo a diferença em relação aos homens em 0,4%.

Esses números trazem algo a ser observado: ainda que tenhamos um aumento no número de sindicalizados e que isso se expresse em vários setores (incluindo o setor da educação superior), fato é que são expressões muito reduzidas de organicidade de participação de construção desses espaços, o que também traduz a crise do sindicalismo cooptado pelo apassivamento da subserviência a governos, por um lado, e, por outro, pelos sindicatos que fazem acordos com sindicatos patronais e empresas, voltados à obtenção de ganhos pontuais em detrimento da politização e de benefícios para trabalhadores em geral.

Unificar as lutas, nos compreendermos enquanto classe trabalhadora e termos um programa anti-imperialista, anticapitalista e de construção do poder popular deve ser a base de construção de autonomia e independência de sindicatos que se organizam a partir dos interesses das e dos trabalhadores em todas suas múltiplas determinações em um mundo marcado pela plataforma da vida e aprofundamento das expropriações diretas e indiretas, primárias e secundárias (MANZANO, 2019) (FONTES, 2013).

Por isso, as pautas de combate ao machismo, ao racismo, ao capacitismo e à LGBTfobia perpassam a compreensão da diversidade da nossa classe e

6. <https://www.cartacapital.com.br/economia/numero-de-sindicalizados-no-brasil-cresce-em-2024-e-chega-a-91-milhoes/>.

a percepção do grande nó (SAFIOTTI, 1976) das múltiplas determinações de nossa formação social, que permitem uma acertada vinculação das pautas centrais de luta em uma leitura e ações vinculadas à totalidade de nosso modo de produção e reprodução da vida nesta quadra histórica. Aos sindicatos – combativos, independentes e classistas – cabe a compreensão da importância dessa vinculação.

A partir da intensificação das lutas feministas e antirracistas, especialmente desde os anos 2000, observa-se um movimento crescente de incorporação dessas pautas no interior dos sindicatos docentes. A criação de coletivos de mulheres, secretarias de combate às opressões e espaços de formação política feminista representa um avanço significativo nesse processo.

A perspectiva feminista classista tensiona o sindicalismo tradicional ao afirmar que não há unidade real da classe trabalhadora sem o enfrentamento das hierarquias internas que a atravessam (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). No ensino superior, isso implica reconhecer que as mulheres docentes, especialmente as negras, vivenciam condições de trabalho diferenciadas e enfrentam obstáculos específicos à participação política e sindical.

Nas últimas décadas, houve avanços importantes na presença de mulheres nas direções dos sindicatos docentes do ensino superior. A eleição de mulheres para cargos de presidência, secretaria-geral e coordenações estratégicas reflete o impacto das lutas feministas na reorganização do movimento sindical. Essa maior representatividade tem contribuído para a ampliação da agenda sindical, incorporando pautas como combate ao assédio, políticas de cuidado, saúde mental e enfrentamento ao racismo institucional.

Contudo, a maior presença feminina não elimina automaticamente as desigualdades. As mulheres dirigentes enfrentam sobrecarga militante, resistência interna, deslegitimação política e ataques de cunho sexista. Para as mulheres negras, o acesso às direções sindicais permanece limitado, evidenciando a persistência do racismo também no interior das organizações de trabalhadores. Assim, a democratização efetiva dos sindicatos exige políticas

deliberadas de enfrentamento às opressões e de promoção da participação das mulheres negras.

No ANDES-Sindicato Nacional, pautas como a paridade de gênero no processo de organização diretiva (aprovado no Congresso de Belém de 2019), a legalização do aborto, o combate ao assédio e a construção de protocolos de acolhimento e denúncia e o importante debate sobre a revitimização promovida pela Lei de Alienação Parental são alguns dos exemplos dos caminhos trilhados para o enfrentamento das opressões.

Ainda há muito a construirmos e avançarmos, mas é necessário termos a memória dos avanços, de nossas lutadoras sociais e de nossas referências: mulheres dos nossos cotidianos que nos mostram a concretude do que significa um horizonte de emancipação efetiva: a revolução será feminista, ou não será! ●

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo editora, 2019.

BENTO, Berenice. *Disforia de gênero: geopolítica de uma categoria psiquiátrica*. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25170>. Acesso em: 24 mar. 2026.

BERTOLLO, Kathiucha. *Mulheres e Mineração: O cenário das violências e das lutas na região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais*. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/5831>. Acesso em: 24 mar. 2026.

CARDOSO, Mario Mariano Ruiz. *Universidade e educação na etapa inicial da Revolução: aportes do pensamento de Fidel Castro*. In: PANDOLFI, Aline Fardin et al. (org). *Conquistas e Desafios: 65 anos de Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972.

FONTES, Virginia. *Notas para o estudo do imperialismo contemporâneo: Marx, capital monetário e capital funcionante*. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/A-V-Fontes.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2026.

GONZALES, Lélia. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982.

HIRATA, Helena. *Gênero, classe, raça, interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2026.

MANZANO, Sofia. *Economia política para trabalhadores*. 2 edição. São Paulo: Instituto Caio Prado Junior (ICP), 2019.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. São Paulo: Boitempo editora, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. 2 edição. São Paulo: Expressão Popular - Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.



minicurrículos

Helga Maria Martins de Paula

Educadora popular, militante da ADCAJ, seção sindical do ANDES na UFJ, da Unidade Classista (UC) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Professora de Direito Público da UFJ e do Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da UFG. Coordena desde 2018 o Cursinho Popular Maria Eloá, as Promotoras Legais Populares Libertárias Jataí e o projeto de pesquisa Impactos econômicos, políticos, jurídicos e socioambientais do Agronegócio e da Mineração: estudos desde o capitalismo dependente (Brasil-Colômbia).

E-mail: helgamartinsdepaula@ufj.edu.br

Tarcila Mantovan Atolini

Educadora popular, base da ADUFVJM, seção sindical do ANDES na UFVJM, militante da Unidade Classista (UC), do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Professora do curso de Engenharia Química da UFVJM. Coordena projetos de pesquisa e extensão em engenharia popular, mulheres, tecnologia social, saneamento básico e cooperativismo junto a comunidades urbanas e catadoras de materiais recicláveis.

E-mail: tarcila.atolini@ufvjm.edu.br

O ANDES-SN na trajetória histórica, sua importância e as lutas do tempo presente

Luiz Henrique Schuch

A experiência latino-americana consagra a importância da luta travada por aquelas e aqueles que trabalham e estudam nas instituições educacionais, articulada com mobilização popular, para a construção da universidade necessária ao enfrentamento do drama social/ambiental particular do Continente. Essa força política, que emerge do ambiente crítico e inovador dos locais de trabalho, tem sido vetor mais eficaz para as grandes conquistas no campo educacional do que meras expectativas voltadas apenas para a via institucional, o que amplia sua responsabilidade na construção de futuro.

Para compreender os elementos que impulsionaram a trajetória do movimento docente, organizado no ANDES-SN, é necessário observar o compromisso social transformador que emerge de um circuito vivo de lutas por liberdades democráticas e justiça social, articuladamente com a defesa dos pilares para a construção da universidade pública brasileira. Com destaque, da autonomia para organização e desenvolvimento do trabalho docente indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, com rigor acadêmico e estabilidade de direitos enquanto trabalhadores investidos da responsabilidade estratégica dessa função específica. A conexão institucional mais sólida, até aqui, foi conquistada no artigo 207 da Constituição de 1988, autoaplicável, que se complementa com preceitos expressos no artigo 206.



A confluência de vários perfis da base docente, com ampla pluralidade, sempre foi ingrediente enriquecedor na dinâmica associativa/sindical do movimento, com presença massiva nos momentos de luta, especialmente nas greves, alternadamente com períodos em que há uma espécie de delegação de tarefas para quadros mais nitidamente militantes.

Na origem, em ambiente da reorganização dos movimentos sociais brasileiros e reação às imposições da ditadura militar, foi importante a participação de docentes com vários perfis. Daqueles já amadurecidos no debate a respeito da experiência histórica de organização dos trabalhadores e das possibilidades educacionais emancipatórias para o Brasil. Articulados com muitos grupos de jovens docentes que se rebelavam frente ao controle ideológico repressivo imposto, inclusive, pelas reitorias e administrações escolares. Havia uma forte reação à proibição de certos autores, o que repercutia nas entidades específicas de cada área do conhecimento, na SBPC e em outros movimentos sociais.

O debate com os demais trabalhadores ampliava-se com a formulação do chamado “Novo Sindicalismo”, questionando o verticalismo e o imposto compulsório do sistema confederativo vigente, tido como raiz da burocracia pelega que se perpetuava na cúpula das organizações.

A opção foi criar a ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), transformada depois em sindicato nacional. Assim como a CUT em sua origem, foi concebido como organização nacional de estrutura horizontal, construída diretamente a partir dos locais de trabalho, autofinanciada por critérios autônomos definidos nas instâncias da própria categoria.

O ANDES-SN ainda se mantém, organizado horizontalmente por local de trabalho em suas seções sindicais, com garantia aos sindicalizados de disputar a participação direta, votando e apresentando propostas, em todas as instâncias deliberativas.

A CUT inicialmente organizou a sua horizontalidade nos departamentos por ramo de trabalho. Todas as entidades de trabalhadores da educação

(ANDES, FASUBRA, SINASEFE, CNTE e muitas outras) participavam em igualdade de condições, articulando a luta no DNTE (Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação). Porém, injunções políticas na década de 1990 levaram à desativação dos departamentos por ramo, abrindo uma nova quadra de segmentação entre entidades federativas específicas e multiplicação de centrais sindicais.

Permanece a necessidade de refletir a respeito da relação entre o projeto da classe trabalhadora e as formas organizativas, desde o local de trabalho até as relações com o movimento internacional. Nisso, a experiência do ANDES-SN tem muito a contribuir, sem, contudo, esquivar-se da necessidade constante de atualização para funcionar como a melhor ferramenta possível da categoria, preservando e ampliando seus melhores atributos.

Enfrentando períodos turbulentos e transições de várias ordens, o ANDES-SN se fez presente entre os protagonistas das principais lutas sociais travadas no país desde sua fundação, estabelecendo também relações políticas internacionais no campo dos trabalhadores. Internamente, já nos primeiros momentos destinados à formulação da sua Proposta para a Universidade Brasileira (Caderno 2), foi preciso superar aparente contradição ao defender a educação pública em todos os níveis e também os direitos de docentes das instituições privadas de ensino superior.

Da mesma forma, a dinâmica imposta pela conjuntura atual traz novos e graves desafios decorrentes da reestruturação produtiva, da sanha neoliberal privatizante e da contrarreforma do Estado. Estes e outros fatores incidem dramaticamente sobre o mundo do trabalho, sobre as organizações da classe e sobre os pilares que sustentam a universidade pública.

Embate de projetos

Contradições de várias ordens fazem parte da dinâmica existencial. Justamente por isso, um dos principais elementos de força política do ANDES-SN é manter compromisso metodológico de relações com a sua base sindi-

cal, no qual todos os elementos são colocados abertamente em debate para buscar o acerto de cada passo tático na direção da estratégia mais ampla. Isto independentemente de relações melhores ou piores com os governantes de plantão.

Tal compromisso torna-se ainda mais importante quando se trata de disputar um projeto de futuro para a universidade pública brasileira, as características de um ambiente de trabalho colegiado e democrático que seja capaz de estimular o empenho profissional docente em projetos acadêmicos de fôlego e interesse social. É isso que inspira a carreira docente, estruturada como base de direitos para a vida toda, especialmente no regime de trabalho em dedicação exclusiva. É isso que sustenta a exigência de orçamento público necessário ao funcionamento institucional com qualidade socialmente referenciada, em direção à universalização de acesso e permanência.

Houve períodos de avanço em direção ao projeto estratégico defendido pelo ANDES-SN, mas também amargamos derrotas profundas e o enraizamento estrutural do projeto privatista na educação superior brasileira. Inclusive por dentro de instituições públicas, com rebaixamento para conteúdos meramente instrumental, subalternos aos interesses imediatos do mercado, isolando os indivíduos na lógica condicionada por seus ranqueamentos e planilhas de gestão.

Passado o momento constituinte, os agentes dos monopólios privados e dos governos voltaram a articular a transferência da educação para o mercado do setor serviços. Ou, na retórica adocicada, para um ambiente de quase mercado com aporte de recursos públicos por fórmulas variadas de “contratos de gestão” institucionais ou individuais.

Durante mais de duas décadas o ANDES-SN vem denunciando o esfacelamento da autonomia universitária pela invasão de tentáculos heterônomos, especialmente derivados de formas heterodoxas de financiamento. A naturalização desses mecanismos em ciclo dos cortes orçamentários cres-

centes estimula a corrosão da autonomia universitária por uma espécie de EUnomia. Situação na qual membros da própria comunidade universitária podem até desdenhar dos colegas que lutam por ampliação do orçamento público, uma vez que “têm dado o seu jeito” ao “monetizar” o que fazem. Evidentemente, esse tipo de postura é sementeira de descrédito às organizações sindicais.

O esvaziamento do caráter intrínseco ao cargo público vai se agravando conforme aumenta a percepção de instabilidade decorrente da desestruturação da carreira docente. A subtração dos direitos na aposentadoria, a desvalorização do vencimento básico e da Dedicção Exclusiva e o desestímulo ao desenvolvimento funcional são sinalizadores que pesam negativamente.

É imperioso registrar que a degradação provocada nos pilares da carreira foi programada intencionalmente pelos governos, em conluio com entidade cartorial que lhe é subalterna. Isto vem acontecendo de maneira camuflada durante processos de negociação salarial por trás do jogo de índices que, além de tudo, são insuficientes para manter o poder aquisitivo diante da corrosão inflacionária. Ou, pior ainda, quando implicam na transferência de valor de um segmento da categoria, em geral dos aposentados, para outro segmento.

Nos processos de negociação, é preciso ficar bem entendido (e resolvido) o campo próprio da atuação sindical e suas relações com a institucionalidade. A interlocução é necessária, mas sempre respeitando a autonomia da organização dos trabalhadores em processos que primem pela sinceridade e transparência.

É tarefa urgente ao sindicato elevar o patamar da luta nesse campo da disputa entre projetos que são antagônicos. O papel da direção será decisivo para retomar a mobilização da base nas instituições educacionais e em suas relações sociais. Na experiência do ANDES-SN, a categoria demonstrou a capacidade de recuperar identidade coletiva e capacidade de lutar sem-

pre que compreende o que está em jogo, mesmo tratando-se de pautas com maior complexidade.

Organizar e mobilizar

A inquietação motivadora para o ANDES-SN e as suas seções sindicais é sobre como fazer sentido para a base docente, respondendo aos seus reclamos, sendo direção democrática de um sindicato nacional classista e de luta. Para isso, a confiança dos sindicalizados em sua direção, mesmo tendo divergências, é decisiva.

A composição da base social nas universidades é múltipla e está sempre em transformação, com mais velocidade em certos períodos: em uma direção, por exemplo, quando forças externas empapam o ambiente acadêmico com elementos da sociabilidade do capital ou impõe a individualização física e laboral. E, no sentido inverso, quando os grandes dramas sociais/ambientais emergem ou a estabilidade dos direitos é ameaçada, reerguendo a valorização dos espaços coletivos.

Renovação, multicampia, políticas afirmativas e relações diversas entre áreas do conhecimento com a docência não são fenômenos novos, mas adquirem características próprias no quadro atual que precisam ser enfrentadas pelo sindicato. O desafio é enriquecer as pautas de lutas com os novos elementos, não como quem divide ao identificar peculiaridades, mas como quem complementa o eixo isonômico da categoria. Houve resultado negativo em relação aos direitos reivindicados toda vez em que a exaltação de particularidades foi posta acima da identidade unificadora.

Talvez o exemplo mais significativo do quanto seja possível avançar quando se consegue convergir, mesmo quando a conjuntura impôs muitas diferenciações gritantes, foi a conquista da Carreira Única das 16 Universidades Federais Fundacionais em 1985. Esse passo foi fundamental para a unificação de todas as universidades federais no PUCRCE, em 1997, e inspirou o paradigma constitucional, logo a seguir.

O ciclo de expansão mais recente nas instituições federais e em alguns estados, sob fórmulas administrativas do tipo “contrato de gestão”, com pouca estrutura e dispersão geográfica, exigirá soluções que permitam a participação dos docentes no sindicato, considerando que a organização se estabelece a partir do local de trabalho. Ainda mais quando o projeto institucional pressupõe que parte do trabalho seja exercido remotamente com quadro de pessoal insuficiente. A situação costuma se agravar quando finda o prazo/compromisso de investimentos previstos no plano inicialmente pactuado. Em muitos casos, o número reduzido de docentes ali reunidos inviabiliza a criação de uma seção sindical, a interlocução com a seção sindical do *campus* central nem sempre é satisfatória e não costumavam constar nas pautas elementos que dialoguem com aquela realidade.

Na outra ponta, é preciso lembrar que o contingente de aposentados é muito expressivo na maioria das seções sindicais. Isso exige não só que a luta pelos seus direitos seja priorizada, mas também uma dinâmica de funcionamento que os inclua e motive participação nas seções sindicais, em todos os momentos.

No espaço deste texto é impossível esgotar a multiplicidade de desafios que vêm pela frente, mas os que foram realçados já sugerem a necessidade de identificar temáticas unificadoras nacionais e locais que sejam capazes de ampliar a participação nos espaços formativos, organizativos e nas lutas coletivas.

Tem crescido o “sufoco” no exercício do magistério devido à precarização das condições de trabalho, ao esvaziamento burocrático dos colegiados e conselhos, ao adoecimento laboral e ao assédio. Tudo isso deve ser debatido no sindicato e incluído nas pautas de luta.

A expressão do sindicato junto aos docentes precisa ser constante nos locais de trabalho, e o aperfeiçoamento da comunicação, além de ajustar a linguagem para que se estabeleça diálogo efetivo, não pode ficar reduzida apenas aos meios digitais, por mais importantes que sejam. A boa conversa

que se estabelece durante as passagens militantes pelas salas e corredores das unidades acadêmicas, entregando os materiais produzidos pelo sindicato, continuam sendo muito importantes.

É na luta que a gente se encontra

A proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira e aquilo que defendemos como direitos enquanto trabalhadores da educação são contra-hegemônicos no modelo atual e, sim, só poderão ser conquistados com muita luta. O nosso sindicato nacional é a melhor ferramenta que temos para isso. ●

Referências

ANDES-SN. *Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira*, Caderno 2, 1986.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 mar. 2026.



minicurrículo

Luiz Henrique Schuch

Nasceu em Pelotas, RS, no dia 22 de dezembro de 1952. É pai de Elisa, Henrique e Maria e avô de Lis. É professor aposentado do Departamento de Patologia Animal da UFPEL. Foi diretor da Faculdade de Veterinária entre 1985 e 1988 e vice-reitor da Universidade Federal de Pelotas entre 1988 e 1992. Nas duas oportunidades, as escolhas para os cargos resultaram de processos de eleições diretas, com a participação de toda a comunidade envolvida. Como membro da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior-ANDIFES, compôs, em Brasília, as Comissões de Orçamento e Articulação Parlamentar, entre 1990 e 1992, exercendo atividades relacionadas às Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais. Foi presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas - ADUFPEL, no biênio 1983-1985, e presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES Sindicato Nacional, com sede em Brasília, no biênio 1994-1996. Nesse período, participou da Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) como membro do Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação. Exerceu a vice-presidência da Confederação de Educadores Americanos, com sede na cidade do México. Foi membro da delegação brasileira na Conferência Operária Independente, realizada na Eslováquia em 1995. Foi designado pelo governador do estado do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, em janeiro de 1999, coordenador do Gabinete da Metade Sul e secretário de estado da Coordenação e Planejamento, em substituição. Compõe a diretoria atual da ADUFPEL no bloco da vice-presidência.

E-mail: schuchluiz@gmail.com

O turbilhão do mundo: pequenas considerações sobre o problema do proletariado e o problema colonial

Claudio Anselmo de Souza Mendonça

Césaire (2020, p. 9) nos alerta que “o fato é que a chamada civilização ‘europeia’, civilização ‘ocidental’, tal como foi moldada por dois séculos de governo burguês, é incapaz de resolver os dois principais problemas aos quais sua existência deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial [...]”. Sem querer, todavia, reduzir as profundas transformações da sociedade capitalista exclusivamente a esses dois problemas, optamos, nesta análise, por nos apropriar da reflexão do pensador martinicano a partir do entendimento de que eles estão umbilicalmente ligados ao sistema do capital, com seus “[...] três pilares interligados: capital, trabalho e Estado [...]” (MÉSZÁROS, 2015, p. 21). Diante desses dois estorvos, a resposta da burguesia ao estágio avançado de destruição do planeta tem sido difusa, mas não há dúvida de que a barbarização das relações se apresenta de forma grotesca.

O turbilhão do mundo contemporâneo, mais do que nunca, e os dois problemas apresentados por Césaire nos conduzem à seguinte premissa: a globalização neoliberal mundializou, como nunca, as relações mercadológicas, sob o primado da retirada de direitos trabalhistas, previdenciários, sociais



e ambientais. Trata-se, sem dúvida, de uma dimensão da crise generalizada da sociedade burguesa, parteira da atual situação reacionária mundial. O estágio atual não corresponde a uma ação vigorosa dos chamados anos dourados, mas à sua expressão decadente, que tem conduzido a humanidade à emergência climática, ao aumento da desigualdade social, ao genocídio de povos e à maior instabilidade geopolítica das últimas décadas. Logo, a problemática apresentada pelo pensador martinicano nos permite localizar, no contexto de ascensão da extrema direita, a condição da classe trabalhadora e as incursões imperialistas neocoloniais, a exemplo do trumpismo.

Harvey (2005, p. 41) lembra que “[...] a acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível [...]”. Todavia, tal expansão atingiu escalas inimagináveis naquilo que se convencionou chamar de globalização, mundialização ou até mesmo americanização. A tripla face da globalização defendida por Santos (2004) – fábula, perversidade e possibilidade – nos ajuda a compreender as transformações recentes e a forma como elas se manifestam. Essas dimensões são mais bem apreendidas à luz do que aqui definimos como a Santa Trindade do neoliberalismo, que, diante do problema do proletariado, é representada por três entidades: a flexibilização, a precarização e a intensificação.

A crise do modo de produção capitalista nos anos 1970 coloca no centro dos ataques por parte da burguesia mundial a classe trabalhadora, fazendo com que o problema do proletariado assumisse uma dimensão nova, diluída e muito mais complexa. Há, nesse ínterim, a inauguração de novas formas de exploração, controle e dominação, que não apenas reforça, mas estabelece a sutileza, a autonomia e o tempo livre abstratos, bem como a fluidez, como eufemismos burgueses. A escala geográfica mundial é abissalmente transformada, conduzindo o reino da mercadoria global à assertiva de Ianni (1996, p. 13): “[...] a terra mundializou-se de tal maneira que o globo deixou de ser uma figura astronômica para adquirir mais plenamente sua significação histórica”.

A mundialização do capital ganha ares globais. Zizek (2011, p. 22) lembra que “[...] os mercados se baseiam de fato em crenças [...]”. Nesse sentido, é razoável recordar, como aponta Santos (2004, p. 19), que “este mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação”. Há, assim, uma metaforização cada vez maior do mundo, buscando, por meio de fábulas e encantamentos, reproduzir novas formas de linhas invisíveis de controle dos corpos e das mentes da classe trabalhadora, bem como dos territórios. Ianni (1996, p. 15) lembra conceitos que adquirem um estatuto quase incontestável, como “[...] ‘aldeia global’, ‘fábrica global’, ‘terrapátria’, ‘nave espacial’, ‘nova Babel’ e outras expressões. São metáforas razoavelmente originais, suscitando significados e implicações [...]”.

No entanto, no mundo real, a Santa Trindade neoliberal assume um estatuto quase antropológico, com o trabalho abstrato ocupando um lugar muito mais ampliado em nossas vidas. Ou seja, em vez de estarmos mais livres do trabalho abstrato, estamos cada vez mais subjugados a ele. Mory e Druck (2007, p. 26) apontam que “[...] é na conjugação das condições objetivas e subjetivas da globalização, da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais que a centralidade da flexibilização do trabalho se evidencia”. Como anúncio de um novo tempo, o messias da flexibilização é proclamado pelos anjos do apocalipse: o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Assim, sejam nações ou indivíduos, a promessa do paraíso capitalista só poderia ser alcançada por meio de sacrifícios da vida humana e não humana, consciente e/ou senciente. Para atingir o altar dessa promessa, a força de trabalho mundial é metamorfoseada, e a classe trabalhadora é terceirizada e precarizada, enquanto o trabalho é intensificado.

Mory e Druck (2007) destacam que a terceirização não é um fenômeno recente, mas que ganha musculatura com o neoliberalismo. Antunes (2000, p. 165), ao tratar da terceirização no setor elétrico brasileiro, lembra que “o

número de terceirizados cresceu de 36.649, em 2003, para 146.314, em 2012 (um aumento de 299% ou quatro vezes) [...]”. O autor afirma, ainda, que nessas formas de trabalho há um número maior de acidentes de trabalho, assim como de mortalidade. A terceirização adquiriu um estatuto de mantra, de modo que, para a totalidade dos governos, das mais distintas bandeiras, opor-se a tais mecanismos tornava-se quase sinônimo de alguém que havia parado no tempo. A oferta foi, assim, apresentada e aceita.

Mas a missa precisava continuar. E, na tentativa de modernizar a catequese, apresentaram-se novas formas de organização do trabalho. Antunes (2020, p. 80-81) lembra que “a degradação típica do taylorismo e do fordismo [...] tinha uma conformação mais coisificada e reificada, mais maquinal [...]”, o que conduziu a uma satanização da rotina, que pode ser mais bem definida, como destaca Sennett (2014, p. 69): “[...] na revolta contra a rotina, a aparência de nova liberdade é enganosa”. Contudo, o que se assistiu, de fato, foi à degradação do tipo toyotista, que é “[...] aparentemente mais ‘participativa’, mas cujos traços de reificação são ainda mais interiorizados (com seus mecanismos de ‘envolvimentos’, ‘parcerias’, ‘colaborações’, ‘individualizações’, ‘metas’ e ‘competências’) [...]”. O ritual da comunhão às avessas define que, para receber a hóstia sagrada, era necessário um novo ser, mais flexível e disposto a sacrificar tudo no presente para viver a eterna expectativa de direitos.

Por fim, como ato final da celebração, enquanto demonstração de vitalidade e compromisso, exige-se que as formas de trabalho sejam intensificadas. É correto – e sempre necessário – lembrar, como defende Rosso (2008, p. 20), que a intensificação “[...] é uma condição intrínseca a todo trabalho concreto e está presente em todo tipo de trabalho executado, em maior ou menor grau [...]”. Contudo, sabe-se que uma nova cultura empresarial e os novos recursos tecnológicos, a exemplo da informatização, foram decisivos “[...] para um processo de intensificação do trabalho sem precedentes [...]” (GRAZIA, 2007, p. 51).

Esse quadro é, sem dúvida, a perversidade escancarada. Quanto mais se produzem mercadorias e tecnologias de ponta, mais estamos submetidos a

uma formação unilateral. Há um novo sujeito, um *neosujeito*, distante das lutas coletivas, avesso à política no sentido em que a conhecemos – e não distante da política em si –, que imerge em uma busca desenfreada pelo sucesso individual, pelo gozo de conquistar o *panteão*. Trata-se daquilo que Dardot e Laval (2016, p. 15) definem como a fábrica do sujeito neoliberal, do homem competitivo, inteiramente imerso na concorrência mundial, sob uma ética neoliberal do eu.

A tentativa de solução do problema do proletariado deu-se a partir da constituição de um novo ser, desprovido de direitos básicos no âmbito trabalhista, previdenciário e social, entre outros, imerso no pântano do complexo ideológico neoliberal. Tal processo se insere na ponderação de Lefebvre (1991, p. 105-6), segundo a qual “[...] hoje uma ideologia não pode mais se permitir aparecer como ideologia: fazer apelo ao afetivo, administrar a filiação a um grupo dirigente [...]”. Há uma quinta marcha rumo ao principado ultrarreificado de cada um segundo seus méritos, a cada um segundo suas conquistas individuais. Estamos, assim, mais distantes da defesa marxista de sujeitos omnilaterais.

Ora, se a barbárie capitalista não é capaz de resolver o problema do proletariado, muito menos reúne condições de solucionar o problema do colonialismo. O escândalo do mundo manifesta-se quando bombas caem sobre hospitais, escolas e casas e, ao mesmo tempo, mais de 600 milhões vivem em fome absoluta. O imperativo da racionalidade burguesa, em sua fase germinal, adjetivada por Marx (2011) como acumulação primitiva do capital, foi marcado umbilicalmente pela pilhagem e pelo *roubo*. As entranhas abertas, com suas vísceras expostas, remetem ao romance byroniano e ao seu culto à morte. Gonçalves (2006, p. 12) aponta que “[...] a expansão do capitalismo revestia-se de uma aura de missão civilizatória e, dessa forma, absorvera o etnocídio e o genocídio cometidos contra os povos da África, da Ásia e da América Latina [...]”.

É bem verdade que, embora as derrotas dos grandes impérios coloniais no século XX não tenham desaguado no fim da dominação imperialista na

África, na Ásia e na América Latina, elas conduziram a movimentos e lutas que, ao menos no imaginário emancipatório, permitiram certa pulsão diante da máquina de moer gente. Trata-se, contudo, de um processo inconcluso. Sabemos, como alerta Fanon (2005, p. 54), que “o mundo colonizado é um mundo cortado em dois [...]”. N’ Krumah (1967, p. 6) reflete sobre o colonialismo ao lembrar que se, a curto prazo ele serviu – e ainda serve – às nações desenvolvidas, a longo prazo suas consequências serão catastróficas.

Refletindo sobre as transformações externalizadas da dominação imperialista mundial, é possível dialogar com Bensaïd (2008, p. 57-58), que afirma que “[...] a subordinação direta dos territórios torna-se secundária em relação ao controle dos mercados [...]”. O autor prossegue defendendo que a dominação pode se expressar por meio da dominação financeira e monetária, da dominação científica e técnica, do controle dos recursos naturais e das reservas energéticas, do patenteamento dos organismos vivos, da hegemonia cultural e da supremacia militar ostensiva.

Na atual situação reacionária, para além de todos esses elementos apresentados por Bensaïd, as ações do trumpismo – corrente neofascista global e força motriz do imperialismo – demonstram um novo estágio do neocolonialismo. As incursões imperialistas e neocoloniais da extrema direita contemporânea, encabeçada pelos Estados Unidos e por seu enclave colonial no Oriente Médio, o Estado sionista de Israel, transformaram a Palestina em um cemitério de crianças. A barbárie assume, no contexto da mais profunda crise do metabolismo capitalista, dimensões assustadoras. A máquina genocida do Estado de Israel realizou um dos maiores infanticídios da história recente. De acordo com a relatora de direitos humanos da ONU, o número de crianças de até cinco anos mortas pelo Estado israelense pode chegar a 380 mil.

O mesmo aparato de morte, somente em 2025, bombardeou países como Somália, Nigéria, Iêmen, Síria, Iraque, Irã e, já no início deste ano, a Venezuela. Trata-se do *continuum* do processo civilizatório dos juízos do mundo, que impõem seu receituário de carnificina.

E como enfrentar esse cenário? Pinassi (2009, p. 17) lembra que “[...] resignados, melancólicos ou satisfeitos com a via que escolheram, todos acabam por afirmar que não há alternativa para o sistema [...]”. E sabemos, como a própria Pinassi (2009, p. 18) nos lembra, “a desconcertante resignação com que os homens se subvertem à realidade plena de fetiches, de reificações e alienações advém da divisão capitalista do trabalho [...]”. Mas a *tradição dos oprimidos*, entre os mais diversos percalços da história, anuncia todo dia que “[...] nada do que uma vez aconteceu pode ser dado como perdido para a história [...]” (BENJAMIN, 2013, p. 10).

O desafio de nosso tempo nos impõe responsabilidades colossais, um *princípio esperança, utopia concreta* (BLOCH, 2006). Obviamente que não se trata da “[...] a alienação da esperança [...]”, (FROMM, 1977, p. 21). Freire (1992, p. 6) aponta que “sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate; mas, sem o embate, a esperança, como necessidade ontológica, se desarvora, se desendereça e se torna desesperança [...]”. Fazer isso, no atual estágio da luta, exige a disposição forjada na práxis militante, a paciência entre nós, a máxima unidade e a coragem para ocupar ruas, praças e redes. Essa é a possibilidade de enfrentarmos o turbilhão da barbárie capitalista. ●

Referências

- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.
- MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume. 2ª edição, 2005.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- IANNI, Otávio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ZIZEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MORY, Annie Thébaud e DRUCK, Graça. *Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil*. In: DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia. (Orgs). *A perda da razão social do trabalho. Terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- ROSSO, Sadi Dal. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- GRAZIA, de Giuseppina. *Tempo de trabalho e desemprego. Redução de jornada e precarização em questão*. São Paulo: Xamã, 2007.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- ONU, Nações Unidas Brasil. *ONU: Fome diminui, mas ainda atinge 673 milhões de pessoas em todo o mundo*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/298770-onu-fome-diminui-mas-ainda-atinge-673-milh%C3%B5es-de-pessoas-em-todo-o-mundo>. Acesso em: 5 jan. 2026.
- MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Livro I, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GONÇALVES, Carlos Walter-Porto. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

N' KRUMAH, Kwame. Neocolonialismo. *Último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BENSAID, Daniel *Os irreduzíveis. Teores da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo, 2008.

EXPRESSO, Jornal. “Devemos começar a pensar em 680 mil mortos em Gaza”: número pode ser dez vezes superior aos 65 mil estimados. In: Conflito no Médio Oriente. Jornal Expresso, Lisboa, 16 de setembro de 2025. Disponível em: <https://expresso.pt/internacional/medio-oriente/guerra-israel-hamas/2025-09-16-devemos-comecar-a-pensar-em-680-mil-mortos-em-gaza-numero-pode-ser-dez-vezes-superior-aos-65-mil-estimados-d29d6e51>. Acesso em: 8 jan. 2026.

PINASSI, Maria Orlandia. *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BLOCH, Ernest. *O princípio esperança*. Volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. UERJ, 2005.

FROMM, Erich. *A revolução da esperança*. São Paulo: Círculo do Livro, 1977

FREIRE, Paulo. *A pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



minicurriculo

Claudio Anselmo de Souza Mendonça

Presidente do ANDES-SN (gestão 2025-2027). Docente do Colégio de Aplicação - COLUN-UFMA. Geógrafo, mestre e doutor em Políticas Públicas pelo PPGP/UFMA. Pesquisador do GERME - Grupo de Estudos sobre a Reestruturação Produtiva, a Mundialização do Capital, os Movimentos Sociais e o Estado Contemporâneo - Pesquisa trabalho, tempo livre, emancipação humana, geopolítica, território e racismo. Foi diretor do ANDES-SN (gestões 2018-2020 e 2021-2023). Foi diretor da Apruma-SS do ANDES (gestões 2014-2016 e 2016-2018).

E-mail: presidente@andes.org.br

Greve solidária: as enchentes no Rio Grande do Sul e a atuação da APROFURG

*Gustavo Borba de Miranda e
Marcia Borges Umpierre*

O ano de 2024 foi marcado por uma das maiores greves de servidores públicos federais ligados à educação. Docentes federais e técnicos-administrativos em Educação deflagraram uma greve que teve como objetivos a recomposição orçamentária de universidades, institutos federais e CEFETs, a reposição inflacionária dos salários e a luta contra as perdas de direitos. Porém, para as instituições federais do Rio Grande do Sul, 2024 foi mais desafiador, pois, no final de abril de 2024, o estado foi assolado pelo maior desastre climático de sua história. Eventos hidrológicos extremos foram registrados, com chuvas de intensidade, duração e abrangência muito acima da média, ocasionando inundações e deslizamentos sem precedentes, com impactos socioeconômicos e ambientais de grande magnitude.

Segundo os boletins emitidos pela Secretaria de Comunicação do Estado (Rio Grande do Sul, 2024), ao longo do período de ocorrência das enchentes, dos 497 municípios do estado, 478 foram afetados, sendo que mais de 15.000 km² de área ficaram submersos. Em relação às consequências à população, quase 2 milhões e 400 mil pessoas foram impactadas, houve 183 mortes confirmadas e 27 desaparecidos, além de 806 feridos. Cerca de 146 mil pessoas foram desalojadas e mais de 50 mil ficaram desabrigadas.



Outros pontos importantes a serem destacados como consequências das enchentes são os danos estruturais sofridos pelo estado, impactando diretamente a população. Foram 577 escolas danificadas, afetando cerca de 225 mil alunos matriculados. O número de escolas da rede estadual usadas como abrigo chegou a ultrapassar 80. Além de danos à infraestrutura viária (com cerca de 140 pontes danificadas e mais de 250 trechos de estradas interrompidos) e o fechamento, por cerca de 6 meses, do aeroporto Salgado Filho, responsável pela maioria dos voos da região (ANA, 2025).

As inundações foram causadas por fortes chuvas em uma combinação de magnitude, duração, intensidade e abrangência jamais registradas no Brasil, as quais se concentraram em regiões elevadas, com solos rasos e com declive acentuado. A principal área atingida pertence à bacia hidrográfica da Laguna dos Patos (ANA, 2025).

Os acumulados e volumes de chuva superaram o maior registro histórico: a enchente de 1941. Os acumulados em 2024 foram superiores a 700 mm na parte norte do estado, chegando, por exemplo, ao registro de 1062 mm, na estação pluviométrica Muçum, localizada no município de Muçum (oito vezes a média histórica calculada para abril e maio: 126,2 mm e 137,6 mm, respectivamente). Nessa região se destaca o Rio Taquari, que, ao longo de seu curso, cruza diversas cidades. Em seu ponto máximo, na cidade de Lajeado, ele alcançou a marca de 33,67 m, no dia 2 de maio de 2024, às 13h30 (ANA, 2025; Collischonn *et al.*, 2025).

O Rio Taquari, assim como o Guaíba, pertence à bacia hidrográfica da Laguna dos Patos e estão interligados. Com isso, todo o acumulado de chuva registrado na região de abrangência do Rio Taquari também alterou o nível do Guaíba. Segundo levantamento pós-evento, realizado pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB), o nível atingido pelo Guaíba em Porto Alegre foi de 5,37 m na estação Cais Mauá C6, 60 cm mais que os 4,75 m utilizado como consenso para o mesmo local para a cheia de 1941, no centro da cidade.

Após atingir os níveis mais altos de sua história, as cheias no Guaíba perduraram por aproximadamente 30 dias, trazendo consequências catastrófi-

cas para Porto Alegre e para a região metropolitana, como o desalojamento de famílias (principalmente as mais pobres), o fechamento de estabelecimentos comerciais e a destruição de infraestrutura urbana.

Durante esse período, o grande volume de água foi se deslocando em direção à Laguna do Patos e, conseqüentemente, às cidades às suas margens, dentre elas São Lourenço do Sul, Pelotas e Rio Grande, sendo esta última mais ao sul e na foz da Laguna com o Oceano Atlântico, onde estão localizados os Molhes da Barra do Rio Grande, que desempenharam papel fundamental na vazante para o oceano. Como a Laguna dos Patos está localizada numa planície costeira, o deslocamento dessa massa de água ocorreu de forma mais lenta e sua propagação levou cerca de sete a dez dias para atingir esses municípios, mas chegou a atingir mais de 20.000 m³/s de fluxos de vazante para o oceano (ANA, 2025).

No município do Rio Grande, onde está localizada a sede da APROFURG, em uma área interna da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), os efeitos das inundações foram mais drasticamente sentidos, como colocado anteriormente, sete a dez dias após as subidas do nível do Rio Guaíba em Porto Alegre. Devido à geografia típica do município, uma planície costeira, possuir os Moles da Barra como o principal ponto de escoamento das águas para o oceano e, felizmente, um maior tempo de preparação para o desastre ambiental, os efeitos foram mais brandos que nas cidades mais próximas ao epicentro das chuvas. Porém, esse efeito mais brando não excluiu o município de ter uma parcela de sua população atingida pelas águas, invadindo residências e promovendo desabrigados. Parte do comércio local teve que fechar as portas e contabilizar prejuízos e a montagem de abrigos para a população desabrigada precisou ser realizada.

Segundo as medições da TideSat (<https://www.tidesatglobal.com>), no dia 16 de maio de 2024, o nível da Laguna dos Patos, no centro histórico do Rio Grande, atingiu seu pico máximo, ficando em 2,70 m (mais de 1,50 m acima dos patamares diários para a cidade e cerca de 60 cm acima do maior registro histórico até esse momento, durante a enchente de 1941). Já em São

Lourenço do Sul, o pico máximo da lagoa foi de 2,87 m, também superando o registro da enchente de 1941 (IHU, 2024).

Além de Rio Grande, o município de São Lourenço do Sul também foi extremamente afetado pelas cheias da Laguna dos Patos. Esse município está localizado em sua margem direita e ao norte do município de Pelotas. São Lourenço do Sul abriga um *campus* da FURG, uma área de abrangência da APROFURG. Lá, os efeitos das chuvas foram mais intensos que em Rio Grande, devido à sua posição geográfica e à altitude em relação ao oceano.

Os eventos climáticos observados no Rio Grande do Sul, entre abril e maio de 2024, não foram desastres naturais, mas sim tragédias anunciadas. Infelizmente as formações botânicas do estado, tanto no Bioma Pampa como no Bioma Mata Atlântica, têm sido, ao longo de décadas, devastados e trocados por zonas urbanas e extensas monoculturas, as quais não renovam o solo, retiram mata ciliar, assoreiam rios e fragilizam o ambiente natural, retirando as áreas de proteção natural contra inundações, isto é, o que hoje denominamos como zonas de amortecimento. A degradação ambiental que observamos hoje é uma consequência do capital acima da preservação do planeta e das espécies viventes, o uso dos recursos naturais sem limites e sem preocupações futuras. Com isso, os eventos descritos anteriormente tendem a ficar mais frequentes e a afetar parcelas maiores da população.

Considerando todo esse contexto, a greve dos servidores federais da educação estavam em pleno curso, e em uma crescente. A APROFURG foi a primeira seção sindical do ANDES-SN a deflagrar a greve, ainda no dia 8 de abril, sendo que a Greve Nacional Docente foi deflagrada na semana seguinte, em 15 de abril de 2024. O comando de greve da APROFURG já vinha atuando fortemente desde o início de março, sendo nomeado até a deflagração da greve como Comitê de Mobilização. Esses fatores foram fundamentais, tanto para a construção da greve como para o desenvolvimento de ações que visaram à mitigação dos impactos da enchente nos municípios onde a APROFURG tem atuação.

A enchente na região sul do RS foi sendo monitorada conforme a descida

da água na Laguna dos Patos. Dessa forma e considerando as informações disponibilizadas pelo Comitê de Avaliação e Prognóstico de Eventos Extremos da FURG, o comando de greve, na medida do possível, foi realizando um planejamento de ações, dentre elas a constituição de uma comissão para tratar das ações da greve solidária.

As ações da greve solidária, além das específicas realizadas pela APRO-FURG, foram feitas em conjunto com as demais seções sindicais da Regional RS, bem como pelos diretores da Regional. Para realizar as ações, foram disponibilizados recursos do ANDES-SN, distribuídos entre as seções sindicais, conforme as necessidades regionais, além de recursos próprios da APRO-FURG, destinados às ações locais. Nossas ações consistiram em doações de alimentos (não perecíveis e proteínas), medicamentos para animais, alimentação para os voluntários, lona para os abrigos e madeira para a confecção de móveis, além da cedência de nossa sede para abrigar cestas básicas.

Mas, além dos recursos financeiros, o trabalho do comando de greve consistiu em auxiliar na alimentação das pessoas que estavam abrigadas em prédios da universidade e na separação das doações recebidas (alimentos e vestuários), acolher as pessoas enviadas ao abrigo da FURG e cuidar dos animais dos desabrigados.

Outro fator importante é que muitos docentes também necessitaram sair de suas residências, assim como técnicos-administrativos e estudantes. Em São Lourenço do Sul, a Casa dos Estudantes necessitou ser evacuada, gerando a necessidade dos estudantes ficarem abrigados nas salas de aula do *campus* durante o período das cheias.

Outra situação complexa nessa participação no comando nacional de greve foi a dificuldade no deslocamento: primeiro, para que as pessoas que estavam em Brasília pudessem retornar e, depois, para que outras pessoas pudessem fazer a representação da APROFURG, uma vez que o aeroporto Salgado Filho teve suas atividades primariamente suspensas durante seis meses e, depois, parcialmente retomadas.

Para nós, esse processo foi exaustivo, no sentido de o trabalho para as

ações de mobilização da greve; e, com a enchente, o cansaço físico e emocional foram a níveis que exigiram do grupo do comando local de greve não apenas disposição para a realização das atividades, mas também o cuidado interpessoal. Nesses momentos de grande desafio, os laços de solidariedade, união e cooperação se fortalecem, e essas construções, constituídas durante a greve e, posteriormente, com o desastre, possibilitaram a aproximação de muitas pessoas e um estreitamento de relações.

Quando pensamos no papel do sindicato na vida das pessoas, normalmente pensamos na luta pelos direitos da categoria, mas, considerando o que a lógica individualista neoliberal tem imposto para a sociedade nas últimas décadas, podemos compreender os sindicatos também como um espaço coletivo, de diálogo, de solidariedade e, é claro, de muita luta; e, principalmente, de reconhecimento da luta de classe.

Uma luta de classe que temos que reconhecer é que o capital está por trás do desastre que vivenciamos no RS e de muitos outros que temos visto nos últimos anos. Muitos tentam negar, denominando-os como desastres naturais, mas sabemos que a ganância é o fator motivador da exaustão dos recursos e, conseqüentemente, quem mais sofre com os impactos dessa ganância são as pessoas mais pobres. É por isso que as atividades que realizamos durante os quase dois meses pós-desastre foram destinadas a atender às demandas das pessoas mais vulneráveis, que não tiveram apenas suas casas atingidas; muitas perderam seu sustento, caso das pescadoras e pescadores artesanais, que normalmente são os primeiros a serem atingidos e os últimos a serem vistos.

Foi nesse sentido que as ações desenvolvidas pela APROFURG, que nominamos Greve Solidária, foram pensadas e executadas, sempre com o olhar classista e partindo dos conceitos de solidariedade e cooperação. ●

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). *As enchentes no Rio Grande do Sul: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente*. Brasília: ANA, 2025. 57 p.

COLLISCHONN, W. et al. *The exceptional hydrological disaster of April-May 2024 in southern Brazil*. Revista Brasileira de Recursos Hídricos - RBRH, v. 1, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-0331.302520240119>. Acesso em: 18 dez. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. *Boletins sobre o impacto das chuvas no RS. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024*. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/boletins-sobre-o-impacto-das-chuvas-no-rs>. Acesso em: 18 dez. 2024.

IHU, Instituto Humanitas Unisinos. *Tragédia climática no RS: Lagoa dos Patos sobe e volta a inundar sul gaúcho*. 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/639494-tragedia-climatica-no-rs-lagoa-dos-patos-sobe-e-volta-a-inundar-sul-gaucha>. Acesso em: 13 jan. 2026.



Gustavo Borba de Miranda

Professor EBTB e doutor em Genética e Biologia Molecular no
Instituto Federal Rio Grande do Sul - *Campus* Rio Grande.
E-mail: gborbam@gmail.com

Marcia Borges Umpierre

Professora doutora em Educação Ambiental na Universidade
Federal do Rio Grande - FURG.
E-mail: mbumpierre@furg.br

Por uma universidade popular: perspectivas estudantis sobre a greve da educação em 2024

*Leticia Bargas Pereira e
Pablo Alexandre Garuffi Ribeira*

A greve nacional unificada dos professores e técnicos-administrativos das instituições federais de ensino em 2024 respondeu a um processo já extenso de precarização das condições de trabalho e sucateamento do ensino público superior. Em uma conjuntura marcada pelo enraizamento das políticas econômicas neoliberais, que sequestram o orçamento público em favorecimento das elites econômicas e em detrimento dos serviços públicos acessados pela classe trabalhadora, a greve de 2024 cumpriu o importante papel de restaurar o debate e a disputa em torno do orçamento público. Para além da retomada das discussões e mobilizações, a greve também foi fundamental na perspectiva de romper com a individualização e desmobilização, através da construção de espaços coletivos de formação, debate, arte e cultura, articulação e mobilização políticas.

Enquanto os trabalhadores da educação se articularam nacional e localmente para uma paralisação em larga escala, com a construção dos programas de reivindicações das categorias representados nacionalmente pelo ANDES e FASUBRA, a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade máxima de representação dos estudantes brasileiros, se absteve dessa construção, ausentando-se do seu papel de apresentar as inúmeras pautas estudantis acumuladas ao longo de anos de cortes e estrangulamentos orçamentários.



Diante da lacuna do posicionamento da UNE, as bases estudantis ao redor do país, comprometidas com a luta em defesa da educação pública e dos direitos dos servidores, construíram a paralisação e as mobilizações, buscando fortalecer as lutas locais e nacionais. Apesar das poucas conquistas efetivas obtidas, sobretudo para os estudantes, a greve de 2024 foi um importante espaço de formação política e de recuperação da esperança na luta e na coletividade, em um contexto da universidade formada por uma nova geração de estudantes, que pouco havia tido contato com o movimento estudantil e o movimento sindical. As lutas, acúmulos, pautas e debates coletivamente construídos nesse processo representam uma vitória, mesmo que parcial, pois refletem a ruptura com a apatia, com a individualização e com a desmobilização e pavimentam o caminho para novas lutas e conquistas futuras. A universidade e educação populares que almejamos construir se forjam na luta cotidiana, que rompe com os princípios e modos de funcionamento da universidade e da educação burguesa, dentre eles o de não debater política e estrategicamente os rumos e finalidades das instituições públicas de ensino.

Nesse sentido, apresentaremos neste breve texto alguns elementos da perspectiva do movimento estudantil, no contexto da Universidade Federal de Ouro Preto, a respeito da greve unificada dos trabalhadores da educação em 2024.

O contexto que precede a greve – e que permanece, não inalterado, depois dela – é de terra arrasada: anos de cortes e desinvestimentos determinados antes pelo teto de gastos e, em seguida, pelo arcabouço fiscal levaram ao acúmulo de perdas no âmbito da assistência estudantil, com o reajuste pífio das bolsas de permanência estudantil, o aumento dos preços dos restaurantes universitários, a falta de manutenção e problemas estruturais acumulados nas moradias estudantis, para além do congelamento dos valores das bolsas de pesquisa e extensão, a falta de recursos para atividades acadêmicas, a desvalorização e sobrecarga dos trabalhadores da educação e do adoecimento generalizado entre estudantes e trabalhadores.

O desinvestimento no ensino superior público se vincula a um projeto de

país que abdica da produção estratégica de conhecimento na perspectiva da soberania nacional e popular e consente que empresas privadas estrangeiras determinem e patenteiem o que é produzido nas universidades públicas brasileiras. Essa conjuntura era e segue sendo cotidianamente sentida por todos aqueles que transitam na universidade pública com o olhar atento para as mudanças que transcorrem nesse espaço, que, para além de viver um processo-projeto de precarização, passa por uma “privatização por dentro”. Diante do cenário de precarização e estrangulamento das verbas, a ampliação da participação do capital privado emerge como uma alternativa cada vez mais adotada pelas gestões universitárias, submetendo diretamente a produção de conhecimento aos interesses do capital. A UFOP, universidade inserida em um território historicamente marcado pela mineração predatória, tem – assim como diversas outras universidades públicas – um “orçamento paralelo” vinculado às empresas mineradoras e às fundações de apoio que as representam, de modo que ativamente produz o conhecimento responsável pela exploração predatória e destruição dos nossos territórios. Durante a greve, construímos, em conjunto com os trabalhadores da educação, atividades para agitar, debater e aprofundar a nossa compreensão sobre essa conjuntura, buscando disputar a consciência da comunidade interna e externa da universidade sobre o papel social e político das instituições públicas de ensino superior.

Para além do impacto nas estruturas físicas e condições materiais das universidades, o cenário de “terra arrasada”, vinculado a um projeto político hegemônico neoliberal, atingiu frontalmente as condições subjetivas de existência e de luta. O contexto pós-pandêmico foi marcado por uma perceptível individualização e diminuição dos espaços coletivos, seja de socialização, seja de organização e luta social. A deterioração das condições de vida, de estudo, de trabalho e de existência no geral, somada às sequelas da reclusão durante a pandemia e a crescente mediação da vida através das telas – que transmitem, em grande medida, a ideologia dominante –, deu lugar a uma conjuntura marcada pela desmobilização e desarticulação das lutas.

Esse processo não é aleatório, mas resulta dos efeitos corrosivos do neoliberalismo e seus impactos na subjetividade, que promovem a internalização da competição, a naturalização da precariedade e a percepção do mal-estar social como uma questão privada. Nesse sentido, mais do que um momento histórico, as categorias dos professores e técnicos-administrativos que mobilizaram nacionalmente a greve unificada dos trabalhadores das instituições federais de ensino em 2024 abriram um espaço de reivindicar, além das pautas trabalhistas, pautas culturais e coletivas, buscando recuperar o sentimento de pertencimento e coletividade no espaço da universidade pública.

Quando os técnicos-administrativos da UFOP inicialmente deflagraram a greve, o Diretório Central dos Estudantes imediatamente expressou solidariedade e apoio¹. Esse apoio, no entanto, não ocorreu sem controvérsias e debates internos e externos. Nesse momento inicial, que era também o de início de semestre letivo, muitos dos estudantes, inclusive aqueles que participavam das representações estudantis, apresentavam diversas dúvidas e preocupações com relação à greve, à paralisação das atividades acadêmicas e ao calendário letivo, além de um desconhecimento das condições orçamentárias da nossa universidade. A estratégia construída pelo movimento estudantil foi, então, construir assembleias e rodas de conversa nos *campi*, buscando tanto debater a conjuntura e explicar a greve – na perspectiva histórica e naquela realidade – como construir um programa de reivindicação dos estudantes da UFOP. Nesse processo, de mobilização e debate coletivos, muitos estudantes tomaram conhecimento e as rédeas da realidade, passando a construir ativamente as atividades subsequentes.

No momento em que foi deflagrada a greve dos professores, os estudantes estavam mobilizados para exigir a suspensão do calendário letivo e houve participação significativa do corpo discente na reunião do Conselho Universitário que suspendeu o calendário acadêmico em retroativo desde o primeiro dia da greve. Desde o princípio, no entanto, não houve força para construir uma greve estudantil na UFOP – que segue buscando consolidar a

1. Nota do DCE de apoio à greve dos TAE's: <https://www.instagram.com/p/C4oiUuRuThz/>.



Roda de conversa “Os rumos da nossa educação no Instituto de Filosofia e Artes Cênicas da UFOP”, em 14 de maio de 2024. Foto: Larissa Lana.

organização das representações estudantis na perspectiva da luta unificada no movimento estudantil – em um contexto ainda de fragilidade e desmobilização do ME, somado ao fato de muitos estudantes, por necessidades financeiras, não terem retornado às cidades dos *campi* no início do semestre ou terem deixado os *campi* após o início da greve. Entretanto, aqueles que ficaram, dentre esses diversos trabalhadores e trabalhadoras, participaram das atividades de greve que ocorreram semanalmente ao longo dos quase três meses de paralisação.

O calendário de atividades era atualizado semanalmente e construído coletivamente pelas entidades estudantis – DCE e Centros Acadêmicos, como o Centro Acadêmico de História (CAHIS), o Centro Acadêmico de Serviço Social Igor Mendes (CASS - Igor Mendes), o Centro Acadêmico de Artes Cênicas (CAAC) e o Centro Acadêmico de Filosofia (CAFIL) – em articulação com os comandos de greve dos professores e técnicos-administrativos e com grupos de pesquisa e projetos de extensão. Dentre as atividades realizadas,

destacamos o debate sobre orçamento e dívida pública, ocorrido na reitoria da universidade no dia 23 de abril de 2024. Nesse encontro, falou-se sobre o mecanismo de transferência de dinheiro público para as elites, buscou-se aprofundar a análise sobre o modo como essa política afeta a UFOP e foram elencados e mapeados os inúmeros problemas associados à falta de orçamento. O ato realizado na Praça Tiradentes no Dia Nacional de Lutas em Defesa das Universidades, Institutos e CEFETs (09/05/2024) também é uma das atividades a serem destacadas na perspectiva de ampliação do diálogo com a sociedade a respeito da greve. Também destacamos a roda de conversa “Os rumos da nossa educação”, realizada no IFAC (14/05/2024), em que tivemos um debate político e filosófico a respeito dos projetos de educação em disputa na sociedade atualmente. No dia 27 de maio também nos encontramos na reitoria da universidade para acompanhar a mesa de negociação com o governo federal e, nesse espaço, aprofundamos o debate sobre as demandas estudantis quanto ao orçamento da educação como um todo e da UFOP em particular. Os estudantes da UFOP participaram amplamente das manifestações e vigílias para Brasília, construindo, em unidade com os professores e TAES, as três caravanas que ocorreram ao longo da greve.

Destacamos, ainda, várias edições do Sarau do DEART e o Samba da Greve, espaços de convivência, socialização, renovação e inspiração via arte, cultura e contato. Além disso, as oficinas de teatro e dramaturgia, os cine-debates e atividades do cronograma de construção da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA UFOP) também trouxeram uma abordagem fundamental para as mobilizações e construções políticas. Essas atividades só foram possíveis a partir de um acúmulo de pesquisa e atuação extensionista, que já vinha sendo desenvolvido por projetos de pesquisa e extensão e que demonstram, na prática, a possibilidade e a necessidade de construir o projeto da universidade popular a partir das atividades cotidianas de pesquisa e extensão – caso dos projetos Canções de Resistência: discografia veias abertas da América Latina – que disputam o entendimento e os rumos do presente e do futuro. A tentativa de concretizar uma ruptura



Ato na Praça Tiradentes no Dia Nacional de Lutas em Defesa das Universidades, em 9 de maio de 2024. Foto: Larissa Lana.

do individualismo e da apatia social no pós-pandemia de Covid-19 não foi – e segue não sendo – uma tarefa fácil, mas uma tarefa que exige sobretudo um esforço pela coletividade; as cicatrizes da não-socialização nos explicitam um território de extrema fragilidade e sensibilidade sociais e subjetivas. A greve unificada de 2024 cumpriu um papel fundamental de retomada da esperança política, sufocada por anos com o avanço do neoliberalismo e (des)governos que não abriam margem para conquistas da classe trabalhadora. Além disso, trouxe novamente à tona o sentido coletivo de lutar e de viver. Nesse sentido, os estudantes organizados na UFOP amotinaram suas perspectivas artísticas, culturais e pedagógicas na execução de um plano de atividades que buscaram tornar viva e cotidiana a luta por uma universidade e uma sociedade radicalmente diferentes.

A greve unificada de 2024, portanto, extrapolou o caráter de uma mera reação defensiva às políticas de austeridade, representando mais uma trincheira na contraposição à hegemonia neoliberal, que atua não apenas sobre as estruturas materiais, mas de modo profundamente corrosivo sobre as subjetividades. Ao fomentar a reconstrução de espaços coletivos de debate, formação e ação conjunta, a paralisação cumpriu o papel histórico de romper com o isolamento e a apatia introjetados, reativando o senso de comunidade política e a capacidade de agregação em torno de um projeto comum, para além das vontades individuais em torno do calendário letivo, por exemplo. Esse processo coletivo permitiu disputar, dentro e fora dos muros universitários, a compreensão sobre a natureza de classe do orçamento público, explicitando-o como um campo de batalha entre os interesses da burguesia e os direitos da classe trabalhadora. Internamente, a luta iluminou as fissuras da própria universidade, colocando em confronto o projeto de mercantilização do conhecimento – capitaneado pelas fundações e empresas privadas – e os projetos de pesquisa e extensão radicalmente comprometidos com os territórios, a saúde pública e a soberania popular.

Os acúmulos gerados nesse processo – organizativos, políticos e pedagógicos – representam uma vitória inegável, pois ressignificam o possível e pavimentam novos caminhos para a luta. A greve não findou com a retomada das atividades, mas se desdobrou na imperiosa tarefa, que segue em curso, de dar continuidade à mobilização, rumo à construção cada vez mais organizada, alinhada e unitária dos estudantes e trabalhadores em torno de um projeto de educação pública e popular, na perspectiva do fortalecimento de uma universidade em movimento, que recuse a passividade e construa cotidianamente as alternativas à barbárie. O caminho traçado coletivamente aponta para a construção persistente de uma universidade popular: uma instituição gestada nas lutas e nas necessidades concretas do povo, feita por e para a classe trabalhadora, onde o conhecimento seja uma ferramenta de libertação e de soberania, e não de lucro e exploração. ●

Referências

REBELATTO, F.; ACOSTA, L.; PINHEIRO, M. (orgs). *A Universidade Popular*. São Paulo: ICP, 2021.

FRIZZO, G. *Universidade Popular: Concepção latino-americana de universidade*. Fundação Dinarco Reis, 2024.



minicurrículo

Letícia Bargas Pereira

Militante da UJC, do PCB e do MUP, graduanda em Serviço Social na UFOP, membra do CASS Igor Mendes (gestão 2023-2024) e do DCE UFOP (gestão 2024-2025) na época na greve.

E-mail: leticia.bargas@aluno.ufop.edu.br

Pablo Alexandre Garuffi Ribeira

Artista, produtor cultural, militante da UJC, do PCB e do MUP, graduando em Licenciatura em Artes Cênicas pela UFOP, membro do CAAC (gestão 2024-2025) na época da greve e atual membro do DCE/UFOP (gestão 2025-2026).

E-mail: pablo.garuffi@aluno.ufop.edu.br

Terceirização nas universidades federais: precarização, invisibilidade e escolha política

*Tays Torres Ribeiro das Chagas e
Bernardo Almeida Rocha*

A partir da perspectiva marxista, o trabalho é uma esfera fundamental que configura a essência humana, além de influenciar as identidades e conexões sociais dos indivíduos em um contexto social. Ele pode ser interpretado como uma interação entre o ser humano e a natureza, manifestando-se em duas vertentes: enquanto o ser humano modifica a natureza para facilitar a produção de bens e satisfazer suas necessidades, também se transforma, refletindo sua interação sociocultural e econômica, bem como sua autorrealização e autoestima (Barros; Nogueira, 2007). Assim, desde os primórdios da civilização, o trabalho tem se articulado como uma atividade indispensável (Antunes, 2015).

Porém, sob a lógica do sistema capitalista, há uma notável apropriação do trabalho pelos proprietários do capital, levando à desvalorização da dignidade deste para os trabalhadores. Na busca incessante por lucro e nas tentativas de recuperação em períodos de crise estrutural, os capitalistas implementam, de forma cíclica, alterações nas relações produtivas, transformando a força de trabalho em uma mera ferramenta e desconsiderando sua função social (Nascimento, 2015). Nesse contexto, em uma sociedade pautada pela lógica neoliberal e meritocrática, onde a ocupação profissional se torna de-



terminante para a identidade social do indivíduo e, conseqüentemente, para sua participação, valorização e reconhecimento no tecido social, a classe trabalhadora, conforme a classificação proposta por Antunes (2011), se vê obrigada a aceitar condições de trabalho cada vez mais precarizadas, comprometendo sua saúde e dignidade a fim de garantir sua sobrevivência e atender, minimamente, às suas necessidades.

Nessa perspectiva, mesmo considerando o trabalho como parte central da vida social e da própria condição humana; ainda assim, no capitalismo contemporâneo, ele segue sendo organizado a partir da exploração e da precarização, afetando diretamente a saúde, a dignidade e a autoestima dos trabalhadores. A terceirização se insere nesse processo como uma das principais estratégias de precarização, ao transferir a contratação da força de trabalho para empresas intermediárias e produzir o apagamento das identidades e a invisibilização social dos trabalhadores, como aponta Marcelino (2012).

Apresentada como solução administrativa e mecanismo de eficiência, a terceirização tem sido amplamente adotada a partir da reestruturação produtiva e da lógica de redução de custos. No entanto, longe de representar uma alternativa positiva, ela aprofunda relações de trabalho frágeis, com salários mais baixos, alta rotatividade e recorrente violação de direitos, além de fragmentar a classe trabalhadora e estabelecer hierarquias internas entre trabalhadores “de dentro” e “de fora” (Antunes, 2011).

No Brasil, esse processo foi institucionalizado com a ampliação da terceirização para as atividades-fim, o que fortaleceu a lógica de acumulação de capital em detrimento da proteção social. Trata-se de uma escolha política que transfere os riscos do trabalho para quem vive dele e normaliza a retirada de direitos historicamente conquistados.

No setor público, a terceirização é justificada por uma agenda neoliberal que defende a redução do Estado e a transferência de serviços para a iniciativa privada (Druck; Oliveira, 2021). Nas universidades federais, essa lógica se materializa de forma contundente: serviços essenciais (como limpeza e vigilância) são amplamente terceirizados, embora sejam fundamentais

para o funcionamento cotidiano das instituições. Esses trabalhadores, no entanto, permanecem submetidos à instabilidade, à insegurança e à ausência de reconhecimento, sem acesso aos direitos e à estabilidade associados à carreira pública.

São recorrentes os relatos de interrupção de contratos entre as empresas e de insegurança quanto à sua estabilidade laboral. Esses trabalhadores tornam-se visíveis apenas na sua ausência, quando a comunidade vê, de fato, o quão importante é o serviço prestado pelos trabalhadores e são impactados pelo funcionamento da universidade. Esse fato escancara uma contradição central: *se esses serviços são essenciais, por que seus trabalhadores seguem sendo tratados como descartáveis?*

A lógica das licitações, baseada no critério do menor preço, aprofunda esse cenário. Quando a inadimplência aparece, o ônus recai sobre os trabalhadores, enquanto as universidades suspendem contratos e pagamentos, alimentando um ciclo permanente de precarização dentro de instituições públicas dedicadas à produção de conhecimento e à formação crítica.

Essa precarização não é neutra: ela tem gênero, raça e classe. No Brasil, a terceirização nos serviços de limpeza é marcada pela presença majoritária de mulheres negras, herdeiras de um processo histórico que racializou e desvalorizou esse tipo de trabalho (Teixeira, 2021). A articulação entre classe, gênero e raça aprofunda desigualdades e naturaliza a concentração desses corpos nos postos mais precarizados, invisíveis e vulneráveis à violência e ao desrespeito, como destaca a abordagem interseccional (Crenshaw, 1990).

Ainda que a subcontratação possa, em situações muito específicas, ser defendida como forma de suprir demandas técnicas especializadas, no Brasil, ela tem sido utilizada predominantemente como estratégia de redução de custos, aprofundando a precarização e a retirada de direitos (Rabelo, 2020). Nesse processo, o Estado atua como gestor dos interesses do capital, legitimando a exploração do trabalho em vez de combatê-la.

Diante desse cenário, é fundamental afirmar: a terceirização, tal como praticada hoje nas universidades federais, não é uma solução administrativa

neutra. É uma escolha política que compromete a função social da universidade pública, aprofunda desigualdades e viola direitos. Defender os trabalhadores terceirizados é defender a universidade pública, gratuita, socialmente referenciada e comprometida com a justiça social. ●

Referências

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *A sociedade da terceirização total*. Revista da ABET, v. 14, n. 1, jan./jun. 2015.

BARROS, Vanessa Andrade de; NOGUEIRA, Maria Luisa Magalhães. *Identidade e Trabalho: reflexões a partir de contextos precarizados e excludentes*. Educação & Tecnologia, [S.l.], v. 12, n. 3, fev. 2011. ISSN 2317-7756.

CRENSHAW, K. W. *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*. Stanford Law Review, v. 43, p. 1241-1299, 1990. Disponível em: <https://supportnewyork.files.wordpress.com/2018/04/mapping-the-margins.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2026.

DRUCK, G.; OLIVEIRA, I. F. DE O. *O debate conceitual sobre terceirização: uma abordagem interdisciplinar*. Caderno CRH, v. 34, p. 1-13, ed. 021029, 2021. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45309>.

MARCELINO, P. R. *Afinal, o que é terceirização? Em busca de ferramentas de análise e de ação política*. PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho, v. 8, n. 2, 3 jul. 2012. <https://doi.org/10.33026/peg.v8i2.1640>.

NASCIMENTO, Lilliane de Lima Andrade. *Precarização do trabalho no Brasil em tempos de neodesenvolvimentismo*. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015, São Luís/MA. Anais-JOINPP 2015, 2015.

TEIXEIRA, J. C. *Trabalho Doméstico*. São Paulo: Jandaíra, 2021. 248 p. (Feminismos Plurais/Coordenação de Djamila Ribeiro).



minicurrículos

Tays Torres Ribeiro das Chagas

Graduada em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Ouro Preto (2005), mestra em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de Ouro Preto (2008) e doutora em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (2018). Professora associada da Universidade Federal de Ouro Preto, atuando no desenvolvimento de pesquisas relacionadas à ergonomia, engenharia do trabalho, terceirização, trabalho informal e trabalho artesanal.

E-mail: tays.chagas@ufop.edu.br

Bernardo Almeida Rocha

Graduando em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) - *campus* Almenara (2023). Atua como membro do Observatório das Desigualdades e Discriminações Étnico-Raciais (Unimontes), do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI UFOP), do Grupo de Pesquisa em Métodos Quantitativos Aplicados e do Grupo de Pesquisa em Energias Renováveis, Sustentabilidade e Inteligência Artificial Aplicada, ambos do IFNMG, e do Observatório de Políticas Raciais (UFMG). Seus principais temas de interesse abrangem empreendedorismo e inovação, ergonomia, relações de trabalho, políticas públicas, ações afirmativas e diversidade e inclusão.

E-mail: bernardob.rocha@hotmail.com

Os espaços para todos

Paulo Ernesto Antonelli

Pode até parecer prolixo cognominar este ensaio *O espaço de todos*, referindo-se ao conjunto físico e logístico que compreende a universidade como tal. Entretanto, parece ser importante recordar que nem sempre essa premissa é, de fato e de direito, assim entendida no contexto social, por várias razões, entre as quais a identificação de um certo “distanciamento” dos pares da sociedade – muito especialmente em cuja circunscrição geográfica essa mesma universidade criou e aprofundou suas raízes.

Nessa dimensão, a Universidade Federal de Ouro Preto, por intermédio de uma ação coletiva que envolveu a Escola de Educação Física, a PROEX, a PRACE e a reitoria, resgatou um evento chamado Campus Aberto. Cumpre realçar que, para além do coletivo organizador da ação, parcerias com a ADUFOP, ASSUFOP, AOPA, Câmara Municipal de Ouro Preto, Secretarias Municipais de Esporte e Lazer, Saúde, Cultura e Turismo, PRECAM, GEOP, Projetos de Extensão e comerciantes locais viabilizaram uma intensa e diversa programação para a comunidade.

No escopo do Campus Aberto são desenvolvidas atividades de cunho artístico, cultural, de lazer, de recreação e desportivas, entre outras. De sorte que a comunidade periodicamente é convidada para participar e interagir intensamente com o mundo acadêmico no sentido mais amplo possível, abarcando não só os espaços físicos e logísticos, como também absorvendo conhecimentos nas mais diversas áreas.

Reside aí a oportunidade de iniciar o processo de “fazer ciência”, uma vez que se entende por essa premissa, justamente a partir daquilo que a universidade gesta na lida da produção de conhecimento, a chance de partilha



desses conhecimentos, com o propósito de tornar a vida dos pares sociais um pouco melhor hoje do que foi ontem.

Nessa linha de raciocínio, a Escola de Educação Física da UFOP, ao capitanear as ações do Campus Aberto, buscou envolver a coletividade discente, docente e dos técnicos-administrativos em favor das pessoas da Região dos Inconfidentes, de modo e forma repletos de entusiasmo e disposição, o que resultou não só no êxito da “reinauguração”, mas também na elaboração da próxima edição, contemplando outros segmentos da sociedade, encontrando-se aí, muito especialmente, as pessoas com deficiências e a “moçada” a partir dos 60 anos de idade.

Algumas das atividades realizadas retratam a interação da Educação Física com o crescimento e desenvolvimento do ser humano; participação dos atores sociais com música e artes, além de propostas focadas na dinâmica corporal, sendo esta costurada com a promoção da saúde do ser humano.

Por outro lado, é imperioso que, além da manutenção do entusiasmo, não sejam arrefecidos os ânimos para o continuado apoio, inclusive da própria coletividade da Região dos Inconfidentes. Por certo, é indiscutível que ações focando a participação do maior número de pessoas possível devam ser salvaguardadas, não só na garantia dos recursos financeiros, mas especialmente no que diz respeito ao interesse participativo das pessoas. Afinal, a universidade só é concebida em razão do que há de mais importante em uma sociedade: o ser humano.

Por isso mesmo, a Escola de Educação Física da UFOP (EEF), através de todo o seu quadro de servidores, está imbuída pelo compromisso de ser e fazer cada vez melhor programas destinados às partilhas para a comunidade ouropretana. Essa linha de raciocínio é sublinhada pelas afirmações do Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri, Diretor da EEF, expressando seu ponto de vista sobre a execução do projeto:

“Estamos convencidos de que o projeto cumpre o papel de animação sociocultural, tendo como pano de fundo o *campi* de Ouro Preto - MG, que pode ser entendido como um equipamento pujante de lazer, não só para

Ouro Preto, como também para os pares sociais da Região dos Inconfidentes. Nesse sentido, reconhecemos a responsabilidade em capitanear práticas da cultura corporal do movimento e de chamar parceiros para a sua execução multidisciplinar, sobretudo no campo da música, das artes cênicas e da museologia, entre outros. Nas janelas dos propósitos dessas ações, entende-se a ampliação das experiências contribuindo com a formação dos alunos na universidade e contemplando os docentes para a formação capaz de agregar valores acadêmicos, observando o currículo do curso de Educação Física; e, para além disso, a indução dos alunos, criando concepções a respeito do mercado de trabalho. Portanto, o Campus Aberto cumpre vários papéis, estando aí presente o da animação cultural, na medida em que a comunidade se sinta convidada a participar, compreendendo que se trata de um espaço público de lazer”.

Considerações finais

Inegavelmente as ações que podem ser identificadas no desenvolvimento de trabalhos semelhantes não deixam dúvidas sobre a relevância dos mesmos, bem como as dimensões transformadoras que deles podem resultar.

Nesse sentido, procurou-se destacar fragmentos de algumas experiências vivenciadas por instituições diversas encontradas aleatoriamente na literatura. Na Universidade Federal de Goiás (2013), encontramos a seguinte afirmação: “Entre as atividades de apoio à comunidade estão aquelas ligadas ao esporte e lazer. Em 2013, foi realizada a IV Volta da UFG, com mais de mil participantes para os percursos de 10 km (corrida) e 5 km (caminhada) em torno do *campus* Samambaia. Todo semestre, a Faculdade de Educação Física oferece a prática de exercícios físicos em diversas modalidades. O apoio se estende, ainda, a membros da comunidade universitária que se desportam no esporte”. O registro mostra aspectos relevantes no contexto inclusivo e nas partilhas das produções de conhecimento endereçadas ao contexto dos pares sociais.

Na continuidade do garimpo pelas informações que pudessem, de algum

modo, corroborar as argumentações anteriormente configuradas sobre o projeto Campus Aberto, através da EEF-UFOP, verificou-se a informação da Universidade Federal de Tocantins no projeto Integrando Universidade e Comunidade, onde se lê: “O projeto tem como proposta possibilitar a troca de experiências entre docentes, técnicos e acadêmicos com a comunidade externa, apresentando a universidade pública e as formas de nela ingressar”. Continuando a leitura sobre as ações desenvolvidas, percebe-se que essa mescla entre os atores da universidade interagindo com seus pares sociais encontra campo fértil para ampliar a abertura de janelas, que podem, ao longo do tempo, tornar a vida das pessoas mais adequada, confortável e saudável.

As leituras prosseguiram e, no artigo *O papel social da Universidade mediante integração ensino-serviço-comunidade no Brasil: revisão sistemática e metassíntese* (jul. 2020 in Linhas Críticas), verificamos esse interessante registro: “As práticas extramuros de integração entre universidade, serviço e comunidade investem no cuidado como processo vivo, tendo a integralidade como pilar fundamental para o desenvolvimento de projetos que redirecionem caminhos de comunicação e entendimento dos conhecimentos técnicos e práticos, na tentativa de superar as iniquidades das esferas de educação e saúde”.

Naturalmente que foi possível confrontar os argumentos acerca da estimulação pelo resgate dos hábitos e atitudes saudáveis, como também bem-estar físico, psíquico e mental, variáveis que a EEF-UFOP preconiza para as pessoas e que podem – e devem – estar presentes nas ações das próximas edições do Campus Aberto.

Por último, os convencimentos de que esforços envidados para essas dimensões são altamente compensatórios e de que a universidade cumpre o seu consagrado papel para a partilha dos conhecimentos entre os pares da sociedade que a concebeu, por certo, encontram-se ainda mais arraigados nos encaminhamentos para o *ser e fazer* da universidade cada vez melhor. ●

Referências

SILVA, A. T. F.; SILVA, V. A.; REZENDE, E. N.; SILVA, E. V. *Integrando universidade e comunidade / Integrating university and community. Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 118228–118236, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n12-537. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/41506>. Acesso em: 12 mar. 2026.

ASCOM Publicação da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás. *Universidade vive efervescência cultural e grande ligação com a comunidade*. ANO VII – Nº 64 – NOVEMBRO / DEZEMBRO – 2013. Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/65870-universidade-vive-efervescencia-cultural-e-grande-ligacao-com-a-comunidade> Acesso em: 12 mar. 2026.

NASCIMENTO SILVA, Hengrid Graciely; COSTA DE OLIVEIRA, Brena; SOARES DOS SANTOS, Luís Eduardo; DE LIMA CLARO, Maísa. *O papel social da Universidade mediante integração ensino-serviço-comunidade no Brasil: revisão sistemática e metassíntese*. *Linhas Críticas*, [S. l.], v. 26, p. e31262, 2020. DOI: 10.26512/lc.v26.2020.31262. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/31262>. Acesso em: 12 mar. 2026.



minicurrículo

Paulo Ernesto Antonelli

Graduado em Letras (Português-Francês) na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Palmas (1976), graduação em Educação Física nas Faculdades Integradas Católicas de Palmas (1986) e especialização pela Universidade Federal de Santa Maria - RS. É mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1996) e doutor em Educação Física, Saúde e Terceira Idade pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (2007). Tem experiência nas áreas de Educação e Educação Física, com ênfase no desenvolvimento de trabalho voltado para a população idosa, atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação, atividades práticas, aptidão física, promoção da saúde, funções psicomotoras, autoestima e autoimagem. Desde abril de 2010, é professor efetivo Adjunto II da Universidade Federal de Ouro Preto - MG.

E-mail: pantonelli@ufop.edu.br

Marinalva Oliveira: binômio amor e luta





Memórias de uma professora militante pelas mãos de alguns daqueles que amaram e lutaram junto dela

Andrew Costa, seu filho nascido do coração

Há vidas que não cabem na palavra “fim”. Há existências que seguem pulsando, mesmo quando o corpo se despede, porque foram feitas de luta, de amor e de compromisso com o outro. Marinalva Oliveira é dessas vidas que continuam. Ela permanece nos gestos, nas ideias, nas organizações coletivas que ajudou a construir e, sobretudo, nas pessoas que tocou com sua coragem e ternura.

Nascida na pequena Caravelas, no interior da Bahia, Marinalva conheceu cedo a dureza da fome, mas nunca esmoreceu. Muito pelo contrário. Fez do estudo um ato de rebeldia e da educação uma travessia. Iniciou sua bela trajetória de professora universitária na Unifap e tornou-se professora titular da maior universidade federal do país, a UFRJ, sem jamais esquecer de onde veio e, principalmente, de quem caminhava ao seu lado. Seu saber nunca foi vaidade: foi ferramenta de transformação.

Mas reduzir Marinalva à excelência acadêmica seria injusto. Ela foi, acima de tudo, uma militante da vida digna para todas e todos. Defendeu a educação pública como quem defende um direito inegociável e a classe trabalhado-

ra como quem defende a própria família. Nos sindicatos, nas assembleias, nas ruas e nos afetos, fez da política um exercício de escuta, firmeza e solidariedade. Sua atuação à frente do movimento docente foi marcada por coragem, generosidade e profundo sentido coletivo.

A maternidade ampliou ainda mais sua luta. Com o nascimento de Biel, seu filho com síndrome de Down, Marinalva transformou seu amor maternal em bandeira de luta e a inclusão em prática cotidiana. Ensinou, com o próprio corpo e com a própria história, que ninguém deve ficar para trás e que justiça social também se constrói no cuidado e na militância pelo respeito às diferenças.

Marinalva partiu em 27 de outubro de 2023, mas deixou um rastro luminoso. Este texto abre espaço para que quatro de suas grandes amigas e amores (Antônia Andrade e André Guimarães, do Amapá, e Jacqueline Girão e Alessandra Nicodemos, do Rio de Janeiro) façam aquilo que a vida sempre permitiu: continuar conversando com ela. Cada palavra que vem a seguir é também um gesto de amor, de saudade e de gratidão.

Este texto é um pouco mais da resistência de sua memória. Porque algumas pessoas não morrem: se multiplicam. E falar de Marinalva é sempre mais fácil no coletivo. ●





O amor, a amizade e a luta

Jacqueline Girão

Escrever sobre Marinalva estando na Bahia – sua terra natal – traz uma saudade do que não fizemos juntas, mas é também inspiração. Conheci Marinalva assim que ela chegou à UFRJ. Era época de campanha para a seção sindical e ela, obviamente, entrou na chapa. Imediatamente entendi quem era aquela força da natureza, que presidiu o sindicato nacional em período de greve. Ela sabia organizar o movimento sindical com firmeza e afeto. Defendia suas posições até o fim, mas respeitava e acatava as decisões do coletivo. Estimulava as pessoas a participarem das lutas com sua coerência e sua consciência de classe, mas sobretudo com sua alegria, sua esperança e seu incrível senso de humor.

Em pouco tempo, eu, ela e Alessandra nos tornamos inseparáveis e criamos o grupo “trio ternura”. Nele trocávamos impressões, emoções, alegrias, tristezas, confidências, brincadeiras e sonhos. Também divergíamos, mas com muito respeito. Depois da eleição para a ADUFRJ, estivemos juntas em outra trincheira: o apoio à chapa formada por nossas companheiras Alessandra e Adriana para a direção da Faculdade de Educação. Foi uma campanha bonita, apesar dos percalços. Mais uma vez, aprendi com ela sobre ética e justiça.

Minha amiga partiu, mas me deixou lindos presentes. Dentre eles, seus filhos incríveis e o coletivo Rosa Luxemburgo, do qual participo até hoje e onde ganhei amigas e amigos para a vida toda. Sua partida abrupta e inesperada me ensinou sobre urgência. Urgência que não é pressa, mas uma sabedoria sobre o que importa. Urgência de viver intensamente e sem atropelos. Urgência de lutar com alegria, mesmo em um contexto desfavorável. Urgência de cair e levantar.

Sempre lembro do trecho da música “Tocando em frente”, que ela amava e tocou no dia de sua despedida: “cada um de nós compõe a sua história, e cada ser em si carrega o dom de ser capaz, de ser feliz”. Marinalva deu a mão para dezenas de estudantes com dificuldades a partir de sua própria história de luta. Ela dizia que não ia deixá-los desistir e mostrava o caminho, acompanhando de perto cada um e cada uma em seus percursos acadêmicos e pessoais.

A Marinalva amiga, mãe, militante e professora se doou para a humanidade como poucos seres humanos fizeram. Seu legado de amor e dedicação nos inspira a continuar lutando por um mundo mais justo e fraterno. Assim, permanece viva e forte no nosso coração e memórias. Nunca vou me conformar com sua partida precoce, mas sempre vou agradecer ao destino, que a colocou no meu caminho por quatro inesquecíveis anos. Nossa amizade, assim como ela, para sempre viverá! ●

A educadora e sua pedagogia do amor

Antônia Costa Andrade

A trajetória de Marinalva Oliveira se inscreve entre aquelas que transformam a universidade em território vivo de luta, produção de conhecimento e compromisso social. Defensora incansável da inclusão educacional, Marinalva construiu sua docência como prática política e pedagógica, orientada pela convicção de que o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico são direitos e não concessões.

Pesquisadora atenta às desigualdades que atravessam a escola e a universidade, ela fez da pesquisa um instrumento de intervenção social. Em suas investigações, articulou rigor teórico e sensibilidade humana, colocando no centro os sujeitos historicamente excluídos e reafirmando a educação como prática emancipatória. Sua atuação se ancorava nos princípios de Karl Marx, ao compreender a educação no interior das relações sociais e das contradições de classe; em Vygotsky, ao reconhecer o caráter histórico, cultural e coletivo do desenvolvimento humano; e em Paulo Freire, ao defender uma pedagogia do diálogo, da esperança e da transformação.

Como professora da graduação e da pós-graduação na UNIFAP, Marinalva é referência ética e intelectual. Sua sala de aula era espaço de escuta, problematização e construção coletiva do conhecimento. Formou professoras e professores com consciência crítica, estimulando a leitura do mundo antes da leitura da palavra e afirmando que ensinar é, sobretudo, um ato de compromisso com a justiça social.



Fui sua aluna no mestrado e me considero profundamente privilegiada por ter sido formada por uma educadora com tamanha coerência entre teoria e prática. Sob sua orientação, minha atuação como professora militante foi transformada, fortalecida e ressignificada, ampliando meu compromisso com a educação pública, inclusiva e socialmente referenciada.

Defensora da atuação docente comprometida com a democracia, a inclusão e a dignidade humana, Marinalva inspira gerações a compreenderem a educação como prática de liberdade. Seu percurso reafirma que a universidade pública deve ser um lugar de acolhimento, produção científica socialmente comprometida e formação de sujeitos capazes de intervir na realidade para transformá-la.

Assim, Marinalva Oliveira se consolida historicamente como exemplo de professora e pesquisadora que une teoria e prática, ciência e militância, afeto e rigor, deixando um legado que fortalece a educação inclusiva e a luta por uma sociedade mais justa. ●

A imprescindível

André Guimarães

Há muitas Marinalvas! Sem dúvidas a mais visível foi a Marinalva Militante. Essa identificação está no título de seu memorial de Professora Titular da UFRJ – “Para os que virão: memórias de uma professora militante”. Como ela mesma destacou no capítulo do memorial que aborda essa atuação, a luta pela universidade pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada foi o retalho mais importante de sua jornada.

Desde seu ingresso à Universidade Federal do Amapá (Unifap), em 2001, Marinalva assumiu a tarefa da docência como militância. Foi grande responsável pela articulação do movimento docente para a organização do Sindicato dos Docentes da Unifap (Sindufap) como Seção Sindical do ANDES-SN. Isso se deu em contexto de lutas contra os ataques do governo Fernando Henrique Cardoso e das práticas oligárquicas que imperam na recém criada Universidade.

Quando ingresso como docente na Unifap, em 2004, conheço Marinalva no Colegiado do Curso de Pedagogia. A admiração foi um dos primeiros



sentimentos, em função da sua coerência e defesa da universidade pública. Uma professora militante! Quando fui ao sindicato para me filiar, lá também encontrei Marinalva presidente do Sindufap. Uma professora doutora, titulação bem escassa na Unifap naquele momento, que colocava a luta acima do Lattes. Logo nos tornamos grandes amigos, nos sonhos, nas lutas,

nas angústias e nos risos – como dói tua ausência, minha amiga!

A dedicação à luta logo levou Marinalva para a Diretoria do ANDES-SN. Foi a Segunda vice-presidente na Regional Norte II (Amapá e Pará), na gestão 2004-2006. O reconhecimento e admiração que tinha no Amapá estendeu-se para o movimento docente nacional, particularmente em função de sua atuação na coordenação do Setor das Federais.

Em 2007, Marinalva retorna para a direção do Sindufap, mas não quis ser candidata à presidente; assumiu a Secretaria de Divulgação e Assuntos Socioculturais. Em 2009, por determinação coletiva (o que a fazia não titubear e cumprir), foi eleita presidente da Seção Sindical. No final da gestão sindical, em 2011, seu nome estava cotado para a chapa que concorreria à eleição do ANDES-SN, biênio 2012-2014, da qual foi escolhida como candidata à presidência. No biênio seguinte, 2014-2016, seguiu na Diretoria Nacional, como 1ª vice-presidente.

Essa trajetória fortaleceu e deu mais visibilidade para a Marinalva Militante, mas nunca alterou sua personalidade e amorosidade. A militância de Marinalva é exemplar por jamais abdicar da ternura. Sempre atenciosa. Sempre indignada com toda forma de exploração e opressão. Sempre com uma capacidade ímpar de acolhimento.

Com a chegada de Gabriel, seu sol de primavera, Marinalva assumiu também a militância da luta pelos direitos da pessoa com deficiência. Essa luta envolveu o redirecionamento de suas atividades de pesquisa, docência e ativismo social. Luta que envolvia a mobilização das pessoas e a pressão nos espaços institucionais, inclusive no âmbito do próprio sindicato. Luta que a levou do Amapá para o Rio de Janeiro, primeiro para a UFF e depois para a UFRJ.

Escrever sobre Marinalva é sempre muito doloroso. É impossível não resgatar memórias e saudades. Nossa querida Mari dedicou sua vida à luta e partiu precocemente. Foi ela quem disse, registrado em seu Memorial Acadêmico, que metade de si era feita de sonhos e a outra metade era feita de lutas. Essa divisão na vida real nunca existiu, pois os sonhos de Mari sempre decorriam de sua militância. MARINALVA, PRESENTE! ●

A memória que resiste

Alessandra Nicodemos

Em muitos momentos do presente, especialmente neste contexto político tão duro e atravessado por múltiplas crises, marcado pelo avanço da direita, pelos ataques sistemáticos à universidade pública, pela devastação de Gaza e pelas ameaças permanentes à soberania da América Latina, me pego pensando no que ela diria diante de tudo isso. Penso em como analisaria a conjuntura e em como transformaria a indignação em ação coletiva concreta na UFRJ e em nosso movimento docente. Nessas horas, Marinalva segue sendo minha interlocutora em um mundo cada vez mais difícil; alguém com quem continuo conversando, refletindo e buscando orientação, mesmo na ausência física.

Apreendi com ela que a militância não é apenas uma tarefa histórica, mas uma forma ética e sensível de estar no mundo, de se posicionar e de se relacionar com os outros. Marinalva me ensinou, sobretudo pelo exemplo cotidiano e pela coerência entre discurso e prática, que é possível sustentar posições firmes sem perder a ternura; que a luta coletiva exige coragem e enfrentamento, mas também escuta atenta, paciência, afeto, generosidade e humor.

A política, com ela, nunca se separava da vida, dos afetos e do compromisso concreto com as pessoas, especialmente aquelas mais atingidas pelas desigualdades e injustiças. Essa é, talvez, uma das lições mais profundas que ela me deixou e que sigo tentando perpetuar no meu fazer político e acadêmico: princípio ético e horizonte de ação.



Sua ausência dói, especialmente porque ainda precisaríamos tanto de sua lucidez, de sua experiência acumulada e de sua generosidade neste tempo marcado por retrocessos, violências, silenciamentos e tentativas constantes de desmonte de direitos.

Marinalva vive nas escolhas que faço, nos coletivos que sigo construindo, na insistência cotidiana em defender a universidade pública, a Educação de Jovens e Adultos, os direitos sociais e a democracia como valores inegociáveis. Vive como força ética e política que me acompanha. E não apenas como lembrança, mas como inspiração cotidiana para seguir lutando, pensando e acreditando que outro mundo é possível, mesmo quando tudo parece indicar o contrário. Por ela e por todos os desvalidos e desvalidas deste mundo, seguimos. ●



minicurrículos

Andrew Costa

Jornalista, publicitário e mestre em Mídia e Cotidiano pela UFF. Foi professor substituto de Jornalismo e atualmente é doutorando em Educação da Unifap.

E-mail: costa.andrew@gmail.com

Maria Jacqueline Girão Soares de Lima

Professora associada da Faculdade de Educação da UFRJ e coordenadora do Coletivo de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental (COPPEA/UFRJ). Professora do Programa de Pós-Graduação Docência da Educação Básica (PPGED/UFRJ). Irmã de alma da professora Marinalva.

E-mail: giraojac@gmail.com

Antônia Costa Andrade

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora efetiva da UNIFAP e docente do PPGED. Atua na formação de professores e na pesquisa em políticas educacionais e financiamento da educação. Possui mais de 30 anos de experiência acadêmica, com forte atuação na articulação entre ensino, pesquisa e extensão na Amazônia. Exerceu cargos de gestão como Secretária Municipal de Educação e Secretária Adjunta de Estado da Educação do Amapá. Desenvolve estudos sobre direito à educação, desigualdades educacionais e políticas públicas, com inserção em redes nacionais de pesquisa.

E-mail: antoniaunifap@gmail.com

André Guimarães

Professor de Política Educacional da Universidade Federal do Amapá. Ex-presidente do Sindicato dos Docentes da UNIFAP. Ex-vice-presidente Regional Norte II do ANDES-SN.

E-mail: andre@unifap.br

Alessandra Nicodemos

Docente da Faculdade de Educação da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE UFRJ). Membro do Fórum de Educação de Jovens e Adultos Rio de Janeiro.

E-mail: alenicodemosufrj@gmail.com



Editora da ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Rua Antônio José Ramos, 65 - Bauxita
CEP 35400-000 - Ouro Preto - MG
Tel.: (31) 3551-5247
secretaria@adufop.org.br
www.adufop.org.br

Organização: Kathiúça Bertollo e Larissa Lana

Editoria executiva: Kathiúça Bertollo, Gabriela de Lima Gomes,
Tays Torres Ribeiro das Chagas, Rodrigo Fernandes Ribeiro,
Paulo Ernesto Antonelli e Pedro Henrique Barbosa de Abreu

Imprensa e divulgação: Larissa Lana

Secretariado: Cláudia Péret, João Paulo Ribeiro e Francilene Marques

Produção: Donas Marcianas Arte e Comunicação

Capa, coordenação e editoração: Gabriela Caspary

Revisão gramatical: Gigi Silva

Ilustrações: Flavio Flock

Impressão: Gráfica Coronário

Tiragem: 1700 exemplares

Ano: 2026

É com orgulho que apresento este livro, que demonstra a importância da luta sindical, em todas as suas frentes, e que pensa a universidade e o mundo, conservando o afeto camarada de que tanto precisamos.

Os ataques empresariais à educação se multiplicam, encolhendo a escolarização pública e procurando reduzir as universidades a um pequeno gueto, ainda assim controlado por grandes empresas – como as mineradoras, as siderúrgicas, as empresas de comunicação ou o agronegócio. As universidades públicas resistem a se render, embora alguns de seus departamentos e grupos de pesquisa se convertam aos poucos em serviços dos grupos empresariais.

No mundo, avançam práticas fascizantes, acopladas com a agressividade brutal dos Estados Unidos. A questão nacional volta a figurar como pauta crucial.

A atuação dos sindicatos é mais urgente do que nunca. Nessa luta, o coração segue pulsando de indignação, conservando a mente com a serenidade necessária para as pesquisas. Com a luta sindical, podemos enfrentar o cansaço e a descrença, acelerando as práticas coletivas e associativas; aqui se evidencia a possibilidade de realizar encontros e debates e de estimular uma prática docente (ensino, pesquisa e extensão) comprometida com a vida das grandes massas populares.

Esta luta vale a pena – e este livro demonstra isso.

Virgínia Fontes